

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DE  
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**GUILHERME ALVES JORDÃO**

**A colonização portuguesa em Moçambique sob o ponto de vista da ficção: uma análise crítica em perspectiva comparatista entre *Gungunhana*, de Ungulani Ba Ka Khosa, e *Mulheres de Cinzas*, de Mia Couto**

Versão corrigida

São Paulo

2024

GUILHERME ALVES JORDÃO

**A colonização portuguesa em Moçambique sob o ponto de vista da ficção: uma análise crítica em perspectiva comparatista entre *Gungunhana*, de Ungulani Ba Ka Khosa, e *Mulheres de Cinzas*, de Mia Couto**

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Rejane Vecchia da Rocha e Silva

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

J82c      Jordão, Guilherme Alves  
A colonização portuguesa em Moçambique sob o ponto de vista da ficção: uma análise crítica em perspectiva comparatista entre Gungunhana, de Ungulani Ba Ka Khosa, e Mulheres de Cinzas, de Mia Couto / Guilherme Alves Jordão; orientadora Rejane Vecchia da Rocha e Silva - São Paulo, 2024.  
119 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

1. Literatura africana. 2. Literatura moçambicana. 3. Literatura comparada. 4. História da África. 5. Teoria Literária. I. Silva, Rejane Vecchia da Rocha e, orient. II. Título.

**JORDÃO, G. A. A colonização portuguesa em Moçambique sob o ponto de vista da ficção:**  
uma análise crítica em perspectiva comparatista entre *Gungunhana*, de Ungulani Ba Ka Khosa,  
e *Mulheres de Cinzas*, de Mia Couto. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia Letras e  
Ciência Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

*Dedico este trabalho a meu pai a quem primeiramente atribuo meu despertar para esse universo e cuja saudade é insuperável.*

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço à professora Dra. Rejane Vecchia da Rocha e Silva pela paciência, inspiração e por quem nutro uma profunda admiração; professor Dr. Ricardo Fabbrini, professor Dr. Ubiratã Souza, professora Dra. Rosângela Sarteschi, Professor Dr. Augusto Massi, Professor Dr. Daniel Puglia, professora Dra. Ianá Pereira, professora Dra. Paola Poma e tantos outros professores com quem aprendi e me inspirei durante essa jornada; ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, ao Programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, aos funcionários, com quem sempre pude contar.

À minha família, agradeço a meus irmãos, esposas e filhos(as) que me inspiram diariamente e me fortalecem com doses de alegria sem fim. Agradeço especialmente minha mãe que também me inspira, me dá forças, zela por mim e possibilitou esse trabalho. Por fim, agradeço a minha esposa Serena Souza que me manteve de pé, me tirou das angústias, zelou pelo nosso lar e, sempre amavelmente, esteve ao meu lado refletindo junto história, filosofia, política, literatura, cultura, arte e futebol, em quem sempre penso quando quero me encher de sabedoria e ternura. Por fim, agradeço ao professor Dr. Tomás Troster quem me ajudou no projeto e incentivou a pesquisa.

*“Tudo aquilo que a nossa  
civilização rejeita, pisa e mija em cima,  
serve para poesia”*

Manuel de Barros

## RESUMO

JORDÃO, G. A. **A colonização portuguesa em Moçambique sob o ponto de vista da ficção: uma análise crítica em perspectiva comparatista entre *Gungunhana*, de Ungulani Ba Ka Khosa, e *Mulheres de Cinzas*, de Mia Couto.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 2024.

A literatura moçambicana pós-independência vem apresentando uma perspectiva crítica em relação a figuras históricas e aos eventos que marcaram a resistência do Reino de Gaza e seu líder Ngungunhane frente a invasão colonial portuguesa, desde sua ascensão em 1884, até sua captura em 1895 e exílio no ano seguinte, a partir de recursos literários variados. A revista literária *Charrua* (1984 – 1986) teve um papel importante ao reunir escritores que buscavam uma literatura além da retórica defendida pela chamada “literatura de combate” apoiada pelo novo regime, cuja proposta era celebrar e enaltecer personagens líricos combatentes contra os colonialistas portugueses. O efeito dessa publicação é sentido na produção literária e de onde surgirão autores que influenciarão a literatura nacional, pelo que ficou conhecido como a Geração Charrua. Os romances selecionados para este estudo proporcionam um debate sobre a relação da história e ficção que exigem uma interdisciplinaridade para sua análise que enriquece a crítica. As obras *Gungunhana; Ualalapi; As mulheres do imperador* (2018) de Ungulani Ba Ka Khosa e *Mulheres de cinzas* (2015) de Mia Couto, operam uma revisitação ao período em que a colonização portuguesa ganha uma nova dinâmica com a queda do Reino de Gaza e seu líder Ngungunhane, cada uma explorando com recursos próprios esse importante momento que terão profundas repercussões sociais e históricas. Ao combinar documentos, cartas ou passagens bíblicas, com saltos temporais narrativos, por exemplo, Ungulani potencializa a perspectiva crítica ao mesmo tempo que a ficcionaliza, por outro lado, Mia Couto expõe a complexidade das relações político-sociais na colonização através do próprio enredo e pela intercalação das formas narrativas em primeira pessoa e epistolar marcadas por dois personagens igualmente distintos nas suas origens.

A proposta deste estudo tem por objetivo orientar um horizonte de leitura crítica no qual estabelece como fundamento elementos da teoria literária com a história. Para isso, o exercício de pontuar historicamente os episódios dos romances e eventos históricos seguido do debate sobre o gênero literário, seu surgimento e reformulação ao longo tempo contribui para refletir sobre a forma literária enquanto elemento de crítica. O desenvolvimento e as transições dessas

formas são apresentados criticamente em relação aos romances deste estudo oferecendo um apontamento sobre a dificuldade não somente de estabelecer as obras sob uma configuração teórica tradicional, como, também, determinar seu pertencimento sem ressalvas. Por fim, um recorte de um debate sobre literatura e história no século XX é apresentado para estimular a reflexão sobre as relações da estética literária, a forma do romance histórico e seus pontos de contato e diferenças com os romances analisados.

**Palavras-chave:** literatura africana; literatura moçambicana; Mia Couto; Ungulani Ba Ka Khosa; Gungunhana; literatura comparada.

## ABSTRACT

JORDÃO. G. A. **The Portuguese colonization in Mozambique from the fiction standpoint: a critic analysis in comparative perspective between *Gungunhana*, by Ungulani Ba Ka Khosa, and *Mulheres de cinzas*, by Mia Couto.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 2024

The post-independence Mozambican literature has been presenting a critical perspective on regards to historical figures and events that determined the resistance of the Gaza Reign and its leader Ngungunhane facing the Portuguese colonial invasion since his ascension to the throne in 1884, until his capture in 1895 and exile in the following year, from varied literary resources. The literary magazine *Charrua* (1984 – 1986) had an important roll by assembling writers that were looking for literature beyond the rhetoric advocated by the “combat literature” supported by the new regime, whose proposition was to celebrate and praise lyrical characters fighters against the colonialists. The effect of this publication is felt in the literary production and it is where writers that will influence the national literature will emerge from, known as the *Charrua* Generation. The selected novels for this study provide a debate on the history and fiction relations in that requires interdisciplinarity to its analysis that enrich critics. The literary works *Gungunhana; Ualalapi; As mulheres do imperador* (2018) by Ungulani Ba Ka Khosa and *Mulheres de cinzas* (2015) by Mia Couto, operate a revisiting to the period when the portuguese colonization gain a new dynamic with the fall of the Gaza Reign and its leader Ngungunhane, each one exploring with its own resources this important moment that will have profound social and historical repercussions. By combining documents, letters or biblical excerpts, narrative with time jumps, for instance, Ungulani enhances the critical perspective as well as fictionalizes it, in addition Mia Couto exposes the political and social complexities of the colonization through the storyline and the combination of narrative forms in first person and epistolary characterized by two characters equally different in their origins. The proposition of this study has as its purpose to guide to a critic reading horizon in which stablishes as foundation elements for the literary theory and history. For that, the exercise of pointing historically the episodes and historical events followed by a debate on the literary genre, its emergence and reformulation over time contributes to think over the category definition of the literary form. The development

and transitions of these forms are presented critically in relation to the novels of this study providing an observation on the difficulties not only in establishing the novel under a traditional theoretical configuration, but also determining its belonging without reservations. Lastly, a frame on the debate over literature and history in the 20<sup>th</sup> century is presented to stimulate the reflection on the literary aesthetics relations, the historical novel, its contact points and differences with the analyzed novels.

Keywords: African literature; Mozambican literature; Mia Couto; Ungulani Ba Ka Khosa; Gungunhana; comparative literature.

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>11</b>
<b>2. CONTEXTO HISTÓRICO</b>	<b>16</b>
<b>3. UNGULANI BA KA KHOSA</b>	<b>21</b>
3.1    ESTRUTURA DE <i>GUNGHANA; UALALAPI;</i> <i>AS MULHERES DO IMPERADOR</i> (2018) DE UNGULANI BA KA KHOSA	24
3.2 <i>UALALAPI</i> (1987) DE UNGULANI BA KA KHOSA	25
3.3 <i>AS MULHERES DO IMPERADOR</i> (2018) DE UNGULANI BA KA KHOSA	52
<b>4. MIA COUTO</b>	<b>83</b>
4.1    ESTRUTURA DA TRILOGIA <i>AS AREIAS DO IMPERADOR</i> (2015, 2016 E 2018) DE MIA COUTO	84
4.2    MULHERES DE CINZAS (2015) DE MIA COUTO	85
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>108</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>118</b>

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação visa a se organizar a partir de três obras de ficção selecionadas que dividem uma temática em comum: os momentos finais do Império de Gaza em Moçambique, o colonialismo português e as figuras históricas e ficcionais que interagem nesse contexto romanesco. A análise dos romances apresenta os momentos históricos a que são relacionadas e os confronta com a ficção de modo a distinguir história de ficção com o objetivo de estabelecer a finalidade dessa relação com base na teoria e crítica literárias, e na história.

Na história da formação de Moçambique do período colonial abrangendo meados do século XIX e início do século XX, algumas figuras históricas se destacaram durante a tentativa de Portugal de dominar a região sul do território moçambicano. Após a Conferência de Berlim (1884 – 1885), e a pressão dos ingleses, Portugal percebeu a necessidade de dominar de fato o território que na época era dominado pelo Reino de Gaza, sob a liderança de Ngungunhane. Após algumas batalhas contra as tropas do Rei de Gaza, o líder português na região, Mouzinho de Albuquerque, conseguiu finalmente capturar Gungunhana em 1895 e levá-lo prisioneiro à Portugal como troféu, juntamente com sete de suas esposas, seu primogênito Godide, seu tio Molungo, seu cozinheiro Gó, o régulo Matibejane de Zixaxa e três mulheres deste.

Essas figuras históricas fazem parte de um momento turbulento e decisivo da história de Moçambique, e os protagonistas mais relevantes desse período foram exploradas, seja na literatura ou ideologicamente, de diferentes formas ao longo da história. Após a independência e durante a guerra civil no país, Gungunhana foi retratado como líder da resistência moçambicana aos portugueses e herói nacional, suas esposas foram relegadas pela história, e o uso dessas figuras frequentemente atendiam a determinados propósitos políticos ou propagandistas.

A literatura moçambicana pós-independência, no entanto, apresenta uma visão mais crítica de alguns personagens, que frequentemente haviam sido exploradas com propósitos ideológicos. Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar e comparar de que maneira essas figuras são narradas na literatura de ficção através de dois romances que compõem o corpus de base: o primeiro romance é composto por duas obras reunidas sob o título *Gungunhana; Ualalapi; As mulheres do Imperador* (2018), de Ungulani Ba Ka Khosa, e o segundo é o primeiro volume da trilogia *As Areias do Imperador*, de Mia Couto, cujo título é *Mulheres de Cinzas* (2015).

Além de oferecer uma perspectiva crítica das obras, e do período histórico a que

se referem, esta pesquisa buscará compreender quais são os legados desses personagens e de suas representações literárias, como os recursos utilizados pelos autores nos romances contribuem para o debate da teoria literária ao empregar mecanismos narrativos comuns a obras do pós-modernismo, contudo vão além da simples repetição das técnicas e formas literárias.

Tanto o romance de Mia Couto quanto os de Ungulani Ba Ka Khosa exploram o contexto histórico da colonização de Moçambique em romances ficcionais similares em termos de gênero, porém bastante distintos no emprego da técnica. Se por um lado *Ualalapi* (1987) constrói uma narrativa dividida em capítulos que não possuem uma necessária ordem cronológica *a priori*, mas se desenvolvem a partir de um contexto histórico específico, será mostrado que essa aparente autonomia de capítulos não é tão dissociada quanto aparenta. Já as *As areias do imperador* (2018) do mesmo autor, a história parte do momento de chegada das esposas do imperador Ngungunhane depois do exílio, em 1911. Portanto, em um momento posterior à queda do Império de Gaza, contudo, ao empregar saltos temporais e geográficos ao longo da narrativa, o narrador retorna a momentos do Império e ao rei de Gaza.

Em *Mulheres de Cinzas* (2015), Mia Couto desenvolve sua narrativa em uma estrutura mais tradicional, mais aproximada aos romances históricos do realismo europeu da primeira metade do século XIX, ainda que mesclando subgêneros como o romance epistolar que serão demonstrados ao longo da análise.

Desse modo, os romances históricos chamam a atenção pela maneira particular como abordaram o mesmo período de grande importância para a formação do país, validando a relação do artista, sua obra e leitor/público de que escreve o professor Antonio Candido em *Literatura e Sociedade*:

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público.  
(CANDIDO, 2006, p. 83)

O historiador Edward Said, em seu livro *Orientalismo, O Oriente como invenção do Ocidente*, reflete nesse sentido: “[...] as culturas e as histórias não podem ser seriamente compreendidas ou estudadas sem que sua força ou, mais precisamente, suas configurações de poder também sejam estudadas.” (SAID, 2007, p.32). Portanto, é inescapável colocar em perspectiva histórica a longa colonização portuguesa em Moçambique e seu legado, muito

menos ignorar seus efeitos no imaginário de seu povo se quisermos buscar compreender com profundidade os aspectos relevantes da cultura dessa sociedade representados na literatura.

Primeiramente, uma contextualização histórica sobre os diferentes períodos envolvidos nos objetos da pesquisa irá permitir uma orientação cronológica, seja ele no momento de publicação dos romances, como também sua contextualização dentro das narrativas. Para isso é incontornável a necessidade de se compreender as condições materiais históricas que conduziram o continente africano ao seu estado de exploração imoral e desumanização, e sua relação com os países europeus que os colonizaram.

Para tanto, é necessário fundamentar a análise histórica em autores como Walter Rodney (1942–1980), cujo estudo publicado na obra *Como a Europa Subdesenvolveu a África* (1972) expõe de maneira dedicada e objetiva exatamente o que o título revela. O historiador guianense, nascido na então Guiana Britânica, hoje apenas Guiana, dedicou-se a compreender as razões do subdesenvolvimento da África através de uma análise que articula as relações do capitalismo europeu e estadunidense, do colonialismo e do imperialismo com a África. Seu estudo demonstra com base em dados concretos como a África sustentou o desenvolvimento europeu por meio da apropriação de terras e sua exploração dos recursos naturais e do trabalho pelos países colonialistas europeus, além de promover desestabilidade política e social por meio de financiamentos de golpes de estado, articulação de políticas favoráveis aos países imperialistas, e relação comercial desfavorável para os países africanos. Dessa forma, a exploração imperialista no continente africano garante que os países explorados não consigam se desenvolver de forma independente e, portanto, competir com o mercado europeu e global.

Além disso, também debate sobre os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento expondo como tais abstrações devem ser discutidos com cuidado, uma vez que é necessário ressaltar que tais conceitos podem ocultar e misturar as definições de desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. É de forma bastante didática que Rodney resume:

Ao longo de todo o período em que a África participou da economia capitalista, dois fatores provocaram o subdesenvolvimento. Em primeiro lugar, a riqueza criada pelo trabalho africano e pelos recursos africanos foi tomada pelos países capitalistas da Europa; em segundo lugar, restrições foram impostas à capacidade africana de usar o máximo de seu potencial econômico – é disso que se trata o desenvolvimento. (RODNEY, 2022, p. 55)

Na mesma direção de Walter Rodney, outro autor importante para fundamentar historicamente a análise é Eric Williams (1911–1981). Natural de Trinidad e Tobago, dedicou seus estudos, assim como Rodney, à história da África. Formou-se em História em Oxford e

defendeu sua tese de doutorado na mesma instituição. A dissertação foi base para a obra *Capitalismo e Escravidão* (1944) em que se dedica a compreender a relação do capitalismo imperialista europeu com a escravidão africana. Seu relevante estudo se baseia em dados materiais em que sustenta que a escravidão negra foi um fenômeno de origem econômica, portanto, seu desenvolvimento ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX proporcionou lucros tão volumosos que sustentou a Revolução Industrial na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. Williams vai mais além, pois sua pesquisa demonstra que a exploração da escravidão e o comércio triangular também foram responsáveis pelo fim da escravidão, uma vez que o estágio do capitalismo comercial, sustentado pelo comércio de escravo, comprometia o desenvolvimento dos capitalistas industriais ingleses, em seu segundo estágio na primeira metade do século XIX. Nesse período, as forças políticas da burguesia industrial inglesa, pressionaram o governo britânico para acabar com a escravidão negra. A passagem a seguir sintetiza sua argumentação:

O capitalismo mercantil do século XVIII desenvolveu a riqueza da Europa por meio da escravidão e do monopólio. Mas, com isso, ajudou a criar o capitalismo industrial do século XIX, que se virou e destruiu a força motriz do capitalismo mercantil, a escravidão e todo o seu funcionamento. Sem uma compreensão dessas mudanças econômicas, a história do período não tem sentido.  
(WILLIAMS, 2012, p. 284)

Uma questão também defendida em sua obra, para superar concretamente a tese de que o negro era mais apto ao trabalho pelas suas características físicas do que o branco e o indígena, é a de que a escravidão negra não era uma questão racial, mas acima de tudo, econômica – “... não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador, e sim com o baixo custo da mão de obra.” (WILLIAMS, p. 50). Em uma passagem até irônica a respeito da defesa da aptidão da raça negra ao trabalho lê-se:

Suas feições, o cabelo, a cor e a dentição, suas características “sub-humanas” tão amplamente invocadas, não passam de racionalização posterior para justificar um fato econômico simples: as colônias precisavam de mão de obra e recorreram ao trabalho negro porque era o melhor e mais barato. Não era uma teoria; era uma conclusão prática extraída da experiência pessoal do fazendeiro. Ele iria até a lua, se precisasse, para conseguir mão de obra. A África ficava mais perto do que lua, mais perto também do que as terras mais populosas da Índia e da China.  
(WILLIAMS, 2012, p. 51)

E conclui:

Assim, a escravidão negra foi apenas uma solução, em certas circunstâncias históricas, para o problema da mão de obra no Caribe. Açúcar significava mão de obra – às vezes essa mão de obra foi escrava, outras vezes foi nominalmente livre; às vezes negra, outras vezes branca, indígena ou amarela. A escravidão não implicava de maneira nenhuma e em nenhuma acepção científica a inferioridade do negro. Sem ela, o grande

desenvolvimento das fazendas canavieiras do Caribe, entre 1650 e 1850, teria sido impossível.  
(WILLIAMS, 2012, p. 62)

As reflexões sobre colonialismo levantadas por Frantz Fanon na obra *Os condenados da terra* (1961) também são importantes para este estudo de forma que dão sentido ao aspecto desumanizador do colonialismo. Pela perspectiva de sua obra, embora Fanon sublinhasse que sua reflexão resultava da experiência colonial da Argélia, a pesquisa buscará apresentar como os danos e traumas que o colonialismo imperialista legou aos países colonizados através da opressão e desumanização do ser negro pode ser expandido para outros países. Para o psiquiatra e filósofo martinicano o desenvolvimento do capitalismo também não poderia ter acontecido sem a exploração africana:

O capitalismo, no seu período de ascensão, viu nas colônias uma fonte de matérias-primas que, manufacturadas, podiam ser vendidas no mercado europeu. Depois de uma fase de acumulação de capital, modifica agora a sua concepção da rentabilidade de um negócio. As colônias converteram-se num mercado. A população colonial é uma clientela que compra. Se a guarnição deve ser eternamente reforçada, se o comércio diminui, quer dizer, se os produtos manufacturados já não podem ser exportados, isso prova que a solução militar deve ser alargada.  
(FANON, 1961, p. 60)

As formulações e ideias dos autores selecionados evidencia a força do pensamento africano – apesar de não serem naturais do continente africano, no entanto se dedicaram ao estudo e construíram laços que jamais se desatariam da África – na busca de compreender e solucionar os seus problemas. Dessa forma, se faz necessário comentar o fenômeno do Panafricanismo ao longo do século XX.

Através da obra *A razão africana: breve história do pensamento africano* (2020), de Muryatan S. Barbosa, será possível apresentar de forma sintética como esse fenômeno, tão complexo quanto diversificado, repercutiu na produção acadêmica e cultural africanas, mais especificamente na literatura.

Além dos autores apontados que constituirão os fundamentos da análise histórica da pesquisa é válido ressaltar que outros pensadores que organizarão as bases das áreas de teoria literária e literatura comparada também formularão ideias sobre o conteúdo histórico, no entanto, a pesquisa se concentrará nas suas formulações ligadas à literatura. Nesse sentido, o ponto inicial do debate são as definições sobre o romance histórico formuladas por Gyorgy Lukács em *O romance histórico*, publicado em 1955.

Na obra, a origem, desenvolvimento e decadência do subgênero são analisadas através perspectiva do materialismo histórico. Através dessa metodologia o filósofo reflete

sobre os fundamentos filosóficos e sociais que possibilitaram a criação e desenvolvimento do romance histórico no início do século XIX, e sua decadência no modernismo do século XX.

O recorte sobre esse debate é retomado nesta análise com Fredric Jameson em artigo publicado para a revista *Novos Estudos* nº 77 de 2007, a partir de uma conferência realizada na Universidade da Califórnia em 2004. No artigo *O romance histórico ainda é possível?* (2007), Jameson retoma as formulações de Lukács sobre o romance histórico e busca reorganizá-las no contexto pós-moderno da literatura. Contudo conclui que no contexto do modernismo, o gênero não poderia ser desenvolvido em razão do subjetivismo do pensamento moderno que se opõe ao sentido histórico característico do gênero. No entanto, o surgimento do pós-modernismo cria um novo sopro de criação literária ao se contraporem à estética modernista. Em sua análise o autor acrescenta que o subgênero nessa perspectiva não somente emprega personagens secundários em momentos significativos da história e figuras destacadas do passado como, também, destaca a necessária interseção entre os eventos e personagens.

O debate é retomado por Perry Anderson para a mesma revista em um artigo intitulado *Trajetos de uma forma literária* (2007). Anderson acrescenta à estética pós-moderna os tropos comuns de sua criação, no qual a formação das nações, a criação de heróis, etc., dão lugar à destruição de impérios, desconstrução de figuras históricas, entre outros recursos que serão analisados mais adiante. Sua conclusão recupera um dos últimos trabalhos de Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história* de 1940. No qual, em um de seus aforismos, cria uma analogia entre a história e uma pintura de Paul Klee, *Angelus Novus*.

Benjamin se vale da associação da história com o anjo retratado na pintura, em que olha aparentemente atônito a uma pilha de ruínas a que associa ser fragmentos da história que quer juntar e acordar os mortos, mas é impedido por uma tempestade associada ao progresso. Tal progresso se relaciona ao conceito usado pelos fascistas durante sua ascensão nas décadas de 1930 e 1940 e uma ideia historicista dessa concepção.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

Após a Conferência de Berlim (1884 – 1885) e a pressão inglesa sobre as colônias portuguesas, a dominação de Moçambique esbarrava no Reino de Gaza e seu líder Gungunhane. Portugal era pressionado pela Inglaterra (através do Ultimato Inglês) a conquistar o território moçambicano na sua totalidade, senão não reconheceria aquela terra como portuguesa e, dessa forma, aumentaria sua influência na região, embora já o vinha fazendo. Ambas as obras narram o período final do Reino de Gaza e o destino dos exilados, capturados na campanha portuguesa.

Dez anos após a Guerra de Independência de Moçambique (1964–1974), o presidente moçambicano Samora Machel (1936-1986), líder do partido revolucionário FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), pediu ao governo português os restos mortais de Gungunhane, exilado e enterrado nos Açores, para uma solenidade de celebração da independência e resgate de heróis nacionais que combateram os portugueses. Não convém discutir neste estudo sobre o real conteúdo do alaúde que foi trasladado para Maputo, porém entender a motivação do presidente moçambicano. Fernando Bessa Ribeiro bem resume em seu artigo para a Revista Etnográfica o contexto da solenidade:

[...] é manifesto que a elite dirigente tentou fazer de Ngungunhane um símbolo colectivo que pudesse ser apropriado pelas populações. Em suma, estava finalmente fabricado o primeiro dos grandes heróis do Estado moçambicano. Talvez aquele que mais obedece aos cânones clássicos, de perfeita compatibilidade com os interesses da liderança do regime e o contexto político então muito difícil, dominado por uma guerra sem fim à vista.  
(RIBEIRO, 2005, p. 269)

A justificativa, portanto, era de que o país celebrava um herói nacional para sua união, pois ele representava para o partido a resistência moçambicana ao império colonial português e a união dos vários povos locais de etnias diferentes em Moçambique, ao longo do século XIX.

Por outro lado, sua imagem serviu, também, para enaltecer a campanha portuguesa na colônia após sua captura. Em 1895, António Enes, comissário régio em Moçambique, comanda a campanha que irá capturar Gungunhane, com seu sucessor e oficial da cavalaria Mouzinho de Albuquerque. Ambos serão exaltados em Portugal por representarem os interesses do país nas colônias através da captura do rei de Gaza e domínio efetivo do território.

É apropriado, portanto, estabelecer um importante horizonte teórico para as obras estabelecendo-as como romances históricos de acordo com a concepção clássica de Gyorgy Lukács:

O romance histórico clássico – e, depois dele, o grande romance realista de temática contemporânea – escolhe personagens centrais que, apesar de seu caráter ‘mediano’, [...] são perfeitamente apropriados para se situar na encruzilhada dos grandes embates sócio-históricos.  
(LUKÁCS, 2011, p. 246)

A reflexão de Lukács sobre o romance histórico clássico é um fértil ponto de partida para o debate que se coloca sobre essa categoria literária, uma vez que as obras selecionadas contêm parte dos elementos descritos desse início de reflexão sobre a forma. Contudo, é

importante lembrar que o filósofo examinava essa forma clássica cuja decadência se explicava na transformação dos ideais burgueses ao longo do século XIX.

Dado a forma literária escolhida, uma contextualização da história de Moçambique, com foco no recorte dado pelos autores, pode ser de grande proveito para a análise dos romances.

Desde o início do século XVI, os portugueses marcaram presença no território que hoje constitui a República de Moçambique. O início da colonização portuguesa no país, logo após a chegada de Vasco da Gama em 1498, foi marcado pela falta de interesse e investimento por parte da metrópole na região. Durante três séculos e meio Portugal deu prioridade a sua nova rota comercial que havia traçado até as Índias, contornando o continente africano passando pelo Cabo da Boa Esperança, por onde pôde transportar as iguarias sem precisar atravessar as vias tradicionais do continente, por onde havia riscos maiores de assalto, além do alto custo que agregava às mercadorias. A rota marítima traçada pelo navegador reduzia em muito o custo dos produtos no seu destino final sendo muito lucrativa para a coroa portuguesa, além de garantir o abastecimento no continente europeu, tornando Portugal um importante fornecedor de especiarias e mercadorias das Índias, marcando a primeira fase do capitalismo que durou até o século XVIII. Eric Williams em seu livro que trata da relação da escravidão, capitalismo e comércio colonial global dos séculos XVII a XIX, *Capitalismo e Escravidão*, faz uma citação importante: “Segundo Adam Smith, a descoberta da América e da rota do cabo da Boa Esperança até as Índias são ‘os dois acontecimentos de maior grandeza e importância registrados na história da humanidade’”, e acrescenta: “A importância da descoberta da América não estava nos metais preciosos ali encontrados, mas no novo mercado inesgotável que ela oferecia aos produtos europeus.” Por fim, resume: “Os séculos XVII e XVIII foram os do comércio, assim como o século XIX foi o da produção.” (WILLIAMS, 2012, p. 89)

Tudo girava em torno do comércio de escravos e o desenvolvimento das metrópoles dependeu do lucro da escravidão que, por sua vez, financiou em alguns países, especialmente no Reino Unido, a revolução industrial, razão determinante para a pressão que o país faria nas outras metrópoles em busca de mercado para seus produtos, forçando a abertura dos portos em diversas colônias:

Em 1750, praticamente não existia nenhuma cidade mercantil ou manufatureira na Inglaterra que não estivesse ligada de alguma maneira ao comércio colonial triangular ou direto. Os lucros obtidos forneceram um dos principais fluxos de acumulação de capital que, na Inglaterra, financiou a Revolução Industrial.  
(WILLIAMS, 2012, p. 90)

Fica fácil perceber, portanto, porque Moçambique ficou tanto tempo sem grande interesse pela metrópole, já que a coroa portuguesa se ocupava com o comércio das Índias. Durante o período até meados do século XIX houve poucas tentativas dos colonos portugueses de adentrarem o território moçambicano para sua exploração e ocupação. A colônia portuguesa na África Oriental era pouco mais que alguns pontos fortificados ao longo da costa, com seu poder central na Ilha de Moçambique, ao norte do país, onde a fortaleza de São Sebastião era a construção responsável pela defesa da colônia. Era um ponto importante para a coroa pela sua localização estratégica como escala de navegação que reunia embarcações com destino a Goa e entreposto comercial das mercadorias das Índias e demais regiões litorâneas da África no oceano Índico, com a maior parte da sua renda proveniente da comercialização de escravos. Mesmo após as leis promulgadas entre os anos de 1854 e 1858, que tinham a intenção de reduzir o tráfico de escravos e até mesmo de terminá-lo, não conseguiram diminuir nem limitar a atividade que continuava rendendo muito mais lucros para os comerciantes do que quaisquer “mercadorias não humanas”. Os funcionários da coroa na ilha também tiravam sua parte do lucro do tráfico e, por isso, a fiscalização dos navios se tornava difícil. René Pélissier, importante historiador francês dedicado ao estudo da história da colonização portuguesa, cita o historiador Alexandre Lobato em seu livro sobre a formação de Moçambique *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918* (2000):

Alguns indivíduos eram verdadeiros potentados, tendo entendimentos com os mouros da ilha e das terras firmes e, como eram ao mesmo tempo funcionários gradados do Estado, obstruíam a repressão do tráfico, denunciando as operações militares e a fiscalização naval e dificultando ao máximo a ação militar, que assim se tornava inútil, sendo, portanto, fácil o contrabando.  
(PÉLISSIER, 2000, p. 55)

Pélissier complementa afirmando: “Clandestino ou ‘tolerado’ pelas autoridades que dele viviam, o tráfico de escravos era ainda, apesar da legislação, o recurso económico de Moçambique”. (PÉLISSIER, 2000, p. 52). A tentativa de acabar com o comércio de escravos encontrava grande dificuldade de avançar de maneira prática em diversas colônias, e a questão da escravidão, pode-se dizer, foi um dos maiores problemas do mundo moderno, qualquer que fosse a sua abordagem.

Eric Williams sintetiza com bastante clareza como as relações da fase do capitalismo comercial se funcionavam:

No comércio marítimo triangular, a Inglaterra – bem como a França e a América colonial – fornecia os navios e os produtos de exportação; a África, a mercadoria humana; as fazendas, as matérias-primas coloniais. O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucro por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas com mais lucro,

em troca de uma carga de produtos coloniais que seriam levados de volta ao país de partida. Aumentando o volume do tráfico, o comércio triangular foi suplementado, mas nunca suplantado, por um comércio direto entre a Inglaterra e as Índias Ocidentais, no qual as manufaturas de produção interna eram trocadas diretamente por produtos coloniais.  
(WILLIAMS, 2012, p. 90)

Desta maneira, Moçambique foi durante o século XVI até meados do XVIII um entreposto comercial de iguarias que fornecia e lucrava com o comércio de escravos. Pélissier escolhe o mandato do governador-geral de Moçambique Vasco Guedes de Carvalho (1854-1857) como o início do período moderno na colônia. Esse intervalo é considerado importante por algumas razões, umas de menor impacto, e outras como os decretos que favoreciam a abolição, a alforria formal de cerca de 20.000 escravos – embora na prática isso não tenha ocorrido – e a abertura de todos os portos moçambicanos em 1853 aos navios estrangeiros, de maior relevância para a história do país.

Antes de 1854, a colonização portuguesa em Moçambique foi uma sobrevivência aceite; depois de 1857, e até a proximidade do século XX, foi uma impotência humilhada. Voltando ao nosso período de partida (1854-1857) esclareçamos desde já a situação dizendo que na costa oriental já nada mais havia a não ser despojos. O Moçambique de Portugal existia somente na nostalgia dos governadores de Moçambique, na sombra de meia dúzia de fortalezas continentais e no sentimentalismo não desinteressado, e sujeito a eclipses, de um punhado de traficantes de escravos e/ou de senhores da guerra, alguns dos quais em vias de uma inexorável bantoização.  
(PÉLISSIER, 2000, p. 47)

Importante delimitar também como as forças continentais dos povos originais africanos eram distribuídos na região da colônia de Moçambique no final do século XIX e como era sua relação com os líderes metropolitanos. Uma das figuras mais controversas desse período foi Gungunhane, o “Leão de Gaza”, um dos mais importantes personagens históricos do país. O Reino de Gaza era um dos últimos grandes impérios de toda a África, e mantinha seu domínio na região ao sul de Moçambique perto da cidade de Lourenço Marques.

O interesse pela colônia ganhou força com a Conferência de Berlim realizada em 1884 e 1885. Na “Partilha da África”, como ficou conhecida, Portugal viu suas ambições de criar o mapa cor de rosa, que ligaria Angola a Moçambique, serem contestadas pelo Reino Unido, pois não apenas interferiria na pretensão inglesa de ligar a cidade do Cairo, no Egito, à cidade do Cabo, na África do Sul, como também era preciso ter de fato o controle político e administrativo sobre a colônia para reivindicar todo o território moçambicano como seu. O Reino de Gaza era um dos poucos da África que ainda não havia sido dominado ou aniquilado pelas potências europeias, muito em razão da habilidade diplomática de seus imperadores, que souberam tirar proveito da relação contenciosa entre Portugal e o Reino Unido – em especial

Gungunhane e, antes dele, seu pai, Manicusse – com formação de alianças com os povos de seus domínios através de casamentos e proteção, mas também pelo medo que provocavam através da violência praticada contra alguns dos povos subjugados, em caso de não pagamento de impostos. O Império de Gaza foi, portanto, uma das maiores resistências contra o Império Português.

Em novembro de 1895, mesmo após algumas tentativas de negociação por parte de Gungunhane, rei de Gaza, o exército português comandado pelo Comissário Régio António Enes vence a batalha de Manjacaze obrigando Gungunhane a se refugiar na aldeia sagrada de Chaimite. Após pedir reforços a Portugal e perceber a indecisão do país no envio de tropas, parte de volta para a metrópole, onde será nomeado, no ano seguinte, Ministro de Portugal no Brasil. Dois meses após a fuga do Leão de Gaza, Mouzinho de Albuquerque, sucessor de Antonio Enes, descobre seu paradeiro e captura o imperador, não sem antes mandar saquear e incendiar a aldeia, fuzilar sem julgamento integrantes da corte do rei e espetar-lhes o coração com uma espada. Gungunhane, sete de suas esposas e o filho Godide, o tio Molungo e o cozinheiro Gó, além do régulo Zixaxa e três de suas esposas, então, são levados para Lisboa como prova do domínio português sobre a colônia de Moçambique, em uma espécie de exposição humilhante pelas ruas de Lisboa. Separado de suas esposas, que foram enviadas a São Tomé pelos portugueses, Gungunhane ainda seria exilado nos Açores, onde morreria em 1906.

### **3. UNGULANI BA KA KHOSA**

Ungulani Ba Ka Khosa (Francisco Esaú Cossa) é um dos mais importantes escritores moçambicanos da atualidade e reconhecido como autor de obras incontornáveis para quem estuda a literatura do país. Nascido na cidade de Inhaminga na província de Sofala em 1957, região central de Moçambique, conclui o estudo primário na cidade, e continua os estudos secundários em Lourenço Marques – capital da colônia portuguesa que mudará de nome para Maputo após a Guerra de Independência em 1976 – e Zambézia onde passa parte de sua juventude. Adota seu nome de escritor, de origem tsonga, a partir de um ritual iniciático aos onze anos, de onde recebe de seu tio-avô Hungulani Ba Ka Khosa Banhinhgue o nome, que segundo o autor significa “diminuem os khosa que são muitos” (SOUZA, 2018 p. 135). Ungulani volta para a Maputo em 1977, num contexto de país independente, e recebe uma determinação do governo de estudar o curso intensivo de formação de professores.

Nesse período, é importante salientar, que o governo buscava construir uma nação

a partir de um país devastado no qual muitos quadros profissionais qualificados haviam deixado o país por insegurança em razão da Guerra de Independência (1964 – 1974). Entre esses profissionais, os professores foram bastante requisitados, já que a taxa de analfabetismo chegava a 90% da população, em 1970 (INTANQUÊ e SUBUHANA, 2018). Portanto a reformulação desse quadro de profissionais era necessária para reconduzir o programa educacional do país que passava por uma grande transformação. Após a nacionalização do ensino pelo governo em 1975, buscava-se eliminar o sistema de ensino colonial português, universaliza-lo, introduzir um sistema transitório do colonial para o nacional, além da criação dos centros de formação de professores no qual Ungulani se formou em ensino de História e Geografia.

Após se formar como professor, Ungulani é enviado a Lichinga, na província de Niassa ao norte do país para lecionar nos campos de reeducação, onde fica até 1980. Nesse período, o escritor entra em contato direto com o lado opressor e violento do Estado do período pós-revolucionário que terá repercussão ao longo de sua carreira de escritor.

Os campos de reeducação objetivavam educar a sociedade moçambicana visando a construção de uma nova consciência nacional na qual se combatia antigos “vícios” do colonialismo português. Nas palavras do professor Omar Ribeiro Thomaz: “Trata-se de espaços para onde eram enviados os considerados “inimigos” ou potencialmente sabotadores do novo projeto socialista”. (THOMAZ, 2008, p. 187). Tais espaços foram constituídos, em sua maioria, ao norte país, e se caracterizavam por serem bastante remotos. Mas, também, como alguns campos eram uma continuação das “machambas comunais”, buscavam “afastar os camponeses de suas terras tradicionais, geralmente ligada ao culto aos antepassados.” (THOMAZ, 2008, p. 204). Em resumo:

Tudo leva a crer, contudo, que as “acusações” foram responsáveis por boa parte das deportações, e estavam diretamente associadas ao potencial anti-revolucionário do indivíduo ou ao seu comportamento moral. Assim, mulheres acusadas de prostituição e indivíduos acusados de feitiçaria, *vadiagem*<sup>2</sup>, alcoolismo ou compromisso direto com o antigo regime (o caso dos antigos régulos), podiam ser enviados para os campos de trabalho e reeducação<sup>2</sup>.  
(THOMAZ, 2008, p. 189)

Dessa forma, fica compreensível a influência das práticas educacionais e punitivas dos campos de reeducação do governo da Frelimo na vida do autor.

Depois de passar dois anos trabalhando como educador no campo de reeducação na província de Niassa, ao norte do país, Ungulani retorna a Maputo em 1980, onde trabalha como funcionário público do Ministério da Educação até ser convidado a membro da Associação dos

Escritores Moçambicanos (AEMO). Em 1984, participa do grupo de escritores da AEMO que funda a Revista Charrua (1984–1986), importante veículo de novos autores que transformará a literatura do país.

Vale ressaltar que a chamada poesia de combate era bastante difundida pelo regime da Frelimo durante e depois da Guerra de Independência nas mídias do país, e constituiu-se como uma forma de literatura revolucionária institucionalizada, principalmente do gênero lírico. O professor e pesquisador Ubiratã Souza sintetiza bem ao dizer:

Esse modelo estava consolidado, essencialmente, em três antologias: *Poesia de combate II*, publicada em 1977, e *Poesia de Combate I*, publicada em 1979, retomando uma antiga antologia chamada *Poesia de combate*, publicada ainda em 1971, durante a guerra pela independência, e *Poesia de combate 3*, publicada em 1983. Modelo máximo de expressão literária revolucionária, essas antologias compunham-se unicamente de poemas, todos voltados à lógica da construção da revolução e exaltação da figura do poeta-guerrilheiro, o herói da independência. (SOUZA, 2018, p. 46)

Esse modelo não foi exclusivo de Moçambique e guarda semelhanças com a relação estreita que a arte mantinha com o Estado, como no caso de uma das maiores potência socialistas da época, a União Soviética entre os anos de 1922 e 1953, durante o governo de Stalin (1922 – 1953). É pela seguinte perspectiva que se compreende esse paradigma da literatura conforme demonstra a professora Rejane Vecchia e Ubiratã Souza:

Justamente por objetivar criar um ambiente de afinação absoluta da poesia com os objetivos da revolução é que certos conteúdos e formatos tornaram-se programáticos para essa produção. Essa produção recebia ainda as ressonâncias de outras produções literárias relacionadas com os programas de Estado para arte e estética realizados em outros lugares do mundo, em contextos de revoluções socialistas, como o realismo soviético, fomentado por Andrei Jdanov (1896 – 1948), durante o período stalinista da União Soviética (1922 – 1953). (SILVA e SOUZA, 2015, p. 111)

Com as publicações da Revista Charrua, entre 1984 e 1986, a literatura moçambicana vai explorar mais a fundo outros gêneros literários e, dessa forma, a prosa adquire um interesse maior pelos escritores, em especial através de contos e romances.

Ainda que o primeiro romance de Ungulani tenha sido *Ualalapi* (1987), seus textos nas publicações da Revista Charrua já anunciavam um ceticismo em relação à literatura em função do estado e a poesia de combate. A obra teve grande repercussão, tendo sido premiada com o grande prêmio de ficção moçambicana em 1990, e quinze anos depois de seu lançamento, é considerado um dos cem melhores romances africanos do século XX. O autor ainda publica o livro de contos *Orgia dos Loucos* em 1990, *Histórias de amor espanto* (contos publicados em 1999), *No reino dos abutres* (romance de 2002), *Os sobreviventes da noite* (romance de 2005), *Choriro* (romance de 2009), *Entre as memórias silenciadas* (romance de 2013), *O Rei Mocho*

(contos infanto-juvenis de 2016), *Cartas de Inhaminga* (crônicas de 2017) e *As mulheres do imperador* (romance de 2018). Esse último, publicado no Brasil juntamente com a reedição de *Ualalapi* (de 1987) e objeto deste estudo. A obra recebeu o Prêmio de Ficção Narrativa em 1990, o Prêmio Nacional de Ficção em 1994 e eleita entre os 100 melhores romances africanos do século XX.

Além disso, o autor recebe o Prêmio José Craveirinha de Literatura pela obra *Os sobreviventes da noite* (2005), e pelo conjunto da obra em 2018, recebe, também, a Ordem de Rio Branco agraciado pelo governo brasileiro pelos 30 anos de carreira de escritor. Suas obras são caracterizadas pela reflexão profunda e crítica sobre a história do país e as narrativas que dela emanam.

### **3.1 Estrutura de *Gungunhana; Ualalapi; As mulheres do imperador* (2018) de Ungunlani Ba Ka Khosa**

Os objetos de análise do estudo foram selecionados a partir de sua temática histórica em comum, no entanto é necessário destacar sua distância temporal e contextos de publicação. A obra *Gungunhana; Ualalapi; As mulheres do imperador*, de Ungunlani Ba Ka Khosa, publicada em 2018 no Brasil pela editora Kapulana, é composta por dois romances distintos que foram unidos em uma mesma publicação; são eles: *Ualalapi*, publicado em 1987 e *As mulheres do imperador*, de 2018. O título *Gungunhana* foi dado como uma forma de identificar um elemento em comum que as publicações dividem. Em ambos os romances, o último imperador de Gaza, o império que governou, e o desfecho de sua prisão e exílio compõem o universo das obras.

No caso de *Ualalapi* (1987), embora a obra possua diferentes vozes ao longo da narrativa, o personagem central é o último rei de Gaza, que leva o nome do título da publicação. O romance narra o período de ascensão e queda do Reino de Gaza, e seu líder da etnia nguni, através de uma composição variada de vozes e discursos que problematizam qualquer perspectiva histórica definitiva sobre o personagem.

O romance é dividido em seis capítulos que podem ser lidos independentes de sua ordem sequencial, pois não possuem uma relação de continuidade de enredo, em que os capítulos dependam um do outro para se compreender a história, porém, como será demonstrado ao longo da análise, possuem uma ordem onde é possível pontuar o momento histórico que acontecem ou que fazem referência. Dessa forma, a análise determinará os

momentos em que o romance estabelece a cronologia histórica dos capítulos apresentando uma organização da ordem dos capítulos bem estruturada, ainda que a narrativa não dependa dela.

Além disso, todos os capítulos se iniciam com um pequeno trecho nomeados como “Fragmentos do fim” acrescidos da numeração em sequência. O trecho “Fragmentos do fim (1)”, inicia a obra e, dessa forma, começa antes do primeiro capítulo, que são intercalados entre si. De aí em diante, a obra segue intercalando os capítulos e os “Fragmentos do fim”.

A obra *As mulheres do imperador* (2018), narra a história dos destinos das sete mulheres que o “Leão de Gaza” escolhe, dentre as centenas de outros casamentos do imperador, para o acompanhar no exílio. É importante nomeá-las para que não se incorra na reificação dessas personagens, justamente algo que o romance busca desconstruir. Namatuco, Lhésipe Dabondi, Muzamussi, Phatina, Fussi e Malhalha são as protagonistas centrais da obra, e apesar da narrativa se iniciar com a cena de sua chegada em Lourenço Marques, capital da colônia de Moçambique a partir de 1898, nem todas voltaram do exílio em São Tomé. Apenas Phatina, Malhalha, Namatuco e Lhésipe retornam depois de 15 anos. Além delas, outras duas figuras históricas também retornam do exílio; Oxaca e Debeza, mulheres de Nwamatibyane (ou, como os portugueses o chamavam, Zilhalha ou Zichacha), um dos súditos de Gungunhane, também integravam o grupo e são representadas na obra.

Diferentemente de *Ualalapi* (2018), a obra *As mulheres do imperador* (2018) possui uma estrutura menos complexa, e embora possua sete epígrafes, que prepara o leitor histórica e literariamente, os nove capítulos são numerados sequencialmente compondo uma narrativa um pouco mais organizada e dependente uma das outras em seu enredo, embora com muitos saltos temporais e digressões.

### **3.2 *Ualalapi* (1987) de Ungulani Ba Ka Khosa**

O romance *Ualalapi*, publicado em 1987, sem dúvida consta entre um dos romances mais significativos da literatura moçambicana pós-independência. Suas repercussões desde a publicação alimentam análises, artigos, teorias e comparações frequentemente multidisciplinares, que variam entres os campos da história, teoria literária, literatura comparada, sociologia, antropologia, entre outros. A combinação do romance de 1987 com *As mulheres do imperador* de 2018, na publicação que coloca em destaque o *Gungunhana*, suscita uma reflexão tanto sobre a percepção da história da colonização portuguesa em Moçambique e a complexidade da figura do líder do Reino de Gaza. Através de diferentes perspectivas sobre o rei do grupo nguni e seu império, bastante estudado em análises literárias, e o destino legado

às suas esposas exiladas, além de seu retorno ao “país de origem”, a obra reverbera esse recorte da história ao longo do tempo, seja pela obliteração das esposas que o acompanharam em parte do exílio, seja pela desconstrução da própria figura do rei de Gaza.

Dessa forma, este capítulo busca trazer uma reflexão sobre as duas obras que em conjunto constroem uma relação de complementaridade, na busca de um fechamento de ciclo histórico. Visto a distância temporal entre as duas publicações, e seus contextos bastante distintos, é possível perceber que o ponto central do último romance permaneceu olvidado por muitos anos, e a publicação de *As mulheres do imperador* (2018) trará mais uma perspectiva do complexo desdobramento histórico do final do século XIX e início do XX em Moçambique, através da perspectiva das viúvas do imperador e de diferentes narradores desse período.

*Ualalapi* (1987) conta a história de ascensão e queda do Império de Gaza e seu líder do grupo nguni, até sua captura pelo exército colonial português. Embora sua divisão em capítulos – com inserção de variados excertos como epígrafes e fontes diversas que vão desde recortes de jornal, cartas, trecho da Bíblia, etc. – eles aparentam não constituir uma sequência cronológica rígida na narrativa. Seus capítulos são estruturados de maneira que suas leituras isoladas não interferem na compreensão da narrativa. Contudo, a opção por seguir por uma leitura ordinal do romance tem a intenção, entre outras, de destacar complexidade da abordagem do texto e considerar uma estrutura menos flexível de sua organização. Portanto, a análise proporá uma abordagem a partir de cada um dos capítulos em sua ordem, e destacará que existe uma maleabilidade apenas aparente, uma vez que se encontra uma lógica na sua organização, na qual sua disposição sustenta um subtexto cronológico estruturado.

A complexidade da abordagem crítica é bem apontada na tese de Ubiratã Souza, ao recordar o contexto da primeira edição:

Desde o início registra-se certo constrangimento (também por parte da crítica até hoje), em definir essa obra como romance, preferindo-se sempre outras denominações mais atenuantes, como “novela”, ou “ficção”, ou “narrativa longa”. O quadro torna-se mais crítico justamente porque a primeira edição de *Ualalapi*, em 1987, foi acompanhada da palavra “contos” na capa, denominação atribuída devido ao intenso caráter fragmentário que caracteriza sua organização, divididos em pequenas unidades atomizadas. A partir da segunda edição, o epíteto foi suprimido. (SOUZA, 2018, p. 45)

Ao iniciar o romance com uma “Nota do autor”, revela-se a presença do autor no texto de abertura, compondo a diegese da narrativa. Aqui já é dado algumas ressalvas sobre o imperador de Gaza, na qual revela duas verdades, a de que “foi imperador das terras de Gaza” e sobre “um dos prazeres que cultivou em vida foi a incerteza dos limites reais das terras a seu comando.”. No entanto, em seguida, é colocada a dúvida sobre o “fato de Ngungunhane, um

dia antes da morte, ter chegado à triste conclusão de que as línguas do seu império não criaram, ao longo da sua existência, a palavra ‘imperador’” e isso teria sido “fatal para a sua vida”. Entretanto, o trecho segue de uma explicação sobre “a utilização propositada e anárquica das palavras ‘imperador’, ‘rei’ e ‘hosi’ – nomeação em língua tsonga da palavra ‘rei’.”, que o leitor encontrará ao longo da leitura. (KHOSA, 2018, p. 13).

Essa primeira nota aponta uma disputa de versões, na qual o autor expõe uma discrepância em relação ao termo “imperador” que, conta-se, Ngungunhane dizia não haver em sua língua. No entanto, o autor destaca que os termos que serão anarquicamente utilizados na obra comportam o significado que o imperador desejava nos últimos dias de sua vida. A língua tsonga é a principal falada ao sul de Moçambique, onde se estendeu o Império de Gaza. Portanto, a “Nota do autor” traz em poucas linhas questões da dimensão do império, de sua língua autóctone e o destino de Ngungunhane – “Há quem diga que esta lacuna foi fatal para a sua vida, debilitada pelos longos anos de exílio” (KHOSA, 2018, p. 2018) – que contribuem para uma breve introdução da narrativa.

A leitura segue com a introdução de quatro epígrafes, duas de Ayres de Ornelas, governador-geral da colônia de Moçambique entre 1896 e 1898, e o Dr. Liengme, médico missionário suíço que conviveu por um período de quatro anos no reino de Ngungunhane e registrou a dinâmica social na corte– ambos são figuras que fizeram parte da história nesse período de disputa pelo sul de Moçambique. Salta aos olhos do leitor nesse trecho a diferença de perspectivas em relação ao imperador de Gaza, uma vez que a primeira, de Ayres de Ornelas, relata uma impressão positiva sobre o imperador nguni: “era evidentemente o chefe de uma grande raça...”, de feições belas, “...olhos castanhos e inteligentes e um certo ar de grandeza e superioridade...”. O trecho seguinte, atribuído ao médico suíço, retrata outro aspecto do imperador, no entanto por uma perspectiva negativa:

Era um ébrio inveterado. Após qualquer das numerosas orgias a que se entregava, era medonho de ver com os olhos vermelhos, a face tumefacta, a expressão bestial que se tornava diabólica, horrenda, quando nesses momentos se encolerizava...  
(KHOSA, 2018, p. 17)

O trecho que se segue, de Ayres de Ornelas, mais uma vez destaca outra impressão positiva do político e militar português sobre o imperador: “Só direi que admirei o homem, discutindo durante tanto tempo com uma argumentação lúcida e lógica...”. O último trecho desse início da obra, atribuído ao Dr. Liengme, contrapõe-se novamente a essa percepção positiva de Ornelas, ao dizer: “(...) mas toda a sua política era de tal modo falsa, absurda, cheia de duplicidade, que se tornava difícil conhecer os seu verdadeiros sentimentos”. (KHOSA,

2018, p. 17). A dificuldade do missionário reside no jogo político de alianças que Ngungunhane fazia, ao mesmo tempo que jurou vassalagem com os portugueses, negociava armas com a Inglaterra.

O trecho seguinte, apresenta mais uma epígrafe da escritora portuguesa Agustina Bessa-Luís (1922–2019), na qual lê-se: “A História é uma ficção controlada.” (KHOSA, 2018, p. 19). Ao introduzir essa epígrafe bastante sugestiva, coloca-se a aproximação dos termos “História” e “ficção” mediados pelo controle.

Em sequência, o romance inicia a primeira parte dos capítulos que serão denominadas de “Fragmentos do fim”, no qual se estabelece uma narrativa paralela. O “Fragmento do fim (1)”, apresenta uma carta de Ayres de Ornelas a sua mãe, em que o português descreve com entusiasmo o canto de guerra do exército nguni:

Nada no momento pode dar uma pálida ideia da magnificência do hino, da harmonia do canto, cujas notas graves e profundas vibradas com entusiasmo por seis mil bocas faziam-nos estremecer até o íntimo.

Que majestade, que energia naquela música ora arrastada e lenta, quase moribunda, para ressurgir triunfante num frêmito de ardor, numa explosão queimante de entusiasmo! E à medida que as mangas se iam afastando, as notas graves iam dominando, ainda por largo espaço, reboando pelas encostas e entre as matas de Manjacaze. Quem seria o compositor anónimo daquela maravilha? Que alma não teria quem soube meter, em três ou quatro compassos, a guerra africana, com toda a acre rudeza da sua poesia? Ainda hoje nos “cortados ouvidos me ribomba” o eco do terrível canto de guerra vátua, que tantas vezes o esculca chope ouviu transido de terror, perdido por entre as brenhas destes matos...

Ayres d’Ornellas  
“Cartas de África”  
(KHOSA, 2018, p. 21)

Logo é possível perceber a atmosfera problemática dos discursos de perspectivas divergentes na qual a narrativa está construindo para o leitor. Como uma forma de prepara-lo é colocado o problema das versões e perspectivas sobre a história e dos personagens que se contará. Além disso, o trecho da carta do militar português Aires de Ornelas (1866 – 1930), que viria a se tornar Governador-Geral de Moçambique em 1896 logo após a captura de Ngungunhane, data de 14 de agosto de 1895, em um momento em que, embora a Campanha de 1895 já estivesse em curso, ainda se buscavam soluções diplomáticas para a resolução dos conflitos entre os portugueses e os nguni do Reino de Gaza, no qual Portugal procurava obter o cumprimento do acordo de vassalagem firmado em 1885 pelo próprio Ngungunhane, como lembra José Capela ao transcrever a carta da autoridade portuguesa para sua mãe: “É Aires de Ornelas que em 14 de agosto de 1895, da residência da representação portuguesa junto da corte de Gungunhana, aonde se deslocara em missão diplomática, escreve à sua mãe.” A parte

suprimida da carta é bem detalhada quanto às demonstrações do poder militar do exército nguni, porém o excerto publicado fornece uma boa dimensão de sua força.

O trecho “Fragmentos do fim (1)” refere-se, portanto, a um momento em que a campanha portuguesa para a dominação efetiva da região Sul de Moçambique já estava em andamento, apesar de haver ainda uma tentativa pela via diplomática do cumprimento do acordo de vassalagem por Ngungunhane, na qual o imperador exhibe seu poderio militar causando admiração ao militar português, conforme descrito em carta para sua mãe.

Regressando um pouco no tempo, o primeiro capítulo, que não possui título e é marcado apenas pela numeração dos subcapítulos de “I” a “IV”, se inicia com a chegada do exército de Gaza a um outeiro (colina, monte) e descreve Ualalapi (um soldado nguni) à frente de seus guerreiros, voltando de uma caçada, observando o cenário da chegada a sua aldeia e pensando no “doro, nome que leva o pombe” que iria beber junto com um pedaço de carne, enquanto a mulher trabalha na função doméstica ao fogo. Vale ressaltar aqui sobre o trecho destacado, em que se percebe duas dimensões da terminologia utilizada pelo narrador. “Pombe”, diz a nota de rodapé, é uma “espécie de cerveja tradicional de Moçambique”, e o “doro” a forma como é nomeada essa bebida alcoólica fermentada. O leitor encontra dois termos de origem local para uma mesma bebida, um no plano da narrativa (“doro”), e outro no plano fora da narrativa, de origem moçambicana (“pombe”), dessa forma, apresenta ao leitor uma esfera mais íntima do cenário que se constrói, partindo de uma explicação que o introduz ao universo moçambicano, para o inserir no universo de Gaza.

Esse recurso narrativo é bem investigado por Bakhtin (1895–1975) ao refletir sobre as unidades estilístico-composicionais que compõem o romance. Sobre esse gênero, o pensador russo considera que o romance “é um fenômeno plurilinguístico, heterodiscursivo, heterovocal.” (BAKHTIN, 2015, p. 27). Desse modo, a respeito da originalidade do romance, comenta: “...o estilo do romance reside na combinação de estilos; a linguagem do romance é um sistema de linguagens.”, e acrescenta que “O romance é um heterodiscurso social artisticamente organizado, às vezes uma diversidade de linguagens e uma dissonância individual.” (BAKHTIN, 2015, p. 29). Esses conceitos são encontrados ao longo de toda a narrativa, conforme serão mostrados.

A narrativa segue com a interrupção da descida sinuosa do monte por razão de dois pangolins que apareceram no meio do caminho, ao que é dado a explicação da supersticiosidade do povo nguni, “animais de mau agouro”.

Nessa reflexão é reproduzido com clareza o que o professor Ubiratã Souza denomina como etnocentrismo nguni. (SOUZA, 2018). Como uma sociedade militarizada, cuja

construção do império se deu através de conquistas nas batalhas, é possível compreender que o sentimento de mérito e destino da autoridade nguni não possa ser suspenso pelo mau agouro. A seguinte passagem da reflexão de Ualalapi sobre a relutância em aceitar um mau presságio sobre si ou sua família ilustra bem essa ideia:

Não, é impossível, à sua família os ventos do infortúnio não chegarão tão já. Talvez a estes guerreiros, pensou, e viu-os cabisbaixos, como se temessem que a terra se lhes abrisse aos pés, tropeçando por tudo e por nada. A estes também não, pertencem ao vulgo, e ao vulgo a infelicidade sempre lhe surgiu, desde o princípio dos tempos, sem enigmas, às claras, como as suas vidas vulgares e sem história e destino senão o de nascerem para servirem aos superiores até a morte.  
(KHOSA, 2018, p. 29)

Outro aspecto importante de se analisar neste trecho é o conflito que se coloca da “coerção cultural” do Estado da Frelimo com a produção literária moçambicana. Conforme apontado anteriormente, o modelo de literatura que se buscou construir após revolução com o apoio do Estado, dedicava-se a destacar o homem revolucionário e a ideologia do Estado. Além disso, como demonstra Rejane Vecchia e Ubiratã Souza:

Da mesma forma, diversas práticas culturais específicas passaram a ser consideradas como “obscurantismo”, como um tipo de “superstição” a ser transcendido, ultrapassado e eventualmente negado.  
(SILVA e SOUZA, 2015, p. 111)

Ora, ao se colocar a superstição do soldado Ualalapi em relação ao mau agouro dos pangolins que surgem a sua frente na narrativa, em um contexto em que se buscava elevar o líder nguni a herói nacional, ao mesmo tempo em que se considerava negar elementos considerados pelo Estado como “obscurantismo” e “superstição”, estabelece-se aqui uma contradição do herói da narrativa com o discurso do Estado. Outros elementos dessa natureza provocadora são diversas vezes encontrados ao longo da narrativa e apontados nesse estudo conforme aparecem.

Quando chegam, enfim, à aldeia, mais uma vez é narrada uma cena na qual é possível compreender o conceito do etnocentrismo nguni que Ubiratã Souza formula na sua tese. E aqui é necessário compreender a maneira como o império de Gaza se formou.

Após um grande conflito e instabilidade política e social conhecido como Mfecane, além de um período de grande seca, no Reino Zulu (região da África do Sul) entre 1815 e 1835 sob liderança militar de Shaka, Soshangane (1821 – 1858), avô de Ngungunhane, e os nguni emigram para uma região longe do alcance do líder Zulu para onde hoje é conhecido como Moçambique. Shaka Zulu (1787 – 1828), foi um destacado líder militar que trouxe inovações para o exército Zulu como a azagaia de curto alcance – lança que antes da inovação de Shaka

era para combate e arremesso em longa distância –, entre outras inovações como estratégia militar em combate, escudos maiores para os soldados e sandálias melhores proporcionando maior agilidade durante os combates. Além das relevantes inovações militares, durante sua liderança do Reino Zulu (1816 – 1828), Shaka foi reconhecido também por viajantes europeus da época ao destacarem “... a limpeza (como no Benin do século XV) e com a ordem social, a ausência de roubos e a sensação de segurança” (RODNEY, 2022, p. 159). Além disso, destaca Walter Rodney:

Shaka foi capaz de aplicar seus talentos e suas energias criativas em um esforço de criação que valeu a pena. Ele não estava preocupado em lutar a favor ou contra os comerciantes escravistas; ele não estava preocupado em como revender mercadorias feitas na Suécia e na França. Ele estava preocupado em desenvolver a região zulu dentro dos limites impostos pelos recursos de seu povo.  
(RODNEY, 2022, p. 159)

Da mesma maneira, Soshangane (também conhecido como Manicusse, nome que assumiu depois de se tornar soberano de Gaza) e os nguni ao estabelecer o Império de Gaza na região de Moçambique em 1824, também não comercializavam nem devolviam escravos fugidos aos portugueses. No entanto, mantinham cativos de guerras do período de expansão do Reino e, diferentemente do sistema escravista europeu, essa condição não era hereditária, portanto, acabavam trabalhando na lavoura e cultivo de gado e, posteriormente, incorporados à cultura nguni, até mesmo ao exército, caso provassem lealdade ao soberano.

Após sua morte em 1858, sucedeu ao trono seu filho Mawewe e ao tentar expandir seu poder e riquezas atacando os irmãos deixou que escapasse apenas um, Muzila, pai de Ngungunhane. No ano da morte de Soshangane, após Muzila conseguir costurar alianças de diferentes origens – iam desde povos descontentes com a dominação nguni liderada por seu irmão até comerciantes de marfim portugueses – uma guerra fratricida se inicia e se estende até 1864, terminando com a vitória de Muzila. O novo soberano do Império de Gaza governa até sua morte em 1884.

É importante entender as circunstâncias do desenvolvimento histórico do Reino de Gaza e as relações dos soberanos nguni que o lideraram para se compreender melhor parte da complexidade do subtexto da narrativa. Voltando ao capítulo I, os episódios que se seguem narram Ualalapi dialogando com Mputa (“... guerreiro que morreria de forma estúpida e inocente...”) – sobre a morte de Muzila:

- O que é que se passa, Mputa?
- Morreu Muzila.
- Como?
- Dizem que morreu de doença, pois há várias noites que não tirava os olhos do teto da sua casa.

- Uma morte desumana para o nguni.
  - Há quem afirme que o pai morreu da mesma forma.
  - Não era o desejo deles, Mputa.
  - Conheço poucos reis que morreram em batalhas.
  - Mas todos afirmam que é a melhor morte.
  - Quando se referem aos guerreiros.
  - Pensas muito depressa.
  - A guerra assim nos ensina, Ualalapi.
  - Tens razão... Sentes esse cheiro?
  - É o cheiro da morte. Quando um rei morre, alguns súditos devem acompanhá-lo.
- (KHOSA, 2018, p. 31)

Esse diálogo revela o questionamento de Mputa sobre a morte do soberano Muzila, para quem Ualalapi tenta convencer de que a morte em batalhas “é a melhor morte”, mesmo que o guerreiro afirme conhecer poucos reis que tenham morrido dessa maneira, indicando mais uma forma de legitimação da soberania frente a um súdito, ou o etnocentrismo nguni, como teoriza Ubiratã Souza.

Na segunda parte deste capítulo, intitulada apenas pelo número “II”, talvez esteja narrado o episódio mais claro desse conceito. Porém aqui o discurso é enunciado pelo próprio Mudungazi (Ngungunhane), portanto o leitor observa com maior clareza a consciência do protagonista a respeito da origem de seu povo e os princípios que fundamentam sua soberania nguni. Na passagem a seguir, o narrador introduz sobre o que será o discurso e, em seguida, o próprio protagonista assume a narração.

Numa voz entrecortada, chorosa, mas que ia ganhando força ao longo do discurso, como é próprio das pessoas que têm a maestria de falar para o povo, Mudungazi começou seu discurso perante os chefes guerreiros afirmando que as coisas das planícies não têm fim.

(KHOSA, 2018, p. 32)

Nessa introdução do discurso é possível estabelecer uma relação com a “Nota do Autor” no princípio do romance, na qual revela que “um dos prazeres que cultivou em vida foi a incerteza dos limites reais das terras a seu mando”, portanto aproximando o discurso do narrador com o do autor. (KHOSA, 2018, p. 13). Em seguida, Mudungazi discursa para os guerreiros:

– Há muitas e muitas colheitas que aqui chegamos com as nossas lanças embebidas em sangue e os nossos escudos fartos de nos resguardarem.

Ganhamos batalhas. Abrimos caminhos. Semeamos milho em terras sáfaras. Trouxemos a chuva para estas terras adustas e educamos gente brutalizada pelos costumes mais primários. E hoje essa gente está entre vocês, nguni!

Este império sem medida ergueu-o o meu avô depois de batalhas incontáveis em que sempre triunfou. Nele espalhou a ordem e os costumes novos que trouxemos. E ao morrer indicou seu filho Muzila, meu pai, como sucessor. Muzila tinha um coração de homem.

Era bondoso. E muitos aproveitaram-se da sua bondade. Entre eles Mawewe, seu irmão, que no meio de cabalas vergonhosas quis e conseguiu usurpar o poder sem anuência dos espíritos e dos maiores do reino que tinham aceito Muzila como

sucessor, pois fora ele o primeiro a abrir a sepultura onde o seu pai repousaria para todo o sempre. Mas Mawewe esqueceu-se disso e tomou o trono por um tempo que a história não registrará e se registrar será com a perfídia estampada no rosto desse homem que não ousou chamar tio.  
(KHOSA, 2018, p. 33)

Mudungazi discursa aos seus soldados sobre a desavença de seu pai, Muzila, com seu tio, Mawewe, sobre o direito de herança ao trono. É narrado não somente o contexto de formação do império, pela linhagem de seu avô, como o progresso e modernização que os nguni trouxeram para a “gente brutalizada”, subjugados pelos nguni. Além disso, o ritual de sucessão do poder estabelecia que a sepultura do finado fosse aberta por quem deveria suceder o trono depois de algum tempo de decomposição do cadáver e consulta aos mortos. Portanto quem deveria ter participado da cerimônia era Muzila e não seu irmão Mawewe. O rompimento com a tradição nguni por Mawewe, proporciona a Mudungazi um pretexto de natureza ritualística que tem consequências de natureza material. Dessa forma, o desenvolvimento de seu discurso representa as consequências desse rompimento:

Nesse tempo, meus guerreiros, a terra cobriu-se de cadáveres inocentes e as águas tomaram a cor do sangue durante semanas e semanas, levando pessoas a beber o sangue dos seus irmãos mortos por não suportarem a sede que os atormentava. E tudo por teimosia de Mawewe em se manter no poder.  
Muzila morreu, meus guerreiros. À beira morte da morte indicou-me como seu sucessor. A sepultura deverá ser aberta por mim.  
Acham que a história se vai repetir?  
Os guerreiros, num compasso preciso, bateram os escudos de pele na terra e disseram “não”.  
(KHOSA, 2018, p. 33)

Ao terminar o discurso com a pergunta aos guerreiros, Mudungazi constrói a lógica para sua próxima ação. Não deixará que seu irmão também reivindique o trono como seu tio o fez e, conseqüentemente, deve matá-lo para que não haja mais incertezas sobre a legitimidade de sua autoridade:

– O meu irmão Mafemane – prosseguiu – vive a uns quinze quilômetros daqui. Consta-me que se prepara para partir a fim de abrir a sepultura do meu pai. A história não deve repetir-se. O poder pertence-me. Ninguém, mas ninguém, poderá tirar-me até a minha morte. Os espíritos pousaram em mim e acompanham-me, guiando as minhas ações lúcidas e precisas. (...) Não vou partilhar o poder. Ele pertence-me desde que nasci do ventre de Lozio, minha mãe, a mulher preferida de Muzila.  
(KHOSA, 2018, p. 33–34)

A continuação do discurso é marcada pela reiteração de seu direito e legitimidade do poder pelo pressuposto espiritual, familiar e histórico.

Na parte III do primeiro capítulo, a mulher de Ualalapi o questiona sobre o plano do soberano de matar o irmão em razão de “sonhos esquisitos” que teve: “Estou com medo, Ualalapi. Estou com medo. Vejo muito sangue, sangue dos nossos avós...” Ualalapi, guerreiro

incumbido de executar o plano de seu imperador a tranquiliza com o mesmo discurso de Mudungazi, a quem deve fidelidade: “É necessário, mulher. Nós somos um povo eleito pelos espíritos para espalhar a ordem por estas terras. E é por isso que caminhamos de vitória em vitória.” (KHOSA, 2018, p. 36 – 37).

A última parte do primeiro capítulo narra a morte de Mafemane pelo guerreiro Ualalapi. É significativo que o nome da obra leve o nome desse guerreiro, já que é ele quem concretiza a ascensão de Ngungunhane ao poder, imbuído de todo o discurso de seu soberano. No entanto, é mais significativo ainda se pensarmos que na última parte deste capítulo a figura de Ngungunhane mal apareça na narrativa, a não ser indiretamente bem ao fim do capítulo. Além disso, a representação da passagem que leva Mudungazi ao poder, depois que Ualalapi cumpre a ordem, toma um aspecto quase trágico. Sua esposa havia sonhado com a morte do guerreiro e havia pedido para que não aceitasse a responsabilidade de matar Mafemane: “– Morreste andando. A tua voz sustinha o teu corpo sem vida. Eu e o teu filho morremos afogados pelas lágrimas que não pararam de sair dos nossos olhos.” (KHOSA, 2018, p. 35).

Ualalapi, Mputa e Maguiguane, os guerreiros que receberam a ordem de matar Mafemane, atenderam ao seu pedido de voltarem ao fim do dia para matá-lo para poder se despedir de suas mulheres e filhos, e ao voltarem à aldeia para explicar o pedido a Mundungazi são vigorosamente confrontados por Damboia, tia do rei:

– Chegados à aldeia, tentaram explicar a Mundungazi o que viram e ouviram, mas Damboia, com os olhos reluzentes, interpôs-se, vituperando-os como ninguém fizera desde os tempos em que aprenderam a manejar as armas. E para eles o exprobo tornava-se insustentável por vir da boca de uma mulher com má fama, apesar de ser da corte.

– É esta a guarda de elite com que contas, Mudungazi?... Uma cáfila de covardes, cães que só sabem ladrar. Que fidelidade jurastes para Mudungazi? Que fidelidade, seus cães?... Não, não me respondam, não tendes direito à palavra. Devíeis ser entregues aos abutres. É isso que merecem, crianças, filhos malparidos! Vindes aqui tentar convencer-nos que Mafemane, sabendo de sua morte, quis despedir-se das mulheres e filhos? Por que não fê-lo antes? Ah, seus cães, imbecis, estúpidos, crianças sem juízo!... Mafemane prepara-se para fugir, e já deve ter partido. Estúpidos. E tu, Mudungazi, ainda tens coragem de dar guarida a cães que só sabem ladrar? No teu lugar matava-os... Não percamos mais tempo com esses estúpidos. Vai Maguiguane, Mputa e Ualalapi. E levem os guerreiros que quiserem. Mas não apareçam nessa aldeia sem o corpo de Mafemane, nem que tenham que fazer desaparecer a floresta que vos rodeia. Avancem!

(KHOSA, 2018, p. 38 – 39)

A cena da reprimenda e ordem aos soldados é significativa por ter sido proferida por uma mulher, a tia de Ngungunhane e integrante da corte, não tendo sido nem proferida pelo rei e com bastante veemência, como é possível observar no trecho, marcando a relevância da posição da mulher na corte do império, ainda que seja dito *en passant* pelo narrador ser Damboia de “má fama”. Os soldados, embora saibam de algo que não é revelado ao leitor nesse momento,

não questionam sua autoridade conferida pelo rei e acatam as ordens.

Ualalapi após matar Mafemane, tomado por uma espécie de cegueira delirante, perfura inúmeras vezes o peito do irmão do futuro *hosi* até ser impedido pelos outros guerreiros; depois larga a lança e corre em direção à mata gritando “um “não” estridente, lancinante.”, em um acesso de loucura. O narrador nos conta que uma mulher e uma criança choram ao mesmo tempo que seu grito ressoa, insinuando ser o de sua mulher e filho. (KHOSA, 2018, p. 40); e que o grito, som de seu corpo quebrando os galhos e mato, ao correr pela mata e o choro de sua mulher e filho durariam o mesmo tempo, que a quantidade de anos, do governo de Ngungunhane.

O protagonismo de personagens como Damboia – tia de Mundungazi que repreende os guerreiros que voltaram, em um primeiro momento, sem o corpo de Mafemane – e Ualalapi, quem matou o irmão do líder de Gaza, é mais relevante que o próprio Ngungunhane, que ascende ao trono quase passivamente. À exceção da segunda parte do capítulo, no qual o rei anuncia sua intenção de matar seu irmão e suas justificações espirituais e de herança familiar, ou seja, sua legitimidade ao trono, o primeiro capítulo é marcado pelo destaque dado a personagens que possibilitaram a herança do trono e não tanto ao seu herdeiro.

No primeiro capítulo, portanto, é narrado o contexto de formação do império de Gaza e os fundamentos de seu desenvolvimento, além de destacar aspectos da cultura nguni do final do XIX que muitas vezes são alheios aos leitores. Ao aproximá-los do contexto de formação do Reino de Gaza e ascensão de Ngungunhane, a narrativa prepara o universo do qual se narrará os capítulos seguintes. Portanto, o primeiro capítulo – que não possui título – pode ser interpretado como uma introdução para o romance, uma vez que sua construção é composta pelos variados elementos que constituem esse universo, apresentados, aqui, pelas dimensões históricas, sociais e culturais. Adianta-se também uma posição de destaque dado à representação feminina na corte do império, através da protagonista Damboia.

O capítulo que antecede “A morte Mputa” é o “Fragmentos do fim (2)”, e nesse curto trecho é narrado uma cena do coronel português Eduardo Galhardo pisoteando com seu cavalo um homem negro que havia sido fuzilado. Pergunta: “Onde está o rei?” e ao não obter resposta para sua pergunta manda queimar a povoação depois de contemplar “com certo cansaço o mar de mortos sem sepultura que a planície ostentava. Ao longe silenciosa, erguia-se a capital do império de Gaza.”. (KHOSA, 2018, p. 42). Esse trecho, refere-se ao período de confrontos diretos entre as tropas portuguesas e os nguni, no qual os portugueses estão na busca por Ngungunhane. É provável que a cena se passe na batalha de Coolela em 7 de novembro de 1895, uma vez que ao final da passagem diz o narrador: “Ao longe, silenciosa, erguia-se a

capital do império de Gaza.” (KHOSA, 2018, p. 42); a cidade fica a sete quilômetros da capital do império Manjacaze, para onde o coronel seguiria para a captura do imperador. Estabelece-se, portanto, uma continuidade ao “Fragmento do fim (1)” ao localizar a cena depois da carta de Aires de Ornelas para sua mãe no período das tentativas frustradas de resolução diplomática para o conflito com o Império de Gaza, resultando na determinação pelo conflito direto e captura do rei pelo exército português.

O capítulo “A morte de Mputa” narra a punição e morte de Mputa, guerreiro que aparece dialogando com Ualalapi no capítulo anterior, por ter ofendido a inkosikasi (nome dado à rainha); e o plano de vingança de sua filha ao tentar matar o Ngungunhane quatro anos depois. Embora não seja possível marcar historicamente o momento que o ocorre o capítulo, é possível afirmar que seja em um período em que o imperador já tenha conquistado a autoridade no reino e suas decisões são respeitadas por seus súditos. Dessa forma, o tio do rei, Molungo, sabendo da inocência de Mputa tenta abrandar a pena do soldado pedindo para que o ceguem ao invés de matá-lo. Este trecho é marcado pelo medo e respeito às decisões do rei, ainda que sejam injustas, resultando numa adulação servil:

Molungo, tio do soberano, homem que acompanharia o rei no infortúnio dos anos intermináveis de exílio, pediu a palavra, ciente de que Mputa não cometera tal crime, pois bastas foram as vezes que vira a inkozikazi acercar-se do homem como um animal no cio, mas bolas, pensava, palavra do rei não volta a atrás, e não seria ele, Molungo, que revolveria a montanha tecida, mas tinha, para seu agrado, a capacidade de atenuar a pena proferida, e daí que tenha começado a elogiar o rei, enchendo os testículos, o bojo e o traseiro descomunal do hosi, de glórias possíveis e imaginárias, de fatos reais e irreais que ele, rei de tantos feitos, herói sem par na História, foi protagonista primeiro e único que a História registrará enquanto os homens estiverem na Terra!  
(KHOSA, 2018, p. 45 – 46)

Este trecho descreve o respeito e medo às determinações do rei por Molungo e, mais que isso, a maneira como é atribuído o real elemento de insubordinação à autoridade real, cometida pela inkozikazi. Segundo o tio do rei era a rainha que procurava o soldado “como um animal no cio”. Mais adiante, depois de Ngungunhane condenar Mputa à morte, o outro elemento de subversão da ordem real estabelecida é realizado por Domia, filha do soldado condenado à morte. Apesar de Domia não ter concretizado seu plano de assassinar o rei com uma faca, ela o confronta e o insulta profundamente:

Retirou a faca da mão da moça e possuiu-a brutalmente, ela embaixo e ele em cima, ela esperneando e tentando batê-lo, e ele ofegando e tentando esmagá-la com o seu peso de homem e de rei.  
Ultrajada e ferida no íntimo, e com seus planos frustrados, Domia outra coisa não fez que cuspir na cara do rei e chamá-lo de cão, coisa que ninguém, desde que o rei nascera, tivera coragem de dizê-lo de frente, porque de trás sabia que tudo falavam, mas de frente, nunca!

E tremeu. Tremeu ao ver os olhos reluzentes de Domia que incandesciam na casa sem janelas, como os de um gato enfurecido. Tremeu ao sentir-se aviltado como soberano. Tremeu ao sentir que a palavra saía da boca de uma mulher. Tremeu ao se aperceber que a moça era filha de Mputa. E tremeu ao ver o sorriso de escárnio que despontava dos lábios da moça.  
(KHOSA, 2018, p. 50 – 51)

O capítulo “A morte de Mputa” é outro exemplo da contestação da autoridade real no Reino de Gaza praticada pelas mulheres. Vimos no capítulo anterior, também, através da contundente exigência de Damboia (tia de Ngungunhane) para que os soldados trouxessem o corpo de Mafemane (irmão de Ngungunhane), que a decisão e impulso definitivo para o cumprimento da ordem é dado por uma mulher. Nesse sentido, constata-se em mais esse capítulo o destaque que o autor dá às mulheres no romance. Embora Domia não tenha conseguido levar a cabo o seu plano de vingar o pai morto injustamente, sua facada na coxa direita do imperador deixará uma cicatriz que o marcará para o resto da vida: “E o rei passou o resto da vida contemplando, a sós, o sulco que não mais se apagaria do corpo fizesse o que fizesse.” (KHOSA, 2018, p. 51).

O capítulo “Fragmentos do fim (3)” dá continuidade ao fragmento anterior, no qual o Coronel Eduardo Galhardo reporta sua invasão à Manjacaze, na sua campanha de captura do imperador. O relato começa com um tom característico de relatório oficial, em que ele descreve brevemente a pouca resistência que teve na invasão, o aspecto de fuga precipitada, o bombardeio que promoveram sobre a cidade, o saque à povoação e ao aposento do rei e, por fim, a ordem de destruir e incendiar tudo. O narrador complementa o relato acrescentando algumas omissões do coronel, e, neste trecho, a mudança da voz narrativa permite uma construção mais completa do cenário de devastação realizado pelo exército português, mesmo que parcial, da invasão.

O coronel “deixou de registrar” a profanação ao estrado que o imperador usava para os rituais ao urinar sobre ele e cuspir nas paredes; “o roubo de cinco peles de leão que ostentou na metrópole, como resultado duma caçada perigosa em terras africanas.”; o extirpamento e violação dos corpos de cinco negros para “se certificar da dimensão do coração dos negros”; e sua frieza ao ver a cidade em chamas e uma criança em chamas engatinhando desesperada. (KHOSA, 2018, p. 52). A verificação do tamanho do coração dos negros vai além da violência, há aqui uma inspiração da atitude do coronel Galhardo no racismo científico bastante praticado em algumas correntes da biologia e antropologia entre os séculos XVII e início do XX, na qual os não brancos eram considerados raças inferiores e isso explicava diferenças biológicas, comportamentais e sociais.

Ao final desse fragmento, o narrador lembra ao leitor que o comissário régio

Antônio Enes escreveu nas suas memórias que o coronel Antônio Galhardo, que praticou tal violência, teria assento na galeria dos “homens ilustres” da história portuguesa, desvelando o caráter truculento e racista do estado português na colônia de Moçambique.

O capítulo “Damboia”, se divide em três partes e inicia com uma epígrafe bíblica de Apocalipse 18. No Novo Testamento da Bíblia, se refere à queda da Babilônia, sugerindo um final trágico à Manjacaze, capital de Gaza. A primeira parte do capítulo anuncia seu desfecho, já de início, com a morte de Damboia por “uma menstruação de nunca acabar...” (KHOSA, 2018, p. 55). A reação do rei foi exigir que todo reino pedisse aos espíritos que a salvassem do mal que a acometia, pois já haviam curado uma vassala, porém Damboia, por pertencer à corte do rei, tinha um pretexto ainda maior para ser salva. Além disso, Ngungunhane, mais uma vez, reforça o etnocentrismo nguni de que fala o professor Ubiratã Souza (2018), desafiando, inclusive, os espíritos. Neste trecho o narrador é composto por uma alternância amalgamada entre a personagem Ngungunhane e uma segunda voz onisciente garantindo ao discurso uma totalidade na expressão do *hosi*.

Nesse sentido, a primeira parte é introduzida por um narrador observador que logo se transfigura na voz de Ngungunhane: “Tirando o dia, a hora, e pequenos pormenores, todos foram unânimes ao afirmar que Damboia, irmã mais nova de Muzila, morreu de uma menstruação de nunca acabar ao fim de três meses...”. Em contraste, após descrever o que fez o imperador para impedir que o reino não sentisse o cheiro ou fossem ver o que acontecia com Damboia em sua casa, colocando guardas na entrada e suspendendo o ritual *nkuaia* – cerimônia anual na qual vinham súditos de outras aldeias para celebrar e ofertar ao imperador no lhambelo, “nomeação de local sagrado” – segue o segundo parágrafo com esse narrador transitando à voz do imperador (KHOSA, 2018, p. 54):

Por isso, dizia Ngungunhane, mais importante era ela que os assuntos do império e enquanto eu estiver vivo as assembleias podem faltar, eu represento a todos, homens, mulheres, velhos e crianças deste império sem fim, dizia isto com toda a pujança na voz...  
(KHOSA, 2018, p. 55)

Na mesma oração manifesta-se a perspectiva de dois narradores que se intercalarão entre si ao longo de todo o capítulo.

Vale ressaltar que o “lhambelo”, referido anteriormente, é o local sagrado no qual o narrador relatara que coronel Galhardo havia profanado ao urinar após a conquista de Manjacaze, capital do Império de Gaza, estabelecendo uma articulação com o “Fragmentos do fim 3”.

Na segunda parte, a narrativa segue com uma introdução dos eventos que

antecederam a morte de Damboia, no entanto, diz o narrador, “as opiniões divergem.” (KHOSA, 2018, p. 57). Ao anunciar essa divergência de opiniões o narrador revela sua fonte, Malule, que montava guarda à casa de Damboia dos “olhares intrusos” e relata que houve uma grande devastação das casas por conta de chuvas e ventanias vindas do mar. A destruição aconteceu ao redor da aldeia na qual Damboia estava, denotando que os pedidos aos espíritos por sua salvação funcionaram por algum tempo. No entanto, os arredores da povoação sofreram com a devastação: “Na aldeia real havia sol e vento calmo.”; e os que queriam se refugiar na aldeia real eram punidos e “recebiam chicotadas da guarda.”. Domia morreu “No sábado último do mês terceiro da dor.” (KHOSA, 2018, p. 57 – 58).

Ngungunhane culpava os servos que

...saíam da casa de Damboia com sacos cheios de palavras e as lançavam ao vento. (...) eram elas que levavam no saco histórias inventadas, dizendo que Damboia sofria da doença do peito que faz vomitar sangue pela boca, mas que ela vomitava entre as coxas, em paga da vida crapulosa que levava. (KHOSA, 2018, p. 59)

Após o relato de Malule ao narrador sobre o que acontecera com a aldeia e Damboia naqueles dias, o diálogo retorna com o guarda real reforçando que a tia do rei “teve a vida mais sã que eu conheci.”, enfatizando que viveu na corte e, por isso, pode confirmar. Contudo, o narrador rebate insinuando que Damboia talvez não fosse o que ele estivesse pensando, levando Malule apenas a admitir que “Se Damboia teve erros não foram de grande monta.”. Por fim, “colocou duas achas no fogo que morria e recusou-se a abrir a boca. Não insisti.” (KHOSA, 2018, p. 59).

Na terceira parte do capítulo, o narrador conta que ouviu uma outra versão sobre a tia do *hosi*. Nesta versão, Ciliane – uma senhora de idade avançada que havia sido serva de Damboia quando jovem – conta ao narrador sob uma fogueira os últimos momentos da tia de Ngungunhane. Naquela época, ao encontrá-la voltando com uma bilha no braço em direção ao rio, Damboia decide acompanhá-la e seguem o caminho dialogando. Na conversa Ciliane conta a ela o porquê as pessoas a temiam, revelando que ela havia mandado matar homens inocentes. Há uma clara distinção que Damboia faz entre os integrantes da corte e o restante do reino em que reforça a sua legitimidade de poder, visto, também, por sua participação na ordem dada aos soldados de matarem Mafemane e garantir o trono a Ngungunhane:

– Alguma vez recusaste ordens do teu amo?  
– Nunca.  
– Eles recusaram as minhas ordens.  
– Mas que ordens, Damboia? Não achas humano um homem recusar ir para a cama com uma mulher?  
– Quem eram eles para recusar as minhas ordens? Gente da rua sem nome, gente que

nunca sonhou transpor a porta da minha casa. Se fossem homens de palavra ter-me-iam recusado na altura que aponte o dedo.  
– Temiam-te.  
(KHOSA, 2018, p. 61)

A narradora revela que fazia duas semanas que Mosheshe havia sido morto por ordens de Damboia, porém antes de morrer vaticina: “... que aqueles que o impontaram do mundo dos vivos teriam uma morte horrível.” (KHOSA, 2018, p. 62). Na tarde do diálogo com Ciliane, Damboia teria dito que aquele era o dia mais feliz de sua vida e depois de entrar na sua cubata, não saiu mais com vida. A serva passa descrever como os dias se passaram até a morte de sua ama, um derrame interminável de sangue que saía por entre as pernas de Damboia que tomou a aldeia de cheiros desagradáveis, contaminou o rio, matou de sede, provocou suicídios, ensurdeceu alguns guardas e causou loucura temporária em outros, e, neste trecho, a narradora revela que um deles era o Malule, “com quem falaste ontem”.

Nesse sentido, o narrador expõe mais um indício de um relato no qual é possível colocar a dúvida de sua veracidade, ou, pelo menos, de uma suspeita, como narrado na segunda parte. Se na parte anterior o diálogo do narrador com o guarda real apresentava questionamentos sobre a vida de Damboia, da qual ele dizia ter uma vida sã, na terceira parte, Ciliane revela que o guarda foi afetado pela loucura temporária por consequência da morte de Damboia. Portanto, no que se refere a sua crença sobre o caráter de Damboia, o narrador coloca uma importante dúvida. O capítulo termina com o relato apresentando Ngungunhane quase desesperado depois de tentar de tudo para salvar sua tia. Não é para menos, uma vez que foi ela quem possibilitou sua ascensão ao poder.

O capítulo Damboia fecha o ciclo de uma personagem importante para o Reino de Gaza e para Ngungunhane. Desde o primeiro capítulo percebemos sua determinação em compor a corte de Gaza e a fama que foi criando no reino, como apresentando anteriormente, quando os soldados voltam sem o corpo de Mafemane: “... e para eles o exprobo tornava-se insustentável por vir da boca de uma mulher, uma mulher com má fama, apesar de ser da corte.” (KHOSA, 2018, p. 39) ou, ainda, quando Mafemane conversa com os soldados: “E conheço essa crapulosa mulher que tem por nome Damboia.” (KHOSA, 2018, p. 39). A composição que o leitor faz da personagem é constituída através de diferentes dispositivos que Ungulani utiliza na narrativa, que passam pela percepção dos personagens que vivenciaram a história – como Mafemane e Ualalapi –; pelo narrador que conta sua participação na morte do irmão de Mundungazi; e por um outro narrador que conta a história dos momentos finais da vida de Damboia pela perspectiva de dois personagens com pontos de vista diferentes em um tempo relativamente distante da morte dessa importante protagonista – contados ao narrador ao pé de

uma fogueira.

O “Fragmentos do Fim (4)” é um extrato de um relatório de Mouzinho de Albuquerque, captor de Ngungunhane, ao governador interino de Moçambique Joaquim da Graça Correia e Lança (ou somente Correia e Lança) em 1896. Nele é narrado o momento da captura do rei de Gaza e o fuzilamento de seu tio Quêto (irmão de Muzila) e Manhune – soldado e conselheiro que havia sido encarregado, em um primeiro momento, de matar Mafemane e é repreendido por Damboia no primeiro capítulo, a quem Mouzinho chama “alma damnada do Gungunhana” e sobre sua morte relata “Não é possível morrer com mais sangue frio, altivez e verdadeira heroicidade...” – além do militar português perguntar pelo paradeiro de Maguiguane e Molungo (outro tio de Ngungunhane). (KHOSA, 2018, p. 66).

Vale destacar a importância da captura de Maguiguane (em 10 de agosto de 1897) para os portugueses, pois ele chegou a ser o último respiro de resistência do Império de Gaza aos portugueses. Conta-nos René Pélissier, a respeito da última batalha na qual foi capturado e executado, depois de algumas derrotas:

Era ele o verdadeiro Leão de Gaza. Feriu um oficial mas foi abatido por um intérprete (um negro de Lourenço Marques) João Massablano (ou Masebulane). Trespasado por uma lançada, acabou nas mãos dos sipaios. ‘Se os brancos me agarrarem, hei-de morrer como homem grande’, dizia ele depois da derrota de Macontene. E foi fiel à sua palavra expirando com um sorriso de desafio nos lábios aos pés do cavalo do Comissário Régio. Uma bela cena antiga, mais comovente do que a da captura do Gungunhana. Assim morreu o último chefe de Gaza, um simples Khoça de coroa de cera que protegia os derradeiros membros rebeldes do clã do Gungunhana. Mousinho de Albuquerque mandou cortar-lhe a cabeça para pô-la em álcool em Magude. (PÉLISSIER, 2000, p. 322)

O relato, portanto, dá sequência ao fragmento anterior (Fragmentos do Fim 3), no qual Ngungunhane havia escapado da capital Manjacaze para Chaimite. Aqui ele é capturado e seus acompanhantes mais próximos executados.

O capítulo seguinte, “O cerco ou Fragmentos de um cerco”, é dividido em dez partes curtas e narra o cerco de trinta mil soldados à fortificação de Chirime da etnia chope inimiga dos nguni, onde a população e o rei Binguane se encontram sitiados. O capítulo se inicia *in media res*, no décimo dia de cerco, no qual Maguiguane – chefe militar de Ngungunhane – e suas tropas estão observando o deterioramento cruel e desumano dos chopes após a batalha, ao mesmo tempo em que resistem ao tédio e desgaste de sua própria estratégia.

A primeira parte é introduzida por um narrador onisciente que descreve o cerco ao décimo dia: “Os dias sucediam-se aos dias ao ritmo de sonâmbulos senis.” O narrador introduz, a seguir, o guerreiro Macanhangana, seu lugar-tenente, fazendo a ronda com o Maguiguane,

descrevendo os arredores do cerco, insinuando uma repetição cansativa: “... ouviam os risos gastos e as histórias com variantes conhecidas, pisavam os mesmos sítios, contemplavam as mesmas cubatas, os arbustos de sempre, o céu da mesma cor...”. A segunda parte termina com um breve diálogo entre os dois, reforçando a morosidade do tempo:

Macanhangana quebrava o silêncio e dizia as palavras de todos os dias no mesmo tom grave e longínquo dos dias todos.  
– Não vão aguentar.  
– É isso, não vão aguentar – ripostava Maguiguane e seguia em direção à sua cubata. Minutos depois Macanhangana fazia o mesmo.  
(KHOSA, 2018, p. 70)

A terceira parte mantém a passagem morosa do tempo através do fluxo de consciência do narrador. No trecho, destacam-se elementos tão diversos e desconexos que constituem um panorama suficientemente complexo da narrativa:

Há um silêncio dissimulado, falso. As chamas perdem a força no terreiro deserto. O vento levanta folhas dispersas. Ouve-se o ribombar de trovões à distância, muito ao longe. Chove na capital do império. Macanhangana bebe, bebe interminavelmente o sope. Teme a noite. Vê as paredes da cubata tremerem. Sente a casa ondular. Agarra-se à enxerga. Os olhos brilham. Duas lágrimas saltam. Chora. As corujas piam. O vento levanta timidamente a palha das cubatas. Maguiguane pensa no rei. O rei pensa na sua concubina, Vuiazi, mãe de Godide, que desapareceu misteriosamente com as ancas, o corpo, o sorriso, o corpo macio, negro, brilhante. Vuiazi pensa em Kamal Samade, comerciante árabe que se interna nos campos de inhafura por o acusarem de dormir com Vuiazi. Maguiguane adormece. Sonha a mesma coisa. Vê serpentes a devorarem cobardemente os homens, milhares de homens. As mulheres ficam, chorosas, perdidas na planície. Os guerreiros ressonam. Os guardas perscrutam a noite. Sentem o aproximar das hienas.  
(KHOSA, 2018, p. 71)

A voz narrativa movimentava o observador a diversos outros personagens do cerco, como Macanhangana, Maguiguane, Ngungunhane, os guardas e Vuiazi. Essa última, conforme apresentado acima, seria uma concubina de Ngungunhane e mãe de Godide, o herdeiro ao trono escolhido pelo rei, que será exilado com seu pai depois de sua captura.

Na quarta parte o narrador destaca a perspectiva de Maguiguane e seu tormento com os sonhos que tem ao longo do cerco e termina salientando o marasmo dos guerreiros. Na quinta parte, um dos guerreiros escala o cercado para olhar dentro da aldeia e fica sem fala. O que Maguiguane ouve é que “Enlouquecidos pela fome os homens os homens devoram as mulheres e as mulheres devoram as crianças.”. O diálogo ao fim dessa parte representa bem o que foi a conquista de Chirime: “– Isto não é guerra, irmão.”

A sexta parte do capítulo apresenta a perspectiva do líder da fortificação de Chirime, Binguane, dialogando com seu filho, Xipenanyane, sobre a espera de reforços que demoravam. O narrador descreve uma cena bastante gráfica da sobrevivência dos chopos dentro

da fortificação e a crueldade dos nguni ao gargalharem do desespero dos seus inimigos. A sétima parte é o discurso dos dois generais inimigos a prepararem seus soldados para o combate. Xipenanyane destaca o crime de guerra praticado pelos guerreiros de Gaza, e Maguiguane, a selvageria dos chopos e superioridade nguni sobre os inimigos. A oitava parte, em breve relato, resume a combate: “Chamas. Sangue. Gritos. Choros. Morte. Fuga... / Cadáveres.../ A solidão acima de tudo. O silêncio depois da matança. O mundo sem sentido que fica. O vazio que paira depois do crime.” (KHOSA, 2018, p. 77). Destaca-se aqui, mais uma vez, a crueldade da tática nguni no domínio do povo chope.

Na nona e décima partes do capítulo, o narrador destaca o espólio e as consequências do que sobrou de uma guerra que durou “uma manhã e uma tarde”, com o líder Binguane morto, e seu filho Xipenanyane e o líder dos reforços que ele esperava fugidos. Ngungunhane, mais uma vez, desdenha da conquista de seu exército:

– Ngungunhane sentiu-se regozijado.  
– Não, creio que não. O único gesto que fez foi agradecer aos guerreiros pela batalha heroica e recolher à cubata sem contemplar a cabeça do seu inimigo.  
(KHOSA, 2018, p. 78)

O capítulo “O cerco ou Fragmentos de um cerco” desvela o aspecto violento e cruel do exército nguni, cujo líder Ngungunhane, ao fim da batalha comandada por Maguiguane, já apresentado anteriormente, desdenha de seu adversário, semelhante à reação que teve ao anunciarem que seu irmão havia sido morto, conferindo-lhe o trono de Gaza.

Esse capítulo é parte da campanha de expansão dos domínios de Gaza em direção ao sul, e corresponde ao estudo de Réne Pélissier:

Em 1889, o Gungunhana chegou ao sul com seu miserando cortejo de dezenas de milhares de Vandaus (um grupo chona) deportados do Alto Buzi. Instalou-se, pois, em Setembro de 1889 junto ao seu ‘vassalo Binguane Mondlane. O Gungunhana lançara-se no extermínio pura e simples dos Macuácuas e dos seus aliados chopos. O Binguane Mondlane teria sido morto nessa onda (...) e seu povo chacinado, disperso e aniquilado, de tal maneira que seu filho Esperanhana (ou Chipenanyana) foi refugiar-se em Inhambane para ali pedir socorros para o seu povo atormentado pela fome. (...) Seja com for, com este novo descentramento político em Gaza começou o período 1889–1895, que veria o auge das actividades diplomáticas do Gungunhana e também o brutal fim do seu ‘império.’  
(PÉLISSIER, 2000, p. 239)

Dessa forma, é possível identificar no cerco o processo de expansão do Império de Gaza historicamente, com a morte do líder Binguane e a fuga de seu filho Xypanyane, em 1889. Veremos que esse capítulo se estabelece historicamente antes do capítulo “Diário de Manua”, que vem a seguir, estruturando sua ordenação, sem, contudo, se associar narrativamente.

O “Fragmentos do Fim (5)”, transcreve as palavras do governador interino de

Moçambique, Correia e Lança, a respeito do recebimento dos prisioneiros após a conquista de Chaimite por Mouzinho de Albuquerque. O relato se destaca pela felicitação à captura de todos que serão presos e exilados:

[...] e recebo de suas mãos o ex-régulo de Gaza, Mdungazwe, vulgo Ngungunhane, Godide e Molgungo, filho e tio do mesmo Gungunhana, assim como as mulheres deste Namatuco, Fussi, Phatina, Muzamussi, Malhalha, Lhésipe, Dabondi, ex-régulo de Zilhalha, Nwamatibjwana e mulheres deste Pambane, Oxaca e Debeza, traidores à Pátria que ousaram contra ela levantar armas.  
(KHOSA, 2018, p. 79).

O relato, assim como os outros fragmentos, organiza em ordem cronológica, os momentos finais da derrocada do império de Gaza, que culminaram na captura de seu líder Ngungunhane, seus aliados e esposas; e, neste trecho, os prisioneiros são entregues por Mouzinho ao governador interino de Moçambique. Para além da captura, vale ressaltar que nas palavras do governador, entre os “traidores à Pátria que ousaram contra ela levantar armas.” (KHOSA, 2018, p. 79), está incluso as mulheres do imperador Ngungunhane e de Nwamatibjwana, contudo tal afirmação é altamente improvável, uma vez que elas não tinham esse papel na corte.

O “Diário de Manua”, capítulo seguinte dividido em três partes, relata a experiência de um dos filhos de Ngungunhane, através de um diário encontrado entre os escombros da capital dominada, ou seja, após a destruição de Manjacaze. Nele, o narrador retrata parte da vida de Manua que tentou se “assimilar” aos costumes portugueses, e que se inicia na partida do personagem à Lourenço Marques. Durante o caminho, sofre de um brutal racismo e dificuldades que determinarão seu fim trágico.

O registro data do final de julho de 1892, período em que a presença portuguesa já era uma realidade bastante inconveniente para os nguni, até porque o Ultimato Inglês já havia sido publicado dois anos antes, e Gaza expandiu ainda mais os seus domínios como narrado no capítulo “O cerco ou Fragmento de um cerco”, adquirindo novos inimigos.

A viagem é marcada por sua dificuldade em se adaptar ao mar e à comida, já que entre os nguni, como já ilustrado anteriormente, havia o tabu de não usarem barcos e nem comer peixe. Na primeira noite que quebrou o tabu, junto com o vinho e o marulho do mar, vomitou e experimentou o primeiro racismo da sua viagem:

O comandante do navio e os seus dois lugar-tenentes olhavam-no com certa gravidade. – Tens a sorte de seres filho do rei, rapaz – disse o comandante. – Caso contrário limpavas esta merda toda e atirava-te depois pela borda fora, seu preto... Olha para esta porcaria... Olha, vê bem a merda que fizeste...  
(KHOSA, 2018, p. 82)

Após seu vômito ter se alastrado pela embarcação e o mar, Manua escreveu sobre seu pai chamando-o “de ignorante e feiticeiro.”. Nesse relato afirma que o comandante da embarcação não compreende os costumes dos negros, nem os feitiços: “O comandante do navio nada entende de feitiço.”, e que quando fosse rei eliminaria essas práticas contrárias ao catolicismo:

Quando eu for imperador eliminarei estas práticas adversas ao Senhor, pai dos céus e da Terra. Serei dos primeiros, nestas terras africanas, a aceitar e assumir os costumes nobres dos brancos, homens que estimo desde o primeiro dia em que tive acesso ao seu civismo são.  
(KHOSA, 2018, p. 83)

O desejo de Manua destaca uma animosidade com os costumes nguni ao mesmo tempo que o reafirma. Se por um lado o desejo de se converter à religião do “Senhor” é manifestada por ele, por outro, a asserção sobre seu pai feiticeiro e o comandante que não compreende esse universo contribuem para entender o complexo conflito de um personagem que busca uma inserção social alheia às crenças do povo nguni. Manua vive um conflito espiritual no qual seu desejo pelo catolicismo colonizador se choca com a cosmovisão nguni na qual foi criado e tenta inconscientemente conciliar.

O capítulo segue com o relato de um tripulante da embarcação para o capitão do navio sobre um feitiço que vivenciou antes de embarcar no navio e recomendou que vigiassem Manua. No relato, ele e um grupo de brancos que caçavam vendedores de escravos ouviram de um informante que estavam a um dia de caminhada de uma aldeia que tinha escravos que seriam embarcados para Madagascar. Ao chegarem à noite perto da aldeia, depois de muito andarem, viram pessoas dançando, bebendo e praticando sexo ao luar. Resolveram esperar o sol aparecer e cercar a aldeia para, em seguida, atacar. No entanto, ao entrarem na aldeia viram que não havia ninguém, apenas as construções das casas aparentemente abandonadas, macacos e termiteiras. Após espancar e interrogar o informante foram informados que acabavam de presenciar um feitiço no qual os homens se transformaram nos macacos e as mulheres nas termiteiras. O grupo ainda retorna mais uma vez à noite para se certificar das palavras do informante e, mais uma, presenciaram as pessoas bebendo e dançando. É importante notar as palavras do personagem antes de contar a história:

– Conto-vos, lá isso conto-vos, e não pensem que quem conta uma história acrescenta um ponto. O que vos vou contar é tão verdadeiro como verdadeiro é o nome de Maria das Dores que a minha mulher leva e que tanto sofreu com os vômitos desse preto malvado.  
(KHOSA, 2018, p. 84)

Assim como Manua vive um conflito entre a crença dos nguni e a religião católica

portuguesa que deseja se converter, o personagem português tripulante do navio, quase que da mesma maneira, vive um conflito similar, porém em um sentido oposto. A diferença evidente é que ele não diz desejar acreditar na crença local, mas que a vivenciou: “– É isso. Que cortem os tomates do meu pai se minto. Vi eu com estes olhos.”. Ainda acrescenta que “há mais histórias por aí.”. Depois disso recomenda ao capitão que coloque vigias na porta do quarto de Manua, pois o que ele havia feito foi “mostrar aos brancos a força da bruxaria destes pretos.” (KHOSA, 2018, p. 85–86). Manua escutou toda a conversa através da parede e chorou.

As experiências religiosas vividas pelos personagens de diferentes crenças são um dos temas importantes abordados por Mia Couto em sua obra que será analisada ainda neste estudo. “O diário de Manua”, de certa forma, aborda um tema caro da obra *Mulheres de cinzas* (2015) em que uma personagem da etnia chope aprende o português e se converte ao catolicismo, resultando numa identidade híbrida com consequências trágicas.

O narrador, a seguir, diz que o diário não fala dos dias que se seguiram, mas outras fontes relatam sobre o restante da viagem, a chegada do navio e do destino de Manua. Dessa forma, o relato recorre a uma outra voz narrativa definido por um diálogo, marcado pela forma de tratamento “compadre” e um diálogo corrido, narrando mais histórias de feitiço no navio e da bebedeira de Manua. Por fim um dos narradores diz que Manua talvez fique hospedado na casa dos Albasine, pois são mestiços e, por isso, devem se entender.

Na segunda parte do capítulo, o narrador revela que entre os anos de 1892 a 1895, o diário foi quase totalmente comido por ratos e que o que se sabe de Manua é através de textos desordenados em árabe de Kamal Samade. Nele é descrito a degradação do filho do rei na capital do império que, em Mangoanhana, Manua bebia, fumava, não dormia e as testemunhas de seus últimos dias variavam nas opiniões. Para seu irmão, Buisanto, Manua bebia muito por conta de “feitiço dos bisavôs que se irritaram por aqueles modos estrangeiros no andar, no vestir e no falar.”. Já Manhune, o conselheiro de Ngungunhane, contou “ao filho e ao neto que Manua fora envenenado pelo pai, pois era uma vergonha para os Ngunis ver um filho seu assimilar costumes de outros povos estrangeiros.”; acrescenta ainda: “‘Manua parecia um chope, pois era subserviente aos Portugueses.’ ‘Matem-no na próxima oportunidade’, disse Ngungunhane...”. A *inkosikazi* de Ngungunhane, Sonie, disse que Manua estava já louco quando chegou à capital, chegando a desconfiar que seu comportamento era devido aos modos portugueses, mas logo viram que não. A última testemunha desse período, o curandeiro, relata que Manua havia comido peixe, e isso explicava seu comportamento, embora ninguém houvesse acreditado. (KHOSA, 2018, p. 89)

A terceira parte articula diferentes recursos narrativos que combinam diálogo, fluxo

livre com períodos curtos e narração em terceira pessoa do último dia de sua vida. Destaca-se pelos breves recortes que faz do cotidiano na aldeia nesses dias, onde estão a rainha, seus irmãos Iomadamo, Buisanto e Godide, os guerreiros, além de outros elementos que compõem o cenário – cães, ratos, coruja, bois, moscas, lagartos, a noite, a lua, o fogo, o fumo, a manhã, etc. – como se assemelhassem às testemunhas do fim de Manua. Sua morte é só mais um brevíssimo período no meio dessa composição de retalhos da realidade, que culmina no desinteresse de seu pai ao saber da morte de seu filho arruinado ao final do capítulo:

Manua arfava. A lua despontava. A coruja piou de novo. Os cães latiram. O garrafão de sopé caiu, o líquido espalhou-se pelo chão. Os ratos molharam-se. Alguns apanharam bebedeira. A porta caiu. Manua morreu. A coruja piou. Os cães latiram. Os ratos roíam o corpo de Manua. A noite passou. A manhã nasceu. As mulheres foram à água. Os guerreiros foram à caça de gafanhotos. Ngungunhane dormia. Acordaram-no. ‘Teu filho morreu’, disseram. ‘Quem?’, perguntou. ‘Manua’. ‘Enterrem-no’, respondeu e dormiu. A manhã cresceu. Os gafanhotos desapareceram. As nuvens fugiram do céu. O império gemia.  
(KHOSA, 2018, p. 92)

Considerando os relatos e as testemunhas de seus momentos finais da segunda parte do capítulo é relevante refletir sobre a causa de sua morte. De acordo com os personagens, Manua pode ter morrido de envenenamento pelo pai, feitiço conjurado pelos bisavôs ou uma loucura que já vinha desde que chegara à capital. No entanto, nenhuma dessas hipóteses podem ser demonstradas no texto, com exceção da hipótese do curandeiro, que afirma que Manua comeu peixe e que está registrado em seu diário na primeira parte do capítulo: “Na primeira noite, contrariando o hábito secular dos nguni, Manua comeu peixe. Achou-o saboroso e vituperou a sua prole.” (KHOSA, 2018, p. 81). É evidente que isso pode não justificar diretamente a causa da morte do personagem, contudo, sua relação é inequívoca e ganha força ao estabelecermos sua materialidade na narrativa. Portanto o elemento verificável sobre a causa da morte do personagem é a quebra desse tabu da cultura nguni.

Por fim, ao estabelecer o ano preciso da morte de Manua em 1895 – e com a presença de Ngungunhane antes de sua captura – é significativo considerar que o capítulo é organizado em uma ordem cronológica em relação ao todo da obra, uma vez que o último capítulo da obra é o seguinte: “Último discurso de Ngungunhane”, que narra sua manifestação antes de embarcar para o exílio, no mesmo ano da morte de seu filho.

Antes, porém, é necessário comentar o breve “Fragmentos do fim (6)”, no qual traduz-se as últimas palavras de Ngungunhane antes de embarcar para o exílio. Vale ressaltar, que este é o único fragmento que não é atribuído a um europeu ou documento oficial, neste caso, são as próprias palavras de Ngungunhane traduzidas do zulu. O significativo do trecho é o fechamento do arco contado através dos fragmentos, e que, em tom profético “...sereis

escravizados com as vossas mulheres...”, antecede o último capítulo do livro, que contém uma epígrafe introdutória do Evangelho segundo Mateus (24:7,8), do Novo Testamento. (KHOSA, 2018, p. 93).

Sob vaias de uma multidão que o observava embarcar, o narrador conta que Ngungunhane se virou e “gritou como nunca” iniciando o seu discurso profético cujas palavras “percorreram, em outras bocas, gerações e gerações em noites de vigília e insônias, dada a força premonitiva que carregava...”. Nesse primeiro trecho, o rei capturado, anuncia que o desastre tomará a terra sob diversas formas como o ódio, infertilidade dos homens e animais, e pragas como ratos. O rei reafirma, mais uma vez, que os nguni trouxeram a felicidade e prosperidade para os povos e que a traição do povo teria sua punição. (KHOSA, 2018, p. 95)

A seguir, o narrador apresenta uma testemunha do discurso na forma de diálogo: “Há pormenores que o tempo vai esboroando – disse o velho, tossindo. Colocou duas achas no fogo e soprou.”. Esse velho conta que seu avô, Somapunga, contava história de Ngungunhane para ele quando criança e, acrescenta alguns detalhes à história: “– Quando Ngungunhane falava à multidão que o vaiava, uma mulher, sem aparências de gravidez, teve uma criança sem olhos e sexo. Dois homens tiveram um colapso cardíaco.”. Continua o discurso do rei dizendo que os portugueses dominarão as aldeias com suas armas e os registrarão “em papéis que enlouqueceram Manua e que vos aprisionarão.”, esses documentos regularizarão as vidas e as mortes das pessoas. Suas mulheres sofrerão abusos pelos brancos e os maridos nada farão por precisarem do dinheiro que eles jogarão. Ngungunhane afirma ainda que as crianças nascerão sem pais, que doenças aparecerão por darem ouvidos aos curandeiros pois aceitarão um deus: “... pois tudo o que existe na Terra e nos céus está sob o comando do ser que ninguém conhece...”, se referindo ao Deus católico. (KHOSA, 2018, p. 96–99)

Outro elemento importante de seu discurso é a relação com a terra que dominação portuguesa transformará. O rei diz que o branco irá queimar as casas dos povos, usurpar a terra e cobrar impostos: “... usurpando a terra que vem dos vossos antepassados, cobrando as moedas pelas palhotas que erguestes com suor, obrigando-os a trabalhar em machambas enormes...” (KHOSA, 2018, p. 99). Esse trecho refere-se ao imposto da palhota, cobrado sobre a terra; e o chibalo – trabalho forçado por dívida de imposto, (KHOSA, 2018, p. 99) – importantes mecanismos de dominação da estrutura colonial portuguesa agravadas no final do século XIX e início do XX em Moçambique, chegando a aumentar em 70% entre 1901 e 1928. (THOMAZ, 2012).

O velho que narra a história que seu avô o contava continua o relato dizendo que Ngungunhane previa que as gerações esqueceriam as línguas dos antepassados, além disso:

[...] começarão a aprender novas doutrinas que rejeitarão os espíritos, os feiticeiros, e curandeiros. Todos ou quase todos aceitarão o novo pastor, mas pela noite adentro muitos irão ao curandeiro e pedirão a raiz contra as balas do inimigo [...]  
(KHOSA, 2018, p. 101)

Este trecho marca um momento histórico bastante importante de Moçambique. Ngungunhane se refere aqui à independência do país e à guerra de desestabilização que se seguiu ao fim do domínio português. As “novas doutrinas” alude ao período no qual o socialismo ganhava força na luta por independência do país ao mesmo tempo que organizava uma nova concepção de sociedade em que velhos hábitos deveriam ser extintos para atingir uma igualdade totalitária de crenças na revolução desconsiderando, contudo, modelos tradicionais de organizações e crenças locais que sempre existiram na diversificada sociedade moçambicana. Se por um lado a nova doutrina buscava extinguir feitiçarias e curandeirismos, por outro, o povo continuaria recorrendo a esses recursos espirituais para se proteger na guerra contra os invasores portugueses, manifestando, assim, o presságio de Ngungunhane. Em seguida, o discurso prossegue na previsão da sequência da guerra de independência, no sentido que alguns descendentes de portugueses, após se estabelecerem em Moçambique, fariam parte dessa nova sociedade:

Muitos dos filhos destes homens ficarão nestas terras e aprenderão as nossas línguas e dançarão as nossas músicas e casarão com as nossas mulheres à vista de toda a gente e serão nossos irmãos de verdade, porque conjurarão com os curandeiros do amanhã os seus males de séculos. Chegada a vitória tereis um preto no trono destas terras. Exultareis de alegria ao ver subir panos na noite chuvosa da vossa vitória.  
(KHOSA, 2018, p. 102)

O “preto no trono destas terras” é possível deduzir ser Samora Machel (1933–1986), primeiro presidente de Moçambique independente (1975), momento histórico no qual abrange a publicação do romance, em 1987. Por fim, Ngungunhane segue o discurso profético proferindo uma série de pragas que se abaterá sobre o povo, como ratos gigantes, canibalismo, parricídios, infanticídios, fome, miséria, seca, mudanças climáticas, etc., e, finalmente, o velho conta que ele olhou seu público mais uma vez, chamou os Tsongas de covardes e proferiu mais pragas, estava suado e babando, entrou no navio e podiam ouvi-lo cantando e dançando.

O romance termina com o velho que conta a história de seu avô que foi testemunha do discurso, a colocar mais lenha na fogueira e concluindo: “A seca invadiu estas terras – continuou. – A colheita foi má.”, e mais adiante: “Ngungunhane tinha predito.”; o velho chorava depois que contou a história e o narrador termina por dizer: “Algo me intrigava no velho e no discurso de Ngungunhane.” (KHOSA, 2018, p. 104–105).

O último capítulo é marcado por um longo discurso que mistura uma variada quantidade de profecias, algumas exageradas que dão um tom dramático, escatológico e terrível para o futuro daquele povo, outras mais realistas, mas não menos pessimistas, uma vez que Ungulani inclui em meio a sua profecia elementos que de fato ocorreram na história do país que passaria ainda por todo o período colonial, pela guerra de independência, guerra civil, e pelas dificuldades da pós-revolução.

*Ualalapi* (2018) é uma obra de incontroverso peso na literatura moçambicana não apenas por sua relevante abordagem de um dos momentos mais fundamentais da história do país, – a ascensão e queda de um império que reinava o sul de Moçambique e impunha um importante obstáculo aos interesses portugueses no século XIX – que poucas vezes foi abordado na literatura de ficção do país até o momento de sua publicação em 1987. Mas a obra não desenvolveu sua história de modo descuidado, sua própria estrutura carregada de paratextos, citações de fontes variadas, epígrafes, e os capítulos – que, ora se inserem em um contexto bastante específico, ora são histórias sem associação imediata a nenhum evento específico – compõe um deliberado conjunto de partes que formam um todo que, não apenas misturam, mas, também, amalgamam história e ficção.

Nesse sentido, os capítulos da obra, os elementos ficcionais, possibilitam a experiência vivida pelos personagens, e todo o corpo paratextual do romance contribui para construir no imaginário do leitor os elementos históricos e figurados da narrativa, ampliando sua exegese. Portanto, a constituição de todos esses elementos ficcionais e não ficcionais garantem uma experiência de leitura mais integral, no sentido que sustentam uma história carregada de sentidos que se descortinam nas suas diferentes formas literárias.

Além disso, a complexa fluidez das vozes narrativas dos capítulos ficcionais estabelece perspectivas variadas sobre os personagens e os episódios narrados, e não somente; o recurso paratextual também representa figuras históricas distintas, complementando ainda mais o efeito que as variadas fontes criam no leitor. Esse recurso ganha potência quando é estabelecido o tempo no qual alguns narradores se situam. Em alguns momentos o personagem narra sua própria história (trechos do primeiro capítulo, por exemplo), em outros, o narrador conta uma história que aconteceu em um passado (“Damboia”) ou, ainda, conta uma história que lhe foi contada em passado distante (“O último discurso de Ngungunhane”), além do narrador onisciente ou algum diálogo em que não é possível estabelecer sua temporalidade.

Por fim, embora todos esses recursos da narrativa sejam variados e combinados, sua estrutura não é aleatória ou caótica. É possível determinar uma ordem na organização dos capítulos, que constituem uma disposição lógico-temporal e histórica. Primeiramente, os

“Fragmentos do fim”, que antecedem os capítulos, são rígidos em termos de tempo histórico. Se inicia com uma carta Aires de Ornellas, governador-geral de Moçambique, ao olhar admirado pela primeira vez o canto da tropa nguni; em seguida, o segundo fragmento narra o coronel Eduardo Galhardo depois de uma batalha com os nguni em busca de Ngungunhane, possivelmente na batalha de Coolela em 7 de novembro de 1895; depois, no terceiro fragmento, as tropas portuguesas sob o comando de Galhardo dominaram a capital Manjacaze e é informado que o rei fugira; no quarto fragmento, um relatório narra a captura de Ngungunhane e a execução de seu tio e um conselheiro; no quinto, o governador-geral interino de Moçambique, conselheiro Correia, recebe os prisioneiros e felicita a campanha militar de captura do rei; no último e sexto fragmento, são as última palavras de Ngungunhane antes de embarcar traduzidas do zulu.

A estrutura, portanto, se estabelece temporalmente nos momentos finais do rei de Gaza, em que, resumidamente, em um primeiro momento, há o reconhecimento de sua tropa, a batalha de Coolela, a dominação da capital de Gaza, a captura do imperador, o recebimento dos prisioneiros, e, por fim, as palavras finais de Ngungunhane.

Já os capítulos consecutivos aos fragmentos, é possível determiná-los em períodos relativamente precisos do final do Império de Gaza. No primeiro capítulo, Ngungunhane manda matar seu irmão, ascendendo ao poder; no segundo capítulo, o personagem Mputa, é injustamente julgado e executado, e sua filha tenta vingá-lo quatro anos depois tentando assassinar o rei. Nesse capítulo não há nenhuma referência ao período do império, contudo, é possível concluir que há uma certa necessidade de o imperador sublinhar a sua autoridade perante os tsongas, pois seu reino ia do “Limpopo ao Zambeze” (KHOSA, 2018, p. 46–47), se referindo, seu tio, aos rios que compreendem uma extensa área do sul de Moçambique. No capítulo seguinte, “Damboia”, sua tia, morre de uma hemorragia menstrual aguda e volumosa, que leva o rei a ordenar que o ritual anual “nkuaia” – “ritual anual e sagrado em que os súditos, provenientes de todos os cantos do império, à corte se dirigiam, cantando e ofertando iguarias e outras coisas diversas ao soberano dos soberanos” – (KHOSA, 2018, p. 55) não se realizaria, e ordena que os vassallos apaguem as tochas que estivessem acesas pelo império e “para que os machope não se riam da nossa dor.” (KHOSA, 2018, p. 57). Esse dado é importante porque insinua que Ngungunhane não havia ainda subjugado os chope, etnia inimiga que aceitou vassalagem de Portugal, evento que só acontecerá no capítulo seguinte, “Cercos ou fragmentos de um cerco”.

Nesse capítulo, as tropas nguni sob o comando de Maguiguane cercam uma fortificação chope, “que levava o nome genérico de nkokolene”, (KHOSA, 2018, p. 70) –

segundo o historiador António Rita-Ferreira são: “aglomerados protegidos por palissadas” (RITA-FERREIRA, 1975, p. 21) – que ao final da década 1880 e início de 1890, conquista os chope, matam o soberano Binguane, porém seu filho Xipenyane consegue escapar. O massacre do cerco, portanto, se insere em um momento de tentativa de expansão do Império de Gaza que vê sua influência disputada pelos portugueses.

A seguir, o capítulo “O diário de Manua”, narra o desejo de um de seus filhos de se “assimilar” à cultura portuguesa, escancarando o racismo de sua cor, de sua religião e as contradições dos portugueses que viviam com os povos moçambicanos temendo e experienciando suas crenças. O capítulo data a morte de Manua em 1895, ano da captura de Ngungunhane, portanto situando o episódio cronologicamente na narrativa. O último capítulo, “O último discurso de Ngungunhane”, determina pontualmente sua ordenação, o discurso final do imperador, o fim do Império de Gaza e o exílio dos prisioneiros.

Há, portanto, uma linha temporal condutora nos capítulos ficcionais que pode aparentar aleatoriedade, ou embaralhamento, no entanto, existe uma cronologia nos capítulos que pode ser verificada. A leitura dos capítulos ficcionais cotejadas com os episódios históricos apenas engrandece os sentidos da obra como um todo e, em conjunto com todo o aparato paratextual, *Ualalapi* (1987) ganha um conjunto de perspectivas que torna o período final do Reino de Gaza e Ngungunhane uma histórica rica de sentidos como poucas na literatura.

### **3.3 *As mulheres do imperador* (2018) de Ungulani Ba Ka Khosa**

A história e a literatura poucas vezes se debruçaram sobre a vida das mulheres do imperador de Gaza, capturado pelos portugueses em 1895. As sete esposas de Ngungunhane – Malhalha, Phatina, Namatuco, Lhésipe, Muzamussi, Dabondi e Fussi – escolhidas pelo rei para o acompanharem no exílio, são geralmente deixadas de lado para que a história do Império de Gaza e seu líder nguni sejam reconstruídas.

Não é difícil identificar que muitas páginas já foram escritas sobre o último imperador de Gaza e seu império sob a perspectiva de diferentes áreas do conhecimento e enfoques, como a história ou a literatura, por exemplo – para dizer apenas as duas que mais interessa a este estudo. No entanto, outros importantes protagonistas do período de ascensão e queda desse império (século XIX e início do século XX em Moçambique), não investigados de forma igualmente detalhadas, podem oferecer um retrato dessa sociedade e uma consciência mais abrangente sobre sua composição e funcionamento. Desse modo, a representação desses elementos eclipsados na literatura e a recomposição de sua história compõem um quadro mais

totalizante sobre o período em análise, tornando o romance *As mulheres do imperador* (2018) um importante objeto para a compreensão da formação e desenvolvimento desse corpo social, reanimando as palavras do pensador Lukács: “A grandeza do romance histórico clássico consiste precisamente no fato de ele fazer justiça a essa diversidade da vida do povo.” (LUKÁCS, 256, 2011).

*As mulheres do Imperador* (2018) narra o destino dessas ex-esposas, além de outras três de um dos súditos do imperador também exilado, após seu retorno à capital da colônia Lourenço Marques. Entre memórias e ficcionalização, a narrativa desenha a capital moçambicana do início do século XX, com as suas particularidades, dinamismos, contradições e segmentações, além de recriar e narrar de forma ficcional as memórias das esposas que retornaram do exílio à capital Lourenço Marques no ano de 1911.

Antes de se aprofundar na análise do romance, vale destacar um importante artigo da professora e pesquisadora Maria Conceição Vilhena, *As mulheres de Ngungunhana* (1999), da Universidade dos Açores, no qual remonta os acontecimentos desse período da captura e exílio do imperador, suas mulheres e outros prisioneiros. Parte do prestígio de Ngungunhane era oriunda das mais de 200, talvez até 300 esposas que possuía, das quais 40 delas vivam na corte do rei, e os casamentos rendiam presentes e proporcionava alianças com as aldeias dessas esposas. Após Mousinho de Albuquerque ter capturado Ngungunhane, foi dado ao imperador a opção de escolher sete esposas para o acompanhar durante sua captura. Além do imperador e suas sete esposas, seu filho Godide (herdeiro do reino), um de seus tios Molungo e seu cozinheiro Gó também compunham os prisioneiros; e completando o grupo de exilados, um súdito de Ngungunhane, de nome Nwamatibjwana, referido pelos portugueses apenas como Zilha (ou Zixaxa) por conveniência do nome das terras de que era régulo, e três de suas esposas, Oxaca, Dembeza e Pembane; totalizando catorze prisioneiros. É curioso pensar que do total de prisioneiros 10 deles eram as mulheres e apenas 4 homens, evidenciando o caráter desproporcional da punição do exílio.

Após chegarem a Lourenço Marques pelo navio *Neves Ferreira*, são mantidos todos presos até serem levados pelo navio *África* até Lisboa. A viagem de sessenta dias é feita com os prisioneiros dividindo

dois compartimentos pequenos, escuros e mal arejados. Por razões de segurança, aí ficavam fechados à chave, sempre que o barco fazia escala em qualquer porto. E foi o enjoo, a asfixia, a imobilidade, a juntar com a angústia da dúvida sobre o futuro que os esperava. Os jornalistas falam mesmo da tentativa de suicídio de uma das mulheres [...]  
(VILHENA, 1999, p. 408)

Além da realidade repulsiva da viagem, o fato de na cultura nguni haver o tabu impeditivo de não comerem peixe e nem navegar agudizava ainda mais o temor sobre os seus destinos durante a viagem.

Chegam a Lisboa em 13 de Março de 1896 e são levados ao Forte Monsanto de caleche aberta para que a população pudesse ver os prisioneiros. Ao longo do trajeto “O público, apinhado pelas ruas, empoleirado em postes, debruçado das janelas, aos magotes, como enxames, ri, grita, vaia eufórico. (...) Por todo o lado, em todo o percurso, era aquela mole imensa de gente, às gargalhadas e a insultar.” (VILHENA, 1999, p. 408 – 409). O desconhecimento da língua portuguesa, no entanto, privava os prisioneiros de compreenderem o significado das palavras que lhes era dirigidas.

No Forte Monsanto ficam aprisionados por quatro meses, passam frio, recebem visitas, presentes, mas o Ministério da Guerra proíbe as visitas e o cárcere passa a ser mais angustiante. “Tensão, crises de mau humor, cólera, emoções descontroladas, transgredindo assim a contenção imposta pela disciplina militar. (...) Há gritos e ameaças, intervenção das forças da ordem. As mulheres choram, os homens são punidos.” (VILHENA, 1999, p. 410). Nesse período, Ngungunhane chega a adoecer gravemente e é levado ao hospital, levando a algumas das esposas a quase parar de comer e até a adoecer, tamanha a preocupação com o rei. Até que no dia 23 de junho de 1896, os jornais anunciam a separação dos prisioneiros, no qual os homens serão enviados para a Ilha dos Açores onde cumprirão a pena; as mulheres, porém, permanecem no Forte mais duas semanas e no dia 6 de julho são enviadas para a ilha de São Tomé. Foi dada ainda a opção para que Ngungunhane escolhesse apenas uma das suas esposas para o acompanhar no exílio nos Açores e, dessa forma, se adequar à moral cristã monogâmica, pois a cultura poligâmica dos nguni escandalizava a população religiosa e conservadora do país europeu. A separação ocorreu como uma “resposta a uma campanha de moralização, levada a cabo por um grupo de senhoras de bem, revoltada contra a poligamia dos negros.” (VILHENA, 1999, p. 412). Ngungunhane, no entanto, responde que ou iria com todas as esposas ou nenhuma, pois dessa forma não cometeria nenhuma injustiça com suas esposas. A respeito do intervalo entre a partida do imperador e cárcere das esposas no Forte Monsanto nos relata Vilhena:

Segundo contam os jornalistas, foi muito dolorosa a separação, nesse dia 22 de Junho, pelas 7h da manhã. Eles a tremer, de lágrimas nos olhos, convencidos de que iam ser mortos. Elas sem quererem separar-se deles, chorando, gritando, lamentando-se.

Esquecidas pela multidão que antes rodeava o forte, abandonadas aparentemente pelas autoridades, a solidão destas mulheres tornou-se insuportável. Tiraram-lhes os seus companheiros; e ali ficam sozinhas, de 22 de Junho a 6 de Julho.

Duas longas semanas de dor, de dúvida, de solidão e de medo. Caídas numa apatia total, nem forças tinham para qualquer eventual acesso de fúria.

Era a segunda desagregação familiar que sofriam. A voz do sangue silenciada por razões de ordem moral e política. Desprevenidas, indefesas, arrancadas a laços e raízes, elas esperam não sabem o quê.

Finalmente vem do Ministério a decisão: despachá-las para a ilha de S. Tomé. (VILHENA, 1999, p. 411)

Em São Tomé elas são designadas para trabalhar em locais diferentes, sendo oito no hospital civil e militar, e duas no palácio do governo. Vilhena lembra ainda que sendo as principais esposas do rei de Gaza, o trabalho na corte era delegado para as esposas “menores”, portanto eram “rainhas que nada costumavam fazer e sem hábitos do trabalho.” (VILHENA, 1999, p. 414).

Ao serem levadas à São Tomé, separadas dos maridos e não apresentando riscos à Coroa portuguesa, elas são logo absorvidas pelo esquecimento. Durante os quinze anos de exílio, três delas já haviam morrido; Muzamussi, Dabondi e Fussi foram sepultadas na ilha, e depois de instituída a República em Portugal em 1910, decide-se por devolverem as esposas restantes ao seu país de origem; “Comédia eleitoralista ou desejo de reparação?” (VILHENA, 1999, p. 414), provoca Vilhena. Dessa forma, em 1911, são repatriadas à Moçambique.

Cabe ressaltar que, a essa altura, Gaza já havia se tornado uma província da colônia portuguesa, não havia mais reino, nem corte, e os familiares que ficaram se espalharam pelo país, foram presos ou fugiram para outros países por medo de retaliação dos portugueses. Voltaram apenas quatro das esposas e cada uma toma um destino diferente. “Pathina volta a casa, mas o medo lavra na família e ela decide fugir para o Transvaal, com o filho Tulimahance. Foram juntar-se aos milhares de emigrados de Gaza, amigos e familiares de Gungunhana, que se haviam fixado em Spelonken.” (VILHENA, 1999, p. 415), na África do Sul. Quanto às outras:

Namatuco, Chlézipe e Machacha traziam filhos arranjados em S. Tomé, nos quinze anos de exílio; filhos que, nada tendo com Gungunhana, não corriam o risco de vir a ser presos pelos portugueses. Por isso não receram em fixar-se na região onde tinham vivido anteriormente: Chaimite, Chibuto e Chai-Chai, respectivamente. Tinham cumprido plenamente o destino ancestral da mulher: resignar-se e sofrer, numa passividade submissa. Já no seu país, continuarão a cumprir o mesmo destino, como “criadas de servir”.

(VILHENA, 1999, p. 415)

A trajetória do exílio das mulheres do imperador se faz importante pela possibilidade de se confrontar o discurso literário empreendido por Ungulani Ba Ka Khosa no romance *As mulheres do imperador* (2018) e refletir sobre o destino histórico dessas mulheres.

A obra é dividida em nove capítulos enumerados e, assim como em *Ualalapi* (1987), apresenta diversas epígrafes antes do início da narrativa, e os sete trechos selecionados

colocam ficção e história em discussão. Embora esse recurso tenha sido utilizado em *Ualalapi* (1987), a estrutura da obra é mais fluida, no sentido de não haver epígrafes que antecedem cada capítulo, ou pequenos trechos históricos ou narrativos que os antecedem como os “Fragmentos do fim”. As epígrafes são colocadas apenas no início da narrativa e se inicia com dois escritores, Milan Kundera (1929 – 2023) e Luis Sepúlveda (1949 – 2020). O trecho de Kundera, retirado da obra *A ignorância* (2000), ressalta a crítica que se deve fazer tanto aos que “deformam o passado, o reescrevem, o falsificam, que dilatam a importância de um acontecimento, calam a de outro...”, porém, mais importante que isso, se deve fazer uma “crítica mais elementar: a crítica da memória humana enquanto tal.” Já o trecho de Sepúlveda, retirado da obra *A sombra do que fomos* (2009), reflete na mesma matéria, sobre a memória e ficção, alertando para não confiarmos na memória “porque está sempre do nosso lado...” e concluindo “A memória tende sempre à ficção.” (KHOSA, 2018, p. 109).

Os quatro trechos seguintes são recortes dos jornais *O Paiz* e *O Dia* do ano de 1896, ano da captura de Ngungunhane, a respeito de seu destino e de suas esposas. Fica evidente a posição contrária da opinião dessa imprensa sobre o que será feito das mulheres e do imperador capturados. O periódico *O Paiz*, datado de 22 de maio de 1896, comenta a respeito da ocupação que elas terão na ilha de São Tomé:

As pretas, segundo diz um jornal, vão ser empregadas pelo sr. Cipriano Jardim em obras públicas. Que obras públicas serão essas, não sabemos, mas achamos injusto que as passem de obras meramente particulares do Gungunhana para serviços públicos.

(KHOSA, 2018, p. 110)

O jornal questiona a posição de propriedade das mulheres do imperador considerando injusta a sucessão de sua atribuição, de propriedades de Ngungunhane para propriedade do reino de Portugal, portanto sempre propriedades. Já na edição de 23 de junho do mesmo ano, o mesmo jornal reafirma seu posicionamento ao reportar a partida do “terrível vátua” para Angra do Heroísmo nos Açores e da impiedade do “patriarca”, em referência ao rei português D. Carlos I, por separar o imperador capturado de suas esposas: “Escusamos dizer que é cruel o procedimento do governo. (...) Impô-lo a uma abstinência completa e absoluta, é matá-lo lenta, horrorosamente.”. A terceira epígrafe do jornal, de 2 de julho do mesmo ano, conclui:

Ora, a verdade é que nunca essas pobres negras deviam ter vindo para Lisboa, nem elas nem os prisioneiros de guerra. As pretas podiam muito bem ter ficado em Moçambique e o ex-rei de Gaza e os seus companheiros podiam ter ido logo para Angola ou até para os Açores. A Lisboa é que não havia necessidade nenhuma de os terem trazido.

Mas o governo queria dar espetáculo e explorar com os pobres negros o patriotismo

do povo, por isso os mandou vir.  
(KHOSA, 2018, p. 111)

Nesse excerto o jornal aponta a exploração do “patriotismo do povo” pela monarquia como pretexto para a resolução do destino dos prisioneiros, mascarando a contenda política entre Inglaterra e Portugal, com o Ultimato Inglês de janeiro de 1890. Com efeito, a Inglaterra ameaçava o rompimento com Portugal caso não abandonasse os territórios entre Angola e Moçambique que compunham o Mapa Cor-de-Rosa – pretensão lusitana de ligar essas colônias sob seu domínio unindo por terra os Oceanos Índico e Atlântico. Contudo, o projeto português chocava-se com a ambição britânica de ligar as cidades do Cabo, na África do Sul, à cidade do Cairo no Egito, e o “Memorando” do primeiro ministro inglês Lorde Salisbury exigindo a retirada das tropas portuguesas do território produziu uma crise no governo português enfraquecendo a monarquia.

A última epígrafe atribuída ao jornal belga *L'Indépendance Belge*, republicado no jornal O Dia de Lisboa em 30 de julho de 1896, ainda compara Ngungunhane com Behazin (ou Beazin) – rei de Daomé (atual Benim) líder da resistência do povo *fom* contra a colonização francesa – cujo destino pode ser comparado, não somente ao do líder de Gaza, mas tantos outros, como bem sintetizado pelo professor Silvio Correa, no artigo *Imagens itinerantes de potentados banidos da África ocidental* (2020):

No final de março de 1894, o *oba* do Daomé, Béhanzin, foi deportado para a Martinica, após a sua rendição diante da ofensiva das tropas francesas. Em 1896, o *asantéhéné Prempeh I* foi destituído pelos britânicos e partiu para exílio nas Seychelles. No final de fevereiro de 1897, foi a vez da soberana malgaxe Ranavalona III ser destituída e partir para o exílio na ilha da Reunião e, depois, para Argélia, onde morreu em 23 de maio de 1917. Em setembro de 1898, o *almamy* Samori Touré foi capturado e, no ano seguinte, deportado para Ndjolé (no atual Gabão). Já o *hosi* angune Gungunhana foi enviado para Lisboa em 1896. Da metrópole, partiu para o exílio definitivo na Ilha Terceira dos Açores, onde morreria dez anos depois. A imprensa de Lisboa fez de Gungunhana o principal butim das campanhas de África e do comissário régio Mouzinho de Albuquerque um herói nacional. Na África oriental, as tropas britânicas capturaram Mwanga, *kabaka* de Buganda, e Kabarega, *omukama* de Bunyoro. Ambos foram despachados para o exílio nas Seychelles em 1899.  
(CORREA, 2020, p. 439)

É importante lembrar, portanto, que o processo de expansão da ocupação europeia na África ocorreu com maior intensidade no final do século XIX, cuja Conferência de Berlim realizada entre 1884 e 1885 se tornou um marco do imperialismo europeu no continente africano. Nesse sentido, o recorte epigráfico da obra de Ungulani traz o contexto do desígnio dado a potentados africanos que se opuseram ao domínio europeu no qual Ngungunhane integrou. Além disso, relata que o rei capturado não pôde levar suas 7 esposas para o degredo nos Açores, ao contrário de Beanzim que levou quatro para o exílio na Martinica em 1894.

Ambos morreram no exílio no mesmo ano de 1906.

O conjunto dos recortes de jornal selecionados apresenta uma posição abertamente crítica à determinação do governo português de exilar o rei de Gaza e seus acompanhantes, manifestando dois importantes lados do debate público da época – um representado pelas autoridades portuguesas, como o rei D. Carlos I; e outro pela imprensa, tanto moçambicana quanto europeia, como podemos identificar na leitura do romance.

### **O enredo**

A narrativa se desenvolve a partir do retorno a Lourenço Marques em 1906 (a capital da colônia terá seu nome alterado para Maputo depois da Guerra de Independência em 1976) de apenas seis das esposas exiladas; são elas Malhalha, Phatina, Lhésipe, Namatuco (viúvas de Ngungunhane); e Oxaca e Debeza (mulheres de Zixaxa).

A primeira sensação das personagens, quando de seu retorno à terra de origem, não poderia ser diferente ao do estranhamento, tanto das esposas que retornaram, quanto de seus filhos são-tomenses, esses que jamais haviam pisado em terras moçambicanas. Afinal, haviam saído do Reino de Gaza e retornado 15 anos depois à Lourenço Marques, então capital de Moçambique:

- Cheguem aqui meninos – disse Namatuco.
  - Há terra deste lado, mamã.
  - Não desembarcamos por aí. Essa é a terra dos Tembe.
  - Para onde vamos, afinal?
  - À terra dos Zilhalha.
  - Não é Moçambique?
  - Moçambique? – interrogaram-se, com alguma incredulidade...
- (KHOSA, 2018, p. 108)

Aqui vale comentar quem foi Zilhalha para compreendermos a relação que os nguni tinham com outros povos que eram seus vassallos. Entre 1893 e 1894, Nwamatibyane (ou Nwamatibjwana), chefe do povo Zihlahla (conhecido como Zilhalha ou Zixaxa pelos portugueses), e Mahazul, chefe do povo Magaia, se uniram para combater um pretendente ao trono deste, que havia aceitado vassalagem aos portugueses. A batalha progrediu para uma rebelião ronga, povo banto da região ao sul de Moçambique, nos arredores de Maputo, insatisfeita com a vassalagem, resultando no cerco de Lourenço Marques por dois meses, obrigando os portugueses a se refugiarem na fortaleza. A revolta só termina quando os navios portugueses atracados no porto bombardearam a cidade obrigando a desocupação dos ronga, deixando vários mortos e a capital saqueada. Embora não tenha havido participação direta de

Ngungunhane nessa revolta, o rei de Gaza chega a mobilizar tropas para assaltar a cidade e integrar seu exército aos de Zilhalha e Mahazul, no caso de se concretizar a expulsão efetiva dos portugueses.

O apagamento histórico das personagens se manifesta logo ao início quando o narrador descreve Lhésipe “ajudando as companheiras a endireitar as mantilhas gentilmente oferecidas, há quinze anos, por senhoras brancas...”. Mais objetivamente o narrador marca esse apagamento ao comentar: “Estes e outros detalhes ninguém os podia prever e a História maiúscula pouco se ateria a eles...” ao comentar que perceberam a morte de Godido, filho de Ngungunhane, através de “telepáticas mensagens que só afamados curandeiros podiam decifrar...”. Além disso, a própria morte de Ngungunhane é narrada por uma cena que demonstra a falta de empatia às exiladas, além da barreira da língua:

Vejam o que aconteceu ao vosso homem, suas pretas. Ante o ostensivo desprezo do capataz solicitaram os ofícios da cabo-verdiana Matilde para que arrancasse algum significado nas letras em corpo reduzido abaixo da fotografia de Ngungunhane.  
(KHOSA 2018, p. 121 – 122)

Matilde leu a notícia de jornal e “já farta dos floreios da língua que pouco dominava”, porque era também emigrante/prisioneira conclui: “– O vosso homem foi-se!”. Tampouco tiveram notícias de Godide (a não ser pelos sinais do mundo dos espíritos), Molungo e Zilhalha.

A narrativa se inicia *in media res*, ao introduzir a história a partir da chegada ao porto laurentino, e dará saltos temporais breves para reconstruir algumas contextualizações. Vimos esse recurso no primeiro capítulo, no qual ocorre diversas suspensões da história para que o narrador esclareça alguns contextos, por exemplo, voltando quinze anos no tempo para explicar a origem das roupas que trajavam cedidas pelas senhoras brancas “condoídas... com o olhar exausto das exiladas”; a lembrança da chegada do rei derrotado à Portugal; a captação através dos espíritos da “notícia” da morte do herdeiro de Gaza, Godide, em 1911 nos Açores; dos tratamentos a que foram submetidas durante o exílio em São Tomé com trabalhos braçais; do recebimento da notícia da morte de Ngungunhane – esta através de recorte de jornal, traduzido o difícil português e resumido com frieza pela caboverdiana Matilde “– O vosso homem foi-se!”; por fim, em breve comentário o narrador explicita uma mudança que viria acontecer sobre a prática do lobolo, cujas retornadas viúvas ainda não conheciam. Sobre esse aspecto peculiar diz-nos o narrador sobre uma das peças de roupa usadas por elas, chamada “xiquitawana”: “...a blusa, peças destinadas à mãe da mulher pedida em casamento, em cerimônia a que os nativos chamavam, e os tempos modernos resgatariam o ato, pese a utópica

e desvairada iniciativa da falhada revolução em apagar a identidade, de lobolo.”. (KHOSA, 2018, p. 119 – 124). O lobolo, resumidamente, é “a cerimônia de casamento entendida como “tradicional” no sul de Moçambique, na qual a família do noivo oferece bens para a família da noiva em troca do casamento.” (FURQUIM, 2019, p. 5).

Vale ressaltar aqui a evidente crítica do narrador, ainda que *en passant*, ao plano da “falhada revolução” – se referindo ao regime de orientação marxista-leninista da Frelimo que vigorou depois da independência do país se 1975 a 1990, de acabar com essa prática tradicional. É oportuno destacar, contudo, que ainda que essa crítica se dirija ao governo da Frelimo, a última frase do capítulo evidencia, também, o descaso do novo governo republicano português instaurado em 1910: “Estavam descalças.”. (KHOSA, 2018, p.124). Ou seja, através de uma curta frase que encerra o primeiro capítulo, aparentemente sem pretexto, é possível perceber que o simples fato de retornarem sem calçados, após 15 anos de exílio, evidencia o descaso do novo governo português republicano com os “portugueses” não europeus e livres. Dessa forma, o primeiro capítulo introduz, não somente um quadro da situação dramática da chegada das ex-esposas, como uma dimensão crítica tomada a partir de um narrador que tem uma perspectiva atemporal, porque fala do presente, do passado e futuro.

Essa perspectiva prosseguirá no segundo capítulo ao introduzir o personagem que foi governador-geral de Moçambique de maio de 1911 a fevereiro de 1912, José Francisco de Azevedo e Silva, ou Doutor Azevedo e Silva, porque era “formado em Direito com especialidade na área comercial”. Não é mero detalhe a referida especialização em direito (“área comercial”) do governador-geral da colônia, pois logo após seu comentário ao saber da chegada das ex-esposas de Ngungunhane a Moçambique o governador se expressa: “– Que se arranjem. As pretas não têm a dignidade de rainhas. Aliás, faz quase um ano que instauramos a república. Nada lhes devemos.”, o narrador expõe a disputa da companhia Delagoa Bay Development Corporation com a construção de uma linha férrea do governo português na colônia “a ser inaugurado em outubro, por ocasião do primeiro aniversário da República.”:

E neste jogo de influências entre os interesses locais e os do capital do Império Britânico, o governador lutava pelo sucesso da empreitada nacional, e pela República, daí o redobrado interesse em acompanhar de perto o andamento das obras, conversando com engenheiros, e pouco se preocupando com a higiene e segurança dos pretos que se acidentavam às dezenas. (KHOSA, 2018, p. 126).

É possível compreender, desta forma, como funcionou o regime colonial na concepção de um alto funcionário do novo regime português, uma vez que o narrador expõe o caráter racista do novo governo republicano. Além disso, a “Circunvalação”, é apresentada ao

leitor confirmando essa concepção: “Após o trabalho, os pretos apressavam-se a sair da zona delimitada, dirigindo-se à zona das palhotas em crescendo e totalmente desurbanizada.”. E mais adiante: “O que ficava de fora eram as precárias e sempre contingentes habitações dos pretos que serviam a cidade em crescimento...” (KHOSA, 2018, p. 128).

Fica demonstrado, portanto, através de um narrador o projeto racista e imperialista do governo português para a colônia moçambicana. O capítulo segue apresentando personagens que fizeram parte da história do país e, alinhado com o projeto imperialista da recente república portuguesa, o governador-geral de Moçambique conversa com o engenheiro Lopes Galvão, responsável pelas obras, pois estava “aberto ao diálogo, pronto a discutir questões quentes com os que chamava de gente à altura, os poucos doutores e engenheiros que a colônia tinha.” (KHOSA, 2018, p. 129). No entanto havia desconfiança quanto à sua lealdade à república, diz o narrador:

Pois não se mostrava cordial, melhor, apresentava-se frio, distante do cenário bem visível dos brancos no trato com os Cafres, os pretos da colônia, que aos olhos de todos ou quase todos não existiam como pessoas, mas objetos, gente abjeta, meros serviçais dos interesses da agora República. Via-se o mesmo distanciamento e certa altanaria do governante em relação ao jornalista mestiço João Albasine, proprietário do jornal *O Africano*, indivíduo assumidamente republicano e defensor dos interesses dos naturais, os indígenas, os pretos do império. O doutor, no fundo, via-o com certa ternura, ciente de que o futuro da colônia passava por pessoas civilizadas como os irmãos Albasine. Mas não podia, pelo cargo e pelas insequenteadas decisões políticas da nova República, manifestar publicamente o seu pensamento. (KHOSA, 2018, p. 130)

O modo como o narrador nos apresenta tanto o governador-geral, como o engenheiro responsável pelas obras dos “Caminhos de Ferro”, mostra o caráter racista e condescendente dos personagens portugueses membros da administração colonial e os mecanismos do governo para controlar e segregar os nativos moçambicanos. Por outro lado, no entanto, a presença portuguesa em Moçambique, nesse período de recém derrubada do regime monarquista, exigia diálogo com a população local que era realizada, em limitada medida, com moçambicanos “civilizados”, era o caso dos “assimilados”. Nesse caso o narrador está falando de uma pequena população local integrada ao sistema colonial que conseguiram provar que não eram mais “indígenas” e podiam ser considerados portugueses, pois falavam o português, abandonaram costumes religiosos e familiares da tradição locais e tinham bom comportamento.

O narrador ao mesmo tempo que continua retratando a capital colonial Lourenço Marques – o importante jornal bilíngue dos irmãos Albasine, *O Africano*; o perímetro que isolava a população “indígena” do centro da capital, a “Circunvalação”, o “Código da Saúde, que não permitia construções que não fossem de alvenaria no perímetro da cidade” (KHOSA,

2018, p. 133); a presença dos chineses e indianos, representando os pequenos comerciantes que lucravam com vendas de produtos de necessidade básica, como comida e roupa, por exemplo – acrescenta ao longo desse rico cenário a condição das ex-mulheres recém-chegadas do exílio. Elas se encontram ao redor de uma fogueira, com seus hábitos de penteado de suas tradições, e despertam diferentes comentários das pessoas que passavam e as olhavam com o seu “estranho gosto de terem o cabelo em forma de trufa a bons centímetros adentro da testa bem lisa, enquanto as mulheres de Zilhalha se apresentavam com o cabelo rente, como serviçais das outras.” (KHOSA, 2018, p. 132). Através dos comentários é possível distinguir as diferentes percepções e ignorâncias dos transeuntes, que vão desde o espanto por estarem sozinhas ao chegar, são chamadas de feiticeiras, de prostitutas que se recusaram a se deitar com brancos e por isso foram expulsas, chamam os filhos mulatos de “descuidado fruto de noites de gozo”, por fim aventa-se a hipótese de terem sido rainhas de um rei destronado, no entanto, logo em seguida, alguém conclui que não eram dignas de serem rainhas pela condição em que se encontravam: “... assim desleixadas, com trouxas e sacos sem valia! E descalças! E com filhos de outros leitos!”. Conclui o narrador, afinal, que esses comentários eram feitos em língua ronga, desconhecida pelos portugueses, indicando, dessa forma, que a população local, os próprios nativos, desconheciam a origem dessas mulheres, representando seu apagamento quase completo na colônia da ainda recente história da expugnação portuguesa do Reino de Gaza em Moçambique.

Ainda sobre o cenário da capital moçambicana, o narrador retoma a questão da espiritualidade e toma novamente uma posição de destaque, desta vez na voz do narrador:

Na verdade, o que muito perturbava e magoava os pretos não era tanto a impossibilidade tornada lei de erguerem, em zona privilegiada, casas de maior consistência e com material que os brancos convencionaram como o de melhor resguardo às intempéries, mas o crescente controle de circulação que não lhes permitia o livre trânsito e, principalmente, a travessia da baía, a passagem para o outro lado, para as terras dos Tembe, etnia de forte predomínio na zona austral do território moçambicano, e lá trafegar o que sempre foi prática em séculos sem conta: a atividade dos espíritos.

(KHOSA, 2018, p. 134)

A atividade dos espíritos dos povos naturais da região de Lourenço Marques era realizada, segue o narrador, por curandeiros locais para proteção do povo contra os nguni, pois sua presença era sentida tanto física como espiritualmente. O “desvario dos espíritos nguni” era combatido no plano espiritual por curandeiros e aprendizes de curandeiros desde a morte de Ngungunhane no exílio nos Açores em 1906. E complementa:

Dizia-se, à boca pequena, para lá da Circunvalação, e nas palhotas sem o alinhamento e o saneamento da zona branca, que a vingança nguni veio para ficar e, contra todos

os prognósticos, arrasar não os brancos mas os pretos, porque estes foram os maiores responsáveis pela derrota do imperador, ao permitirem que um diminuto número de brancos reduzisse os pretos a objetos, a meros seres sem dignidade, sempre à espreita de migalhas, de pequenos favores, e a comportarem-se como se de estrangeiros se tratassem na própria terra.  
(KHOSA, 2018, p. 135)

Neste trecho é aceitável uma alusão a sua obra *Ualalapi* (1987) na medida em que recorreremos ao último capítulo do livro no qual o personagem Ngungunhane, logo antes de entrar no navio que o levará ao exílio, vaticina uma série de eventos que ocorrerão aos povos subjulgados pelos portugueses, uma vez que se submetiam à cultura e dominação do país europeu. Vale destacar alguns excertos desse discurso no capítulo “O último discurso de Ngungunhane” para articular essa reflexão: “Fora das grades os vossos netos esquecer-se-ão da língua dos seus antepassados, insultarão os pais e envergonhar-se-ão das mães descalças e ocultarão as casas aos amigos.” (KHOSA, 2018, p. 100). Apesar de Ngungunhane dizer que a língua dos antepassados seria esquecida, o que não ocorreu – dado que até hoje a questão linguística se impõe como um quebra-cabeça para preservação da cultura, educação e alfabetização do país (GUNDANE, 2020) – o insulto, a vergonha, as “mães descalças” e as casas afastadas pelo projeto urbano colonial da “Circunvalação” são condições que ocorreram no âmbito da narrativa de *As mulheres do Imperador* (2018), todavia mantém sua coerência na materialidade histórica. Outros trechos do mesmo capítulo que merecem destaque: “... chamar-se-ão nomes que a vossa língua não comporta e voltarão a procurar os curandeiros da vossa salvação...”, e mais adiante: “Mas começarão a aprender novas doutrinas que rejeitarão os espíritos, os feiticeiros e curandeiros. Todos ou quase todos aceitarão o novo pastor, mas pela noite adentro muitos irão ao curandeiro e pedirão a raiz contra as balas do inimigo...” (KHOSA, 2018, p. 100), revelam uma articulação entre as obras não somente pelo evidente desenvolvimento e relação dos personagens, mas, também, pela lógica que coordenam a ficção com a história.

O propósito de trazer esses excertos de *Ualalapi* (2018) é apenas ilustrar uma das conexões entre as obras poucas vezes relacionadas e produtiva para este estudo comparado. O capítulo dois encerra com uma descrição do quarteirão onde os chineses, indianos e muçulmanos mantinham suas atividades comerciais e religiosas, contrastando com a urbanização do restante da área interna à Circunvalação de Lourenço Marques.

O capítulo três continua com uma breve descrição da elite que se formava na cidade, que frequentava bares, cinemas, usavam roupas europeias e não tinham a menor ideia do que era o país além da capital, além da Circunvalação. E mais uma vez salienta o caráter racista europeu na capital da colônia com a sua complexa relação com as diferentes culturas milenares

que sempre habitaram a região.

O narrador sublinha, mais uma vez, como o discurso racista está no alto governo, como no caso do Comissário Régio (em 1891 e 1894) Antônio Eanes sobre os indianos em que: “classificou como ‘densos e vorazes como os gafanhotos, mas mais danosos que estes pois nem serviam, como a praga, para adubar os solos que devastam’.”; mas também na voz da população branca, sobre os chineses:

‘A cidade vai libertar-se da escumalha’. ‘Os indianos e chineses terão de se habituar às terras do sertão profundo.’, ‘Não podemos conviver com essa gente.’, ‘Já nos bastam os pretos nas traseiras das nossas casas.’, ‘É, bastam os pretos nos quintais.’, ‘Esses não tungem.’, ‘Não te fies nos pretos.’, ‘Tem razão. A floresta deu-lhes as manhas da cobra.’, ‘São traiçoeiros.’, ‘Mas já os controlamos.’, ‘Paz passageira.’, ‘Melhor que a convivência com os asiáticos.’, ‘O tempo dirá.’  
(KHOSA, 2018, p. 138 – 139)

O narrador volta às reflexões do governador Azevedo e Silva sobre a publicidade do, então, governo monárquico do período em que o Ngungunhane, as esposas, o cozinheiro e Zilha, estiveram presos em Lisboa – “De que serviu essa palhaçada?, pensava.”, a respeito da recepção que tiveram os exilados em Lisboa. A capital do império se deleitou com a chegada dos prisioneiros, onde produziram-se souvenirs diversos, em que incluíam até bustos de Ngungunhane e Mouzinho de Albuquerque (captor de Ngungunhane), como, também, o interesse dos lisboetas sobre o aspecto físico, a convivência com as sete esposas – que gerava curiosidade com os “dotes físicos paranormais” entre as mulheres –, houve quem veio de longe para ver os “pretos famosos”, como um alentejano indignado por não ter podido ver os prisioneiros:

– Qual história! Falei a uns poucos fardalhões e não fui atendido! Que é proibido, que ninguém lá pode ir e que o ministro nem ao pai dava licença se ele cá voltasse a este mundo. Disseram-me que aquilo não era nenhum jardim zoológico e que os prisioneiros não eram nenhuns ursos, que estivessem em exposição!  
(KHOSA, 2018, p. 140)

Esses trechos demonstram parte do que foi o breve período de cárcere dos prisioneiros em Lisboa, um “circo”, como nos diz o narrador; além da ideia da relação de “pai”, referindo-se aqui ao rei D. Carlos I, um dos últimos monarcas de Portugal, pouco antes da derrubada da monarquia.

Antes de voltar a narrar o destino das retornadas do exílio – que até o terceiro capítulo se encontravam ainda ao redor de uma fogueira logo após o desembarque do pacote que as trouxe de volta a Moçambique – o narrador relata o que se sucedeu a Mouzinho de Albuquerque, “grande oficial da cavalaria, responsável pelas ‘campanhas de pacificação’ em terras a sul e a norte de Moçambique, governador do distrito de Gaza, e, posteriormente, de

toda a província ultramarina...” (KHOSA, 2018, p.141). A suspeita circunstância sobre o seu suicídio com dois tiros em 1902, conforme noticiado à época, levava a população a conjecturar sobre as reais causas da sua morte. Mouzinho de Albuquerque, após retornar de África, possuía ainda certo prestígio pois comandou a captura de Ngungunhane e foi um dos responsáveis pela queda do Reino de Gaza, no entanto, houve críticas a sua conduta desumana no continente. Foi então promovido a aio e preceptor do príncipe D. Luís Felipe de Bragança – posição que não possuía nenhuma simpatia –, e havia boatos de um amor impossível com a rainha D. Amélia, além disso, era conhecido o seu “mal-estar”. Esses seriam pretextos para seu suicídio. Contudo,

Estas eram as ilações de gente letrada, muito distante do saber milenar da população que, em voz baixa, dizia, convictamente, que o suicídio de Mouzinho de Albuquerque teve como causa maior o mau-olhado e a raiva mal contida do imperador vátua Ngungunhane.  
(KHOSA, 2018, p. 142)

É insuspeito, nesse trecho, a perspectiva estabelecida do narrador alinhada com a da população moçambicana, uma vez que já ficou demonstrado anteriormente o forte apelo do vaticínio do rei de Gaza em *Ualalapi* (2018) em seu último discurso e a crença religiosa dos povos tradicionais da região de Lourenço Marques, ainda bastante praticada, fora do perímetro da Circunvalação da capital.

Se por um lado houve uma mágoa da população negra de Lourenço Marques de não poderem atravessar a baía para praticarem as “atividades dos espíritos” por proibição dos portugueses, tampouco os nguni eram bem aceitos por eles, porquanto nem os irmãos Albasine – “paladino dos interesses dos Cafres” – fizeram qualquer menção à chegada das ex-rainhas à capital em seu jornal *O Africano*. Pelo contrário, segundo o narrador: “Elas não provocaram a esperada curiosidade na elite indígena (...) não fizeram a mínima referência à chegada das mulheres no jornal de que eram proprietários. Elas não eram notícia. Não existiam. Foram elididas da memória.”. O narrador explica que essa percepção do governador podia ser oriunda de um artigo de jornal de 1909 d’*O Africano* em que versava sobre o rei de Gaza:

Tirano cruel era o Gungunhana e para vencê-lo V. Exa. pôs a sua espada, a sua energia e a sua vida ao serviço da pátria; e a pátria para abater a arrogância daquela besta imunda não se poupou a sacrificios de nenhuma espécie. Era a luta da razão ao serviço da humanidade, era a civilização expulsando, à ponta da baioneta, o cruel tirano vátua, livrando aqueles povos de Gaza, daquela fera humana, substituindo-a por homens cultos, sérios, moderados possuidores de verdadeira ciência de governar, de administrar. Já lá vão catorze anos!...  
(KHOSA, 2018, p. 142)

O excerto do jornal explicita a complexa relação dos moçambicanos com os portugueses. Por um lado, os “assimilados” – moçambicanos negros ou mestiços que haviam

“superado a condição de indígenas”, conforme classificação do Estado português – viam nos portugueses como uma via de acesso ao progresso e desenvolvimento da colônia e seus cidadãos, por outro lado, a condição de “assimilado” impunha que o cidadão abandonasse as práticas religiosas locais, aprendesse a língua portuguesa e exercesse os costumes portugueses. No entanto, o trecho destacado causava certa confusão na consciência do governador-geral, dado que o jornal dos irmãos Albasine sustentava uma linha editorial na qual buscava representar os direitos dos cidadãos naturais de Moçambique, mais especificamente de Lourenço Marques. O próprio fato de o jornal ser bilíngue, escrito em ronga e português, mostra como a relação do “assimilado” era, de certa forma, negociada, pois justificava-se pelo maior alcance dos leitores, contudo preservava o uso da língua local.

O capítulo quatro retoma mais uma vez às mulheres retornadas do exílio e é introduzido o personagem que, finalmente, as irá dar um destino, um local para viver. Sibuko Simango, funcionário de um almoxarife de Lourenço Marques, é noticiado de que umas mulheres se encontram na estação ferroviária e perto do porto, e se pareciam com seus familiares, suspeitaram serem zulus. Como visto anteriormente neste estudo, os zulus foram um povo da África austral que resistiu à colonização inglesa no século XIX, e que após uma grande agitação social em função das guerras lideradas por Shaka houve uma dispersão da população e estabelecimento de agrupamentos sócio-políticos, entre eles, os nguni na região sul de Moçambique, fundado por Soshangane, avô de Ngungunhane.

Somente no capítulo cinco é onde começaremos a ter um pouco mais de interação entre as personagens retornadas do exílio e mais detalhes sobre suas vidas nesse período. É o caso de Oxaca, mulher Nwamatibyane (o Zixaxa ou Zilhalha, para os portugueses), súdito de Ngungunhane, que guardava os segredos das outras esposas pois era a mais “recatada do grupo”. Tal segredo, lembra Oxaca, mantinha uma realidade bastante comum às mulheres da realeza dos povos do sul de Moçambique. Elas não escolhiam a vida de rainhas, eram os reis que escolhiam suas esposas, por razões diversas, seja pela idade, beleza, dotes diversos, etc., mas, também – e com bastante frequência – havia, também, a dimensão da estratégia política, no sentido de estabelecer alianças com povos dominados militarmente, dos quais se cobrava impostos, por um lado, ao mesmo tempo em que se assegurava proteção.

De todo modo, Pambane, uma das mulheres de Nwamatibyane, expressa seus sentimentos a Oxaca na última vez que souberam de seu paradeiro, durante o exílio em São Tomé, na Roça Água-Izé, uma das maiores plantações da ilha:

Tu compreendes, Oxaca, eu sou ronga, como peixe, gosto da vida boa, sou jovem, como tu, tenho vinte e dois anos e vida por gastar, e sei que este homem me fará feliz,

essa coisa de realeza não escolhi, colocaram-me lá e só via o meu Zilhalha quando a lua se transformava completamente, desaparecendo do céu. E sabes o que custam quatro semanas de espera do teu homem!... Com este não, ficarei com ele, vou tratar da terra dele, e lá me sentirei feliz, ele que fique na cidade, mas ter-me-á durante os fins de semana como a sua eterna manteúda. Que Muzamussi e Dabondi vivam os delirantes sonhos que nunca se tornarão realidade! Eu vou com o meu Fortunato! Adeus, Oxaca!  
(KHOSA, 2018, p. 151)

É importante ressaltar nesse trecho que Pembane lembra Oxaca que é rongá, portanto, de um grupo etnolinguístico diferente do *hosi* de Gaza, e que também não escolheu a vida de rainha. Dessa forma, alguns costumes dos nguni eram estranhos para ela, como o tabu de não comerem peixe, por exemplo.

Já o destino de Fussi, esposa de Ngungunhane, foi diferente. O narrador relata que ela se deixara levar pela vida noturna ainda jovem, e se perdeu, com vinte anos de idade. Foi encontrada morta na praia do Forte São Sebastião. O narrador elabora uma interessante análise sobre a personagem:

Fussi gostava dessa desmemoriação, desse esquecer do que acontecera, pois permitia-lhe repetir continuamente, numa espécie de automutilação, o prazer ou a dor que se desvaneciam com o raiar do sol na praia onde teimava passar as manhãs, banhando-se repetidamente nas cristalinas águas. Era um gesto irrefletido, imponderado, mas que continuamente repetia nas lípidas águas da praia, contrariando os eternos hábitos de outras mulheres e de muitos naturais que se viravam para o interior. [...]  
(KHOSA, 2018, p. 152)

A jovem Fussi, portanto, para o narrador parecia não se importar com os costumes e interesses das outras mulheres do rei, mas não somente, não conseguiu se ligar a nenhum costume, seja nguni ou são-tomense. Talvez uma falta do sentimento de pertencimento e propósito a teriam induzido a essa vida em que se automutilava, já que não era nguni, não era são-tomense, não escolheu o marido, estava exilada e longe da família e de sua terra, resultando no seu fim trágico.

Fussi não se interessava pelos sons e ritmos da floresta, o que a entusiasmava, de fato, eram os latidos de cães no cio, os balidos de bode, os guinchos de porcos e os berros de vitelos que os brancos emitiam quando a fornicavam em noites de estrela ou de chuva, em quartos de bordel ou na praia. Eram esses sons que a perseguiam e a definhavam, tornando-a tísica e desprezada.  
(KHOSA, 2018, p. 152)

É nesse capítulo cinco que começamos a conhecer um pouco mais da vida pregressa das personagens, apresentando de início o rumo que Pembane tomou ao se apaixonar e optar por se mudar para a casa de seu amado Antônio Fortunato, a quem poderia tê-lo aos finais de semana, muito melhor do que esperar quatro semanas pelo marido Zilhalha; Antônio Fortunato que também se apaixonara por ela, embora o narrador sardonicamente se refira a Pembane como

a “amásia preferida” (KHOSA, 2018, p. 151). Em seguida o trágico destino de Fussi também é narrado, como apresentado anteriormente, indicando a grave realidade da vida de uma rainha do Reino de Gaza. Ambas as histórias introduzem uma atmosfera melancólica ao enredo através dessas narrativas trágicas, produzindo um efeito dramático de um futuro comprometido.

Sibuko Simango finalmente aborda as mulheres se apresentando e revelando que era criança em Mandlakazi, capital do Reino de Gaza. Ao revelar quem era seu pai, as mulheres logo reconhecem se tratar de um “mabulundlela”, termo que se refere aos

[...] assimilados à cultura nguni..., significando ‘os que abrem caminhos’. Mantinham fidelidade ao império, aceitando, como sinal de subserviência, furar as orelhas, sinal que permitia à corte nguni controlar os que eram próximos, pois difícil se tornava saber dos que abdicavam do peixe, iguaria que os povos dominados muito apreciavam.  
(KHOSA, 2018, p.153)

Ressalta-se aqui a importância da vassalagem aos nguni, que comprometia não somente a marca no corpo, como os hábitos alimentares. Ao reconhecerem Sibuko como um “familiar”, o narrador conta um pouco da história de Phatina, ex-rainha de Gaza. Embora Phatina tenha sobrevivido ao exílio e retornado a Lourenço Marques, sua história não é menos dramática. Ao ser condenada ao degredo deixara seu único filho, então com dez anos de idade, aos cuidados de tias em Moçambique, porém jamais deixara de pensar nele durante seu desterro; e assim que foram abordadas por Sibuko Simango, logo perguntou pela localização do filho, e Sibuko respondeu que deveria estar por Gaza. A separação do filho pode ter sido o motivo pelo qual tornou-se distante e com um olhar frio para os homens que a desejavam. Tampouco se entregou a novas relações amorosas, embora o narrador revele que houve uma tentativa malsucedida em razão de um mau cheiro oriundo de suas partes íntimas.

Essa subversão do costume nguni de não comerem peixe marca um aspecto importante do degredo das mulheres em São Tomé. “Phatina foi a primeira a quebrar o tabu do peixe” (KHOSA, 2018, p. 155), nos conta o narrador, justificando para as outras mulheres que estavam circundadas pelo mar em uma ilha com abundância de rios. Entretanto, Phatina não convenceu Namatuco e Lhésipe pelos argumentos; essas, por sua vez, justificavam que haviam abandonado o costume nguni porque haviam adquirido filhos de outros homens na ilha e, portanto, essa seria uma transgressão maior. No entanto, nos conta o narrador, que o verdadeiro motivo era que Phatina era bastante habilidosa na culinária, e o cheiro dos seus pratos as haviam conquistado, com exceção de Namatuco.

Nesse caso, Namatuco era a esposa que tinha acesso aos espíritos, habilidades de curandeira era bastante rigorosa com os costumes nguni, motivo pelo qual Ngungunhane a admirava:

Ngungunhane adorava-a mais na vertente premonitória que curativa, pois ela sabia, mais do que ninguém na corte, prever acontecimentos através dos sonhos e das estranhas sensações que a terra fazia chegar às plantas dos pés.  
(KHOSA, 2018, p. 157)

O dom de Namatuco constitui uma relação importante do povo nguni com a terra, sobretudo porque o rei confiava nas suas habilidades, a ponto de, inclusive, ter mandado executar curandeiros que erraram suas predições e que sua esposa o havia segredado. Para além da confiança do rei em Namatuco, é relevante destacar como isso exercia grande influência material nas políticas de Gaza, como vimos anteriormente. Além disso, Namatuco foi escolhida para acompanhar o rei no exílio e mantê-lo em conexão com os espíritos nguni. No entanto, ela perdera seus dons ao atravessar o oceano desconfiando da água que os separa de sua terra e da frieza das terras portuguesas. Por conseguinte, Ngungunhane acaba se afastando de Namatuco produzindo grande tristeza para a rainha e um ressentimento no rei, pois como nos conta o narrador:

Namatuco, nessa natural inclinação de em predizer o futuro através dos espíritos, augurara a viagem à terra dos brancos e a separação entre ele e as mulheres, sem, no entanto, se aperceber que tais fatos coincidiam com o fim do império.  
(KHOSA, 2018, p. 158)

A conhecida dificuldade do rei em aceitar a derrota – demonstrada em diversas passagens desde *Ualalapi* (2018) e, também, em *As mulheres do Imperador* (2018) – e a esperança que alimentava de ainda poder ter uma audiência com o então rei de Portugal D. Carlos I, pode ser explicada por ainda acreditar que haveria alguma resolução favorável para Ngungunhane e para Gaza, pois, como o narrador conta, o *hosi* não percebia a coincidência dos acontecimentos revelados pelas previsões de Namatuco: a separação entre ele e as esposas; e o fim do império. Conforme o tempo do exílio vai passando, o rei começa a constatar que não haverá saída para o cárcere e acaba se afastando de Namatuco.

A rainha, no entanto, ainda que rejeitada pelo rei, não deixa de se relacionar e ter filhos no exílio, mesmo com a ordem do rei para que outros curandeiros a deixassem infértil: “Não posso admitir que esta mulher transmita, por herança genética, os poderes que ela tem a um filho que possa, eventualmente, com o poder a herdar, tirar o meu príncipe Godide da sucessão...” (KHOSA, 2018, p. 161). Identifica-se aqui que a preocupação de Ngungunhane vai

além da sua comunicação com os espíritos de seus antepassados como o do futuro do trono do reino de Gaza. Passado e futuro estabelecem, portanto, sua fusão com as condutas políticas do reino no presente, animados pela comunicação espiritual de sua esposa.

Durante toda essa narração o leitor só perceberá que as mulheres estão sendo levadas por Sibuko Simango para um local na qual elas poderão descansar – fora da Circunvalação – quando Sibuko anuncia que estão quase chegando à fronteira. Lhésipe e Malhalha dialogam e ao leitor é revelado que Malhalha se unira a João Gomes Samakuva, angolano que foi a São Tomé desde criança, com quem teve um filho na ilha. Malhalha, segundo o narrador, era muito apaixonada por Samakuva e, embora tenham vivido certo período de harmonia amorosa, a certa altura do relacionamento essa relação esfriou e Malhalha começou a ter ciúmes de outras mulheres que seu companheiro insinuava interesse. Ao filho que tiveram juntos foi extraído o nome Samakuva, porque o pai “Preferia ensinar ao filho o forro e a língua portuguesa, e, seguindo esse ideário, registrou-o trocando o apelido de Samakuva para Gomes. Tudo, segundo ele, para não prejudicar o filho na ascensão social.” (KHOSA, 2018, p. 164).

O apagamento do nome Samakuva do filho não é um simples detalhe. O próprio pai via no nome que remetia a uma ascensão africana tribal uma forma de obstáculo sombrio para o futuro do filho: “Os tempos do futuro, Malhalha, não jogarão a nosso favor. Estes têm que aceitar a alma do branco para poderem respirar.”. (KHOSA, 2018, p. 164). De acordo com o narrador, Malhalha concorda com seu companheiro a partir de uma reflexão de sua própria circunstância material e de outros familiares próximos:

E nisso ele tinha razão, pensava Malhalha, olhando para sua condição de derrotada e não cristã, pois não adotara nomes comuns aos brancos, como acontecera com Ngungunhana e outros que, com a benção e apadrinhamento do então governador das terras do exílio, o general Frederico Augusto de Almeida Pinheiro, mudaram os nomes, passando a chamar-se, depois do batismo e crisma, Reinaldo Frederico Gungunhana, Antônio da Silva Pratas Godide, Roberto Frederico Zixaxa, e José Frederico Molungo, nomes que pouca ventura tiveram, pois os habitantes da ilha já se haviam habituado aos nomes pagãos que davam certa graça na monotonia das Marias e Josés e Antônio e Franciscos, identidades que pouco tinha a ver com as tradições animistas, alicerçadas em crenças baseadas no protagonismo dos antepassados, e não em Velhos e Novos Testamentos erigidos em terras tão áridas e distantes da água e flora e fauna de toda a espécie que os trópicos ostentavam com abundância e exuberância.  
(KHOSA, 2018, p. 164)

Malhalha, conseqüentemente, não se sente à vontade de voltar do exílio, seja pelo abandono à campa do companheiro falecido na ilha de São Tomé, seja por insegurança de trazer um filho nascido na ilha, ou mesmo, porque “apegara-se à ilha, ao clima, às pessoas, às línguas, e à sua liberdade.” (KHOSA, 2018, p.164). Além disso, a personagem adquiriu o hábito de passar a noite na campa do companheiro falecido, onde escutava a voz de seu marido, as vozes

dos espíritos do oceano em conflito com os espíritos da floresta. De todo modo, Malhalha é convencida pelos próprios espíritos da floresta a voltar à terra natal, onde João Gomes, o filho, teria uma vida melhor, pois não queria abandonar a campá de Samakuva. A diegese de Malhalha nos conta mais sobre o profundo processo de luto por seu marido angolano, a quem amava de verdade, do que o luto por Ngungunhane.

O diálogo se desenvolve com Lhésipe e o leitor conhece essa personagem com um pouco mais de profundidade pelos diálogos. Adquiriu dois filhos no exílio, Maria Antônia e Marco Antônio, que viviam junto com João Gomes, filho de Malhalha, pois as duas esposas sempre foram muito próximas, desde a vida na corte na capital do Império de Gaza, com as quarenta esposas de Ngungunhane.

- Deixaste-te contaminar com o calor da ilha.
  - O calor é interior, Lhésipe.
  - Esse só deve estar com os homens. Nós os servimos.
  - Nunca sentiste?
  - Não. O meu prazer fica-se pela dor. Quando me penetram, ranjo os dentes, cravo as unhas nas costas dos homens, sussurro, e sinto o homem a estrebuchar, a entregar-se, a tornar-se indefeso. Pensei que com os brancos fosse o contrário. Mas todos fodem da mesma maneira. São brutos. A ligeira diferença reside no palavreado que os brancos soltam de forma desordenada. Os pretos, esses, ficam-se muito pelos grunhidos. Isso tu sabes. O Ngungunhane não era assim?
- (KHOSA, 2018, p. 165)

No diálogo é possível perceber que a personagem compreende os homens através das relações sexuais que teve. Tanto brancos como pretos provocam o sentimento comum em Lhésipe, que é a dor, mais especificamente, a dor da submissão. Ela explica um pouco mais adiante: “– Os homens são como leões, não se contentam com uma, mas muitas fêmeas. Ela é que os alimentam, é que vão à caça. O teu homem não foi feito só para ti, Malhalha. Tens que o libertar, deixá-lo à solta!”. (KHOSA, 2018, p. 166). Lhésipe também perdera o marido e não havia se recuperado da sua perda, no entanto, o narrador aponta a qualidade da personagem de encarar o futuro com otimismo.

Ao chegarem nos limites da Circunvalação, Sibuko Simango anuncia: “– Chegamos à fronteira. Aqui termina o mundo dos brancos e começa o dos pretos.”. A partir deste ponto, Namatuco volta a sentir as vibrações da terra, as solas dos pés sentem a energia, e sente que volta a se comunicar com espíritos, concluindo: “Estou a renascer, Phatina. Os espíritos da terra estão a acolher-nos. Voltamos à casa.” (KHOSA, 2018, p. 172).

O narrador descreve mais uma vez a crueldade da Estrada da Circunvalação, desde os aspectos geográficos, até sua representação como elemento urbano de exclusão social. Desde o porto ao sul de Lourenço Marques até seu limite a norte a “urbanização feita a régua e

esquadro” (KHOSA, 2018, p. 173) demarcava a zona em que os portugueses e europeus residiam, onde os negros tinham acesso apenas para trabalhar. Para além desse limite urbano, o narrador descreve ao leitor um importante contexto sobre a situação política e social da capital de Moçambique, da qual as esposas retornadas do exílio pouco, ou nada, sabem:

[...] Sibuko Simango, acompanhado pelas damas das cortes da memória, optou por um dos caminhos de pé, entre a via para Chamanculo e a estrada para Zilhalha, zona pantanosa e de fraca arborização, mas de acesso fácil à palhota que pouco distava da faixa da Circunvalação. A região, composta por centenas de palhotas e dezenas de casas de madeira e zinco, era, maioritariamente, habitada por emigrantes dos distritos de Gaza e Inhambane, não abrangidos pelo recrutamento para as plantações de cana-de-açúcar de Natal e para as minas de ouro de Witwatersrand, na África do Sul, e que procuravam melhores condições de vida e trabalho no porto de Lourenço Marques, na ferrovia ligando a baía à cidade de Pretória, nos serviços camarários, na construção civil e no emprego dos quintais, como então se dizia dos empregados domésticos, trabalho de que Sibuko Simango se orgulhava, em parte por ter um patrão não dado a palavrões e bofetadas e pontapés e cuspidelas. Era comum assistir-se, em pleno dia, a pretos latagões a serem seviciados por senhoras brancas de fraca estatura física, e a outros a serem pontapeados, por tudo e por nada, nas obras da construção civil, por capatazes visivelmente utilizados ou transtornados pelo sufocante calor dos trópicos. (KHOSA, 2018, p. 175)

O trecho retrata em algumas linhas que a situação dos cidadãos moçambicanos pouco mudara com o fim da escravidão em termos de opções e condições de trabalho, humilhações, espancamentos, condições de vida e dignidade humana. Os patrões portugueses empregavam a força de trabalho braçal dos pretos e continuavam praticando toda sorte de degradação de seus funcionários escassamente remunerados e proibidos de viver dentro dos limites da Circunvalação. Vale ressaltar que o trecho que o narrador diz que era comum ver senhoras brancas maltratando empregados negros, muito maiores em estatura que elas, não é fortuito. Zamparoni (2012), aprofunda a análise sobre os mecanismos de dominação colonial ao afirmar que não somente os negros eram chamados por nomes comuns ao português, pois achavam difícil a pronúncia dos nomes locais, como também, era proibido aos seus funcionários de chamarem-lhes pelos seus próprios nomes, portanto, devendo usarem termos como chefe, patrão, patroa, senhor, senhora, etc., estabelecendo, assim, uma definição hierárquica nas relações entre funcionários e patrões. No entanto, esse mecanismo funcionava apenas nas relações de trabalho, dessa forma, os nomes locais eram utilizados apenas nas relações familiares e domésticas, produzindo uma “dupla identidade em que o salutar cinismo não deixava de estar presente.” (ZAMPARONI, 2012, p. 231).

Além dessa marca hierárquica em relação aos negros, o professor argumenta que as manifestações de maior severidade com seus funcionários pelas senhoras/patroas – em comparação com a dos patrões portugueses – se deve ao machismo da sociedade profundamente patriarcal, uma vez que as mulheres brancas “se encontravam numa posição de subordinação

em relação aos homens brancos, procuravam inverter este exercício de poder sobre outros homens: seus empregados negros.”. Conclui, portanto, haver dois níveis do exercício do poder:

primeiro, entre membros da mesma raça quando o critério de subordinação era a pretensa inferioridade do sexo feminino e, num segundo, quando raças diferentes se viam face a face, o critério de gênero perdia importância face aos de raça e classe. (ZAMPARONI, 2012, p. 231)

É importante lembrar, na mesma obra de Zamparoni (2012), o contexto econômico que motivou a exploração da mão de obra moçambicana, para se compreender melhor o panorama moçambicano do período no qual o personagem Sibuko Simango está inserido e as mulheres retornadas estariam entrando:

Indicativas de tal crescimento são as operações do caminho de ferro que ligava Lourenço Marques à Pretória, no coração da região mineira, que multiplicou em trinta e duas vezes os sua arrecadação entre 1889, quando iniciou sua circulação, e 1897, quando praticamente todo o sul de Moçambique já estava sob efetivo controle militar e administrativo português. O porto de Lourenço Marques, ponto terminal do caminho de ferro, demandava cada vez mais braços para os serviços de carga e descarga e não se tardou a dar um enquadramento legal à “obrigação moral” do trabalho. (ZAMPARONI, 2012, p. 63)

Sobre a “obrigação moral”, Zamparoni se refere ao Código do Trabalho Indígena de 1899, no qual Antonio Enes – um dos líderes da campanha militar que capturou Ngungunhane – ajudou a elaborar. O referido código estabelecia, continua Zamparoni:

[...] já em seu artigo 1º, que todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas estariam sujeitos à obrigação moral e legal de adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltassem para substituir e melhorar a própria condição social, tendo plena liberdade de escolherem o modo de cumprir essa obrigação, o que, se não fosse feito, poderia ser-lhes imposto pelas autoridades. (ZAMPARONI, 2012, p. 63)

Os códigos posteriores a esse mantinham esse alinhamento, além disso, outros mecanismos para manter a mão de obra barata e abundante foram implementadas, como a adaptação de impostos antigos, o imposto da Palhota, expropriação das terras mais férteis, obrigação do trabalho e do cultivo.

Ungulani consegue sintetizar essa conjuntura no diálogo de Sibuko Simango com as esposas retornadas no capítulo 6 de uma forma bastante simples, visto que se trata de personagens explorados e despossuídos. Simango após explicar que chegaram em um bairro novo explica às esposas a nova situação. O trecho a seguir pode ser um dos mais importantes da obra, uma vez que aborda as consequências objetivas dessa nova fase do colonialismo português, e onde também, os personagens refletem sobre o futuro dessa geração que nasceu e viveu em Gaza e agora não possui mais nada:

[...] Queremos dinheiro. Os que não vão para a África do Sul correm para aqui, ou ficam nas terras, trabalhando nas plantações e sujeitos ao imposto da palhota.

– Pagam aos brancos? – perguntou, ingenuamente, Namatuco.

– Eles é que mandam agora.

– Gaza morreu?... E Chaimite? – insistiu Namatuco.

– Há um grande chefe branco vivendo e mandando em Gaza. Mandlakazi não é nosso. Chaimite tem um régulo que presta conta aos portugueses.

– O que é isto, então? – perguntou Phatina, visivelmente perturbada.

– É Moçambique.

– Por quê?

– Não sei, Phatina.

– Os miúdos tinham razão – avançou Namatuco.

– Qual razão? – perguntou Sibuko

– Falaram de Moçambique durante a viagem. Dizem que aprenderam na escola.

– São mais felizes.

– Achas, Sibuko?

– Pertencem ao amanhã. Nós somos o passado.

– É – anuiu Namatuco. – Somos o passado. Somos a memória negada. Ninguém vai acreditar na nossa verdade. Esta terra está sendo construída sem passado. Tudo o que é passado é coisa morta. Os Portugueses de hoje serão passado amanhã. Esta terra levará séculos a se encontrar porque vai negar sempre o passado.

(KHOSA, 2018, p. 176)

Esse trecho final do diálogo demonstra uma profundidade arguta, uma interpretação e antecipação de seu mundo bastante pessimista, porém bem próxima da realidade, sobretudo em relação ao destino.

A visão de Namatuco estabelece na sua interpretação do passado e do presente um laço com o tempo do romance, o futuro, no qual os portugueses de seu tempo se tornarão, também, o passado, como se verá depois da independência. Entretanto, sua conclusão é de que não pode se encontrar quem nega o seu passado.

O diálogo prossegue com Simango explicando mais um mecanismo de dominação colonial, no qual os nomes dos pretos são trocados por nomes portugueses ao adquirirem a caderneta de identificação, como foi apontado, mas também, ao descobrir que Ngungunhane havia morrido, fato ocorrido há 5 anos:

– Morreu?! – perguntou Sibuko. – Aqui nada mais se soube do rei. Os brancos andaram a perseguir os que teimavam em falar e aceitar Ngungunhane. E a revolta do Maguiguane acelerou a repressão. Muitos ngunis de verdade fugiram para a África do Sul. Ficamos nós, os Mabalundlelas. Aqui e ali se encontram alguns ngunis. Mas só na refeição é que se podem distinguir dos demais.

(KHOSA, 2018, p. 177)

Os nguni, portanto, como é contado por Sibuko, se misturaram ao restante dos povos e só são identificados pelos hábitos alimentares, em razão do tabu de não comerem nada que venha das águas, como já foi dito. No entanto, Namatuco “com um sorriso trocista” (KHOSA, 2018, p. 177) lembra que alguns ngunis não seguem mais essa tradição.

O narrador prossegue ao descrever a saudade de Debeza, mulher de Nwamatibjwana, de seu tempo de rainha preferida ao olhar a estrada que segue para Zilhalha e da mágoa que seu marido sentiu ao perder o combate de Marracuene contra os portugueses, na qual, inclusive, foram sacrificados alguns comandantes militares após a derrota para “restaurar a ordem e moral das tropas”. Há no trecho a seguir um comentário irônico do narrador que remete ao *Ualalapi* (2018), em que Debeza coloca o questionamento:

Como é que mais de quatro mil homens, adestrados em combates pelo sertão africano, foram derrotados por um insignificante grupo de brancos e pretos estrangeiros, sempre assustados com os cânticos que reboavam pelas vastas planícies das terras além-Marracuene? Como é que o som dessas armas de ferro e fogo se sobrepuseram ao sincopado ritmo dos escudos de pele sacudindo o chão e levantando a nuvem de poeira que a todos devia assustar?  
(KHOSA, 2018, p. 178)

O trecho remete ao Fragmento do Fim (1) de *Ualalapi* (2018) no qual Ayres d’Ornellas, conhecido líder militar que contribuiu na captura de Ngungunhane e em outros combates na “campanha de pacificação” em África, descreve o poder militar das tropas e o medo que seu canto incute em seus inimigos em “Cartas de África” (KHOSA, 2018, p. 21). Apesar do forte poder militar dos nguni, a tecnologia militar portuguesa acabou prevalecendo e levando ao fim do Reino de Gaza e seus súditos. Entre eles, Nwamatibjwana, o Zilhalha, escreve o narrador, embora tenha amargado a derrota na batalha de Marracuene, na qual foi obrigado a fugir e se refugiar sob Ngungunhane, é exilado e consegue se adaptar à nova vida no exílio, tendo constituído família e aprendido o português; ao contrário do rei nguni que não se adaptou tão bem:

E o mais grave no desterro do imperador foi a recusa em assumir, para lá do básico, a língua portuguesa, por a achar sem graça e sem os estalidos da língua em que o zulu era pródigo. Tornou-se homem de poucas falas, ao contrário de Zilhalha que encantou mulheres no esforço da assimilação aos costumes ocidentais.  
(KHOSA, 2018, p. 179)

Enquanto lembrava de seu tempo no Reino de Gaza ao olhar a estrada, Debeza, uma das esposas de Zilhalha, lembrava de seu adultério com o herdeiro do trono perdido, Godide, no período em que estiveram encarcerados no Forte Monsanto em Lisboa. Debeza não confiou seu segredo nem a Oxaca, “que se orgulhava de tudo saber e guardar” (KHOSA, 2018, p. 179). Ainda que a rigorosa sociedade nguni permitisse relações polígamas, tal norma era reservada apenas aos régulos homens; às mulheres era exigido as obrigações domésticas, ou conselheiras de seus maridos. Dessa forma, o adultério de Debeza subvertia esse princípio tão arraigado na sociedade nguni, razão pela qual tinha medo de admitir para quem quer que fosse.

O capítulo 7 descreve a exuberante zona de entretenimento da cidade, a Rua Araújo, cujo período do final do século XIX viveu seu auge, porém depois da Segunda Guerra Mundial entrou em declínio em razão do monopólio das grandes empresas europeias. A Rua Araújo (ou Rua do Pecado) era conhecida pelos seus bares, jogos e prostíbulos, nos quais era permitida somente profissionais do sexo brancas, no entanto, conforme a cidade crescia, expandindo os limites da Circunvalação e aumentando a quantidade de mestiços, além do gosto dos colonos pelas negras, crescia também, a escassez dessas profissionais: “... a tal faixa da Circunvalação deslocava-se para norte, comendo a zona preta, a zona indefinida, a faixa porosa, o território dominado...” (KHOSA, 2018, p. 185).

É num desses bares que o chefe de Sibuko Simango, Antonio Antunes, se senta para beber ou jogar, e o narrador reflete sobre suas preocupações com o funcionário, pois desconfiava que com o retorno das exiladas de mesma origem, elas pudessem levá-lo e perderia, assim, seu funcionário. Na sua divagação menciona que Lourenço Marques era uma cidade cosmopolita e possuía, inclusive, jornais bilíngues como o *The Guardian*, de origem inglesa, mas, também, *O Africano*, também bilíngue, porém em ronga e português; fator que não deveria preocupá-lo tanto, pois o público do jornal eram os negros e mestiços “assimilados”. Antonio Antunes reflete, ainda, ao ouvir os batuques de além da Circunvalação,

[...] se não seria melhor à colônia permitir aos pretos fazerem-se à luz da noite e ocuparem os quintais e as ruas com os seus sons, os batuques e a dança? Que África queria Portugal no mapa de seu vasto império?  
(KHOSA, 2018, p. 188)

Em suas reflexões, destaca o contraste entre a administração colonial sob a monarquia e a recém-implantada república. Para ele, os republicanos ignoravam o conhecimento que os monarquistas adquiriram com anos de experiência na África, agora ele via apenas uma desordenada organização e “desconhecimento da realidade”. Esse sentimento era partilhado, em partes, pelo governador de Moçambique. Ao chegar em casa, Antonio Antunes conclui: “Vou é deixar o almoxarifado e levar o meu Sibuko para o sertão de Gaza ou Inhambane. Que se fodam os republicanos...” (KHOSA, 2018, p. 189). Ao chegar em casa consegue ver as luzes do palácio do governador-geral. O narrador passa, então, às reflexões de Azevedo e Silva e a complexa responsabilidade que seu cargo requiriria, ainda mais em condições de uma reformulação radical da política metropolitana.

O governador-geral, nos conta o narrador, reconhecia seu medo do sertão africano e o poder dos batuques dos pagãos, que atraíam até mesmo alguns portugueses que se aculturavam com os costumes africanos. Sabia e até admitia as atividades da Rua Araújo, pois entendia que era importante para os exploradores do sertão, os marinheiros, operários e

passageiros da linha férrea que ligavam às minas do Transvaal. Nesse trecho é possível perceber o seu racismo, opondo os povos habitantes do sertão – os selvagens – e os portugueses da cidade – os civilizados: “A Rua do Araújo era importante para o sequioso explorador do sertão que vinha à cidade reencontrar-se com a civilização [...]” (KHOSA, 2018, p. 190).

O governador não se preocupava tanto com as esposas retornadas do exílio, uma vez que considerava que elas haviam sido “varridas da memória popular”, o que o inquietava era o destino de Moçambique, “Que fazer com essa imensidão de terras e gentes?”. Com o fim da monarquia, o governador pensava que era necessário uma urgente “montagem de uma administração à dimensão do território, e pensar-se no futuro da colônia...” (KHOSA, 2018, p. 191).

O narrador descreve uma carta enviada a um amigo na qual é possível entender um pouco melhor a psicologia do governador-geral e seus sentimentos em relação à colônia. Na carta, Azevedo e Silva confessa ver nos pretos um “adiamento da vingança”, que se daria pelo esquecimento, da mesma maneira com que fizeram com Ngungunhane. Ele compara, em seguida, os costumes portugueses de rememorar sua história “impregnada nas paredes de pedra, nas calçadas resistindo ao anonimato dos nossos passos, na toponímia eternizando os valorosos e insígnis cidadãos da pátria e do mundo.”, ao dos africanos, que considera o esquecimento como a maior pena que eles poderiam aplicar. Outro importante aspecto de sua carta é seu incômodo com os colonos que não formaram vilas, nem cidades, além de outros que “se afastam do nosso convívio e se encantam com o modo de ser dos indígenas”; para ele o que deveriam fazer é “conquistar essas almas, trazê-las à luz, convertê-las. O nosso destino é cristianizar...”; e neste trecho da carta o governador-geral admite que o papel da Igreja Católica seria o de amansar os “indígenas” e possibilitar a sua aproximação com os colonos, mas defende a escolarização massificada. No entanto reconhece que existe uma África que talvez jamais “domestiquem”, pois mesmo que assistam aos cultos cristãos eles continuarão praticando os cultos pagãos. É possível estabelecer, mais uma vez, a dupla identidade de que Zaparoni (2012) fala, nesse caso, reproduzido na fé:

Os seus deuses têm a ver com as culturas terrenas. (...) A pele cristã é para a ocasião, é o sim não assumido, é deixar o branco convencido das boas intenções do preto, da assunção dos princípios cristãos. É uma farsa. Não se fie nisso, amigo. Eles nunca se desligarão dos princípios que os nortearam por séculos sem memória. (...) Enterrar a cultura pagã é utopia.

(KHOSA, 2018, p. 193 – 194)

O governador reconhece a dificuldade do projeto – ou a falta dele – ao comparar as práticas do período monárquico com os valores republicanos na abordagem com os povos locais e as políticas coloniais:

Sou por um espaço mais humano. Exaspera-me a forma como tiramos os indígenas da sua zona de conforto, da sua zona de eleição, e os remetemos, em horários convencionados ou em épocas sazonais, em nosso mundo, ao mundo que queremos erguer. Não respeitamos as particularidades. Queremo-los como grupos indistintos, uma manada de gados, simples objetos. Pessoas como Mouzinho de Albuquerque e Antônio Enes tiveram fibra para isto. Souberam, ao tempo, e acima de qualquer sentimentalismo, definir as regras do jogo. Nós, defensores de princípios republicanos, ainda andamos à deriva, criando e descrendo normas. A realidade da colônia pende ainda para as práticas monárquicas. E nós, declarados inimigos da monarquia, queremos, apressadamente, uma nova narrativa para um mundo sujeito, há mais de três séculos, a regras monárquicas.  
(KHOSA, 2018, p. 195)

A carta continua abordando o domínio econômico e influência política dos ingleses na colônia e nos “corredores diplomáticos de Lisboa”. (KHOSA, 2018, p. 195).

O capítulo sete termina com o narrador descrevendo o descontentamento de Azevedo e Silva com a sua vida na colônia, “Não fora feito para a governação de colônias [...]”, “[...] não se achava à altura de voos ultramarinos.”, e lembra que em oito meses ele seria exonerado da governança-geral para se tornar procurador-geral na metrópole ocupando a vaga de Manuel de Arriaga que se tornaria presidente de Portugal de 1911 a 1915. Por fim, o narrador revela que o governador-geral teria escrito meses antes de morrer que:

a ida a Moçambique tivera, afinal, no seu destino, entre outros propósitos, o de assistir à invulgar chegada das mulheres que nunca deviam ter saído do seu próprio chão, da terra natal. E pouco ou nada fizera para acomodar e tranquilizar as inquietas almas, visivelmente deslocados no tempo e no espaço. E tudo por preconceitos e ideologias.  
(KHOSA, 2018, p. 197)

O capítulo oito se inicia com a descrição da casa de Sibuko Simango, marcando sua simplicidade, sem aval da Câmara Municipal para sua construção, cuja política de urbanismo não alcançava os crescentes subúrbios de “miséria e alienação”, de pessoas que “fugiam do chibalo e do imposto da palhota.” (KHOSA, 2018, p. 198). O chibalo consistia no fornecimento de mão de obra quase forçada, pois, embora não fosse uma obrigação para quem não cumpria alguma pena, tampouco deixava de ser a única opção para quem era livre e não tinha emprego, mas necessitava de trabalho para sobreviver.

Em Moçambique, o termo designava todo o tipo de trabalho conscrito, fosse ele realizado através de contratos, fosse o trabalho prisional, realizado pelos detidos por bebedeira, vadiagem e outros pequenos crimes.  
(ZAMPARONI, 2012, p. 115)

Dessa forma, o estado recrutava trabalhadores para seus empreendimentos com mão de obra extremamente barata de moçambicanos necessitados ou presos por delitos pequenos, nesse caso, às vezes, até sem qualquer pagamento. É fácil imaginar como essa lei logo se tornou uma política de opressão que atingiu a população negra trabalhadora, que não via alternativa de constituir renda no início do século XX. A palhota, por sua vez, era o pagamento de imposto sobre as unidades habitacionais da terra ocupada, pertencentes à Companhia de Moçambique ou do estado colonial, embora sua origem remonte à cobrança de imposto aos povos subjugados até mesmo pelos nguni. O que importa destacar para os fins deste estudo é a síntese que Zamparoni (2012) faz sobre o imposto no período de que o romance ambienta:

O imposto da palhota propriamente dito remonta suas origens à prática de cobrança do *musso* na região dos *Prazos* da Zambézia. Os *Prazos* eram, do ponto de vista legal, constituídos por doações ou aforamentos régio de grandes propriedades de terras... (...) paulatinamente, foi sendo monetarizado e acabou por se tornar elemento central no processo de acumulação de capital colonial ao agir como mecanismo extra-econômico que possibilitava a obtenção de trabalho barato ou não-pago pelo Estado e colonos.  
(ZAPARONI, 2012, p. 66 – 67)

De todo modo, ambos impostos estavam, muitas vezes, correlacionados, uma vez que era comum o trabalhador não conseguir pagar o elevado imposto da palhota, por sua vez, sendo obrigado a ir trabalhar para o estado colonial ou para um colono de modo a conseguir saldar a sua dívida criada pelo imposto da palhota.

As mulheres retornadas se impressionam com a quantidade de luzes acesas à noite, o que não viam nem em Mandlakazi, capital do Império de Gaza. Ao chegarem à casa de seu anfitrião, Phatina começa a preparar a comida com ingredientes que Sibuko Simango as havia ofertado, entre eles, o óleo de mafurra (ou óleo de munhantsi) era um ingrediente proibido aos nguni, o que levou Namatuco lembrar das tradições e a se negar a comer a comida preparada com esse óleo. No entanto, o narrador conta que a proibição era devido ao ingrediente ser usado pelos chopos, povo inimigo dos nguni, e decretado proibido de se usar pelo rei em todo o seu império, por achar virem envenenados das terras dos inimigos. Porém, Phatina lembrava que em seus aposentos o rei comia os alimentos preparados com o óleo por ela. Namatuco, no entanto, por ser mais rígida nos costumes, se negou a comer e conseguiu achar no quintal de Sibuko uma erva que se come os frutos e as folhas, a cacana.

A essa pequena discussão entre as duas prossegue o narrador contando um pouco mais as particularidades das esposas de Ngungunhane e Zilhalha.

Lhésipe e Malhalha não se sentiam confortáveis à refeição por temerem que a terra das suas tradições as pudesse reprimir. Phatina mantinha-se igual a si própria: serena e distante dos pequenos interditos. Debeza só pensava na possibilidade que se tornava

real de as faculdades premonitórias de Namatuco poderem vir ao de cima ao raiar do dia. Oxaca matutava sobre a possibilidade de se fixar nos subúrbios em crescimento. É outra cidade, outra realidade. Ninguém a conhecia, não tinha filhos, e ainda se sentia mulher para as aventuras de alcova.  
(KHOSA, 2018, p. 201)

Oxaca se sentia inferiorizada por Namatuco, que via nela uma mulher insubordinada de um súdito de seu marido, além da tonalidade de pele diferente dos nguni. Oxaca queria, no fundo, reconstruir sua nova vida, sem esse passado de rainha de um reino que já não existe, pretendia arrumar um marido, falar o português, se estabelecer na nova terra.

Sibuko anuncia uma notícia ruim, “as mulheres destas terras andam a ser esturpadas pelos espíritos nguni. É o que dizem os mais respeitados curandeiros da zona.” (KHOSA, 2018, p. 204). Essas violações, tendo ocorrido constantemente há cinco anos, coincide com a morte de Ngungunhane, conclui Namatuco e, na discussão que se segue, Sibuko reafirma o medo que o povo tem dos nguni; Namatuco insinua que a violação dos costumes e a submissão dos povos inimigos dos nguni aos portugueses pode explicar a vingança dos espíritos, e anuncia sua decisão de voltar a Chaimite – terra sagrada do Reino de Gaza –; Phatina procura, no diálogo, apaziguar Namatuco. Sibuko, por fim, diz que vai encontrar um amigo de confiança para levá-las à Gaza.

O último capítulo (nove) se inicia com as mulheres acordando no dia seguinte sem encontrar Debeza e seu filho na casa Sibuko, pensaram que Debeza saíra para exercitar o ronga, língua que não falava desde sua partida para o exílio, porém, ao olharem para o quintal, viram que Namatuco circulava em volta ao canhoeiro – árvore originária das savanas africanas com diferentes usos, que foram difundidas pelos povos bantus pois era parte de sua dieta – com os pés descalços. Era a primeira vez que viam Namatuco exercer sua habilidade de comunicação com os espíritos, e esperavam dela algumas respostas ou esclarecimentos vindos de seus ancestrais. Após algum tempo a observando, Namatuco as convida gesticulando e anuncia:

– Os espíritos, minhas irmãs, saúdam-vos com redobrado entusiasmo, pois conseguistes regressar à terra que vos tiraram, ao chão de que nunca devíeis ter saído. Eles não se preocuparam e nem se ofenderam com a vida a que foram obrigadas a seguir por esse mundo onde aportaram; daí não ter havido necessidade de Debeza fugir à verdade que não sabiam, pois em terras de Monsanto ela se amancebrou com o príncipe Godido que, por sinal, viria a morrer precisamente no dia em que chegamos a estas terras. Os tremores a que fomos acometidas a bordo do paquete África era o inequívoco sinal do perecimento de Godide, príncipe herdeiro de Ngungunhane, vítima da doença do peito. A ele se seguirá, nos próximos meses, o molungo, vencido pela idade. O Nwamatibjwana, o chefe dos Zilhalha, ainda formará família entre os brancos. Debeza, minhas irmãs, não resistiu aos encantos de Godide. Eles encontravam-se entre as paredes do Forte Monsanto.  
(KHOSA, 2018, p. 214 – 215)

Namatuco revela às esposas o segredo de Debeza que era conhecido pelos espíritos, portanto, não haver necessidade de sua fuga; razão pela qual, aquando da discussão entre Namatuco e Phatina sobre os ingredientes culinários proibidos aos nguni, levou Debeza a se preocupar com as habilidades de Namatuco voltarem e nem tanto com as violações dos ingredientes culinários proibidos aos nguni, esses eram delitos menores. No entanto, estavam “perdoadas”.

Além do conhecimento do passado, os espíritos revelavam a Namatuco o destino de cada uma. Malhalha e seu filho João Samakuva Gomes irão morar em Xai-Xai, será tratada como uma branca pela crença do governador local na estreita relação dela com o rei português assassinado em 1908, D. Carlos I. Anuncia ainda que seus filhos, netos e bisnetos terão cargos administrativos e se tornarão régulos locais até o fim do colonialismo, quando serão chamados de “colaboradores do regime caído, de inimigos de um tempo que se quererá novo, de novo.” (KHOSA, 2018, p. 215)

À Lhésipe, Namatuco diz que irá morar em Chibuto, encontrar seus familiares trabalhando na terra e terá mais sete filhos de “dois homens que morrerão de tuberculose, por clara incapacidade de suportar as profundidades das minas de ouro da África do Sul.”, além do casal de filhos que vieram do exílio. Seu destino é um pouco mais melancólico, embora seja dito a ela que não se preocupará tanto com os filhos vindos de São Tomé, um outro tentará a vida difícil na capital como estivador no porto da cidade, depois de uma briga com um cunhado branco rico, dono de “vasta fortuna”, e acrescenta: “Serás a eterna viúva de Chibuto...” (KHOSA, 2018, p. 216)

À Oxaca é dito que se estabeleceria em Maputo e que herdaria a casa de Sibuko, teria um negócio de “venda de sexo alheio” e, por não ter filhos, adotaria as crianças abandonadas das profissionais do sexo de seu prostíbulo. Além disso, largaria Sibuko Simango por um branco e o serviria até o fim da vida. No entanto, Namatuco conclui: “Assumirás sempre a tua postura ronga de poucos sacrifícios e muita gozação. E serás feliz à tua maneira.”. (KHOSA, 2018, p. 216 – 217). Há aqui, mais uma vez, a distinção que Namatuco faz dos ronga, e os aspectos de sua cultura que se diferenciam dos nguni, como mencionados anteriormente, chegando, quase, a uma reprimenda.

Quanto à Phatina, diz Namatuco: “terás o destino marcado pela emigração”. Ela conta que irá mais ao norte em busca do filho, Tulimahanche, que deixara quando as exilaram, e que precisou emigrar como muitos familiares de Ngungunhane e simpatizantes de Gaza por medo de serem perseguidos pelos portugueses, vivendo na clandestinidade, remetendo ao capítulo cinco. Seu filho, agora com cerca de 25 anos, se tornara opositor dos colonos em suas

terras e chefe desse grupo, se dedicando à vida política, além de saber, através dos ossículos, da chegada da mãe. Também a perdoará pela subversão do impedimento do consumo de algumas iguarias culinárias dos nguni em função do exílio, sem saber, entretanto, que tal subversão foi espontânea e não compulsória. No entanto, lembra Namatuco através dos espíritos: “... não terá território a seu mando porque o tempo já não é dos pretos, mas dos brancos que governam e impõem sua cultura.”. Conclui, contudo, que Phatina terá a companhia do filho, sua habilidade culinária será o “chamariz à tua casa” e não terá nenhum outro companheiro, além do *hosi*. (KHOSA, 2018, p. 217)

As esposas retornadas perguntam a Namatuco o que dizem os espíritos sobre seu próprio destino, ao que diz, apenas, que irá para Chaimite cuidar da terra sagrada de Soshangane, avô de Ngungunhane e fundador do império, e as convida para a irem visitar para saber o que dizem os espíritos. Por fim, conclui: “O meu destino é desafiar o fio da vida.” (KHOSA, 2018, p. 218).

As ouvintes ficam satisfeitas e permanecem em “completa paz de espírito”, ignorando a matéria dos espíritos nguni estupradores, pois se sentiam protegidas pelos “bons espíritos da boa nova.” (KHOSA, 2018, p. 218). O narrador faz uma descrição do raiar do dia da cidade acordando; seus barulhos, movimentos nos bairros, trabalhadores em movimento, cheiros das ruas, etc., e narra a diferença do café da manhã servido ao almoxarife chefe de Sibuko e o café da manhã que as mulheres preparam para tomar após as revelações de Namatuco, muito mais simples.

A fotografia que a narrativa compõe do raiar do dia ao final da obra é composta por todos os tropos desenvolvidos e explorados por Ungulani em *As mulheres do Imperador* (2018). Estão presentes o abismo social – da fartura do café da manhã servido por Sibuko ao seu chefe; e o café da manhã das mulheres retornadas –, o racismo da divisão espacial por cores e status social no elétrico, os sons produzidos pelos trabalhadores “indígenas” na cidade, o movimento dos estivadores no cais, os trabalhadores limpando a sujeira da Rua do Araújo e o jornal bilingue *The Lourenço Marques Guardian* sendo anunciado pelos ardinas.

Por fim, o romance termina por transcrever um trecho da já referida carta de Ayres d’Ornellas “em raro instante de inspiração” do poderoso e imponente Império de Gaza e seu exército, a mesma do capítulo “Fragmentos do fim (1)” que abre o romance *Ualalapi* (2018), arquitetando o fim cíclico de duas obras correlacionadas; e conclui estabelecendo o fim de “longos setenta e cinco anos” do Império de Gaza e o início de outros oitenta anos de Moçambique sob o colonialismo imperialista português.

A narrativa de *As mulheres do imperador* (2018) começa com a chegada das mulheres (de Ngungunhane e Nwamatibjwana) e seus respectivos filhos ao porto de Lourenço Marques na tarde do dia 31 de julho de 1911 e termina na manhã do dia seguinte, estabelecendo um tempo de enredo curto, porém manobrado pelo narrador em direção a uma narrativa longa através da analepse, na qual outros planos temporais e narrativos são inseridos ao meio do romance, a fim de esclarecer históricos conjunturais, ou desenvolver contextos necessários que permitem ao leitor construir com mais clareza uma interpretação mais aprofundada sem, contudo, deixar o texto explicativo ou historiográfico.

Esse recurso proporciona uma leitura do romance em que é possível acessar eventos pregressos, enquanto a narrativa se encontra em suspensão, tornando o fragmentado fluxo histórico e espacial essenciais à representação do universo colonial, constituindo uma conciliação entre a ficção e história.

Ungulani consegue, finalmente, fechar um ciclo que faltava à *Ualalapi* (1987), uma vez que o romance de 1987 termina com o discurso e a partida de Ngungunhane e suas esposas para o exílio. Em *As mulheres do Imperador* (2018), o ciclo termina com o retorno de parte das esposas que nunca deviam ter saído, e o destino que todas tomaram. Além disso, o rumo que Moçambique segue no final do século XIX e início do XX se torna um elemento fundamental para fazer o leitor, não somente, compreender o apagamento histórico que a política colonial portuguesa buscou praticar, mas, também, projetar os efeitos dessa política no futuro.

Em meio a idas e vindas espaço-temporais, Ungulani constrói um romance que expõe as inúmeras contradições dos componentes titulares de poder em Moçambique – a metrópole, o estado colonial, o Império de Gaza, o homem branco, a mulher branca, o homem negro – e atinge a base da opressão social sem, contudo, deixar de apontar suas próprias estratégias de existir e encontrar algum alento em um universo carregado violência nas suas mais diversas manifestações.

#### **4. MIA COUTO**

Mia Couto (Antonio Emílio Leite Couto) figura entre um dos mais significativos escritores da literatura contemporânea em língua portuguesa. Filho de emigrantes portugueses, nasceu na cidade da Beira na província de Sofala, ao sul de Moçambique, em 1955. Incentivado pelos pais na prática da leitura – seu pai era jornalista e poeta – começou na vida literária como poeta, tendo publicado ainda adolescente poemas no jornal “Notícias da Beira”. Em 1971 muda-se para Lourenço Marques (atual Maputo), em um contexto de Guerra de Independência de

Moçambique (1964 – 1974), para estudar o curso de medicina. Não chegou a concluir o curso e começa na profissão de jornalista depois da dissolução do Império Português provocado pela Revolução de 25 de Abril, que derrubou a ditadura do Estado Novo português. Trabalhou então no jornal “Tribuna” até sua destruição durante a Guerra de Independência de Moçambique por forças portuguesas contrárias à independência e, em seguida, foi diretor da Agência de Informação de Moçambique. Foi diretor da revista “Tempo” até 1981 e trabalhou até 1985 no jornal “Notícias”.

O autor inicia sua vida literária com a publicação de *Raiz de Orvalho* (1983), livro de poesias versa sobre a miscigenação da população moçambicana e apresenta o engajamento político na luta de libertação do país. Volta para a universidade concluindo o curso de Biologia em 1985 e se torna professor de ecologia na Universidade Eduardo Mondlane.

Ao longo dos anos de 1980, publica obras de poesia, contos e crônicas. E em 1992, publica o romance em prosa *Terra Sonâmbula*, marco na carreira literária do autor por sua boa recepção da crítica, sendo premiada dentro e fora de Moçambique. Recebe o Prêmio Nacional de Ficção da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO) pela obra, que também é eleita uma das melhores obras africanas do século XX, em 1995.

Sua carreira de escritor é bastante vasta, e atualmente é um dos escritores mais traduzidos do país. Publicou contos, romances, poesia e literatura infantil, além de ser premiado com o Prêmio Camões em 2013.

#### **4.1 Estrutura da trilogia *As areias do imperador* (2015, 2016 e 2018) de Mia Couto**

A obra *As Areias do Imperador* é composta por uma trilogia publicada entre 2015 e 2018. A estrutura das três obras é composta por capítulos que intercalam as vozes dos personagens Imani e Sargento Germano de Melo. A trilogia conta a história de Imani, uma jovem de 15 anos de etnia *VaChope* e sua relação com o Sargento Germano de Melo – um soldado português designado para proteger a vila de Imani em um posto militar na aldeia Nkokolani dos ataques do exército de Gungunhane – até a sua avançada idade aos 95 anos, depois de ter se tornado esposa do imperador, exilada em Portugal, Açores e São Tomé e, por fim, retornado junto com algumas das mulheres de Gungunhane para Lourenço Marques em 1911.

O romance tem uma característica de gênero literário híbrido por intercalar a forma tradicional da narradora personagem Imani em primeira pessoa, e a forma epistolar, através das

cartas do Sargento Germano de Melo para diferentes personagens, em sua maioria seus superiores.

A primeira publicação de 2015, leva o título de *Mulheres de Cinzas* e é composta por vinte e nove capítulos, todos com títulos. A segunda publicação, *Sombras da Água*, foi publicada no Brasil em 2016 e teve seu título alterado para os leitores brasileiros. Nos outros países de língua portuguesa o título original é *A Espada e a Azagaia*, e é composta por quarenta e cinco capítulos. A obra *O Bebedor de Horizontes* publicada em 2018, encerra a trilogia e é composta por trinta capítulos, no entanto o último romance não intercala as cartas do personagem Germano de Melo e os capítulos são narrados majoritariamente por Imani, em primeira pessoa.

Vale ressaltar que embora os cinco romances escolhidos tenham uma certa diferença no tempo de sua publicação, – no caso de *Ualalapi* de 1987 – as edições podem ser consideradas contemporâneas entre si, pois o último romance da trilogia de Mia Couto foi publicado no mesmo ano que a edição da editora Kapulana, que uniu as duas obras de Ungulani Ba Ka Khosa, em 2018.

Contudo o presente estudo irá analisar somente o primeiro livro da trilogia *Mulheres de Cinzas* (2015), dessa forma, o *corpus* escolhido embora extenso e variado em datas de publicação é composto por uma temática comum: a ascensão e queda do Império de Gaza, seu líder Ngungunhane, e o processo de exílio e retorno de suas mulheres ao seu país de origem, possibilitando, portanto, a análise comparativa das obras.

A trilogia *As areias do imperador* (2015, 2016, 2018), é uma narrativa ficcional dividida em três romances, que conta a história de Imani, uma jovem de 15 anos personagem fictícia de origem chope, historicamente inimigos dos nguni, que se relaciona com outro personagem fictício, o Sargento Germano de Melo – soldado português desterrado por ter se insurgido contra a monarquia, na Revolta de 31 de Janeiro de 1891, encarregado de proteger um posto militar no vilarejo de Nkokolani da invasão do exército nguni do Império de Gaza, liderados por Ngungunhane.

#### **4.2 *Mulheres de Cinzas* (2015) de Mia Couto**

O romance *Mulheres de cinzas* (2015) é o primeiro volume de uma trilogia que narra, entre outras coisas, “os derradeiros dias do chamado Estado de Gaza, o segundo maior império em África dirigido por um africano.”, o Ngungunhane, diz sua nota introdutória. No mesmo trecho, há um breve resumo sobre sua captura e exílio, e um comentário sobre seus

restos mortais que teriam sido trazidos para Moçambique em 1985, porém acrescenta que há uma versão em que diz que não são os restos mortais que foram trazidos numa urna, mas “torrões de areia recolhidas em solo português.”. Por fim, resume que o livro é uma ficção baseada na história contada através de longa pesquisa em documentos e entrevistas, destacando Afonso Silva Dambila, a quem expressa profunda gratidão. (COUTO, 2015, p. 9)

Sobre Afonso Dambila, diz Mia Couto em entrevista de 2015,

Eram os próprios chopes que me diziam que havia um homem mais velho que me podia ajudar. [...] Mas Afonso Dambila sendo alguém que congrega de facto essa legitimação tradicional - será de uma linhagem que tem esse legado histórico -, é também uma pessoa muito preparada de um ponto de vista académico. Investiga, conhece bem os dois lados, já publicou um livro.  
(COUTO, 2015, p. 15)

A nota introdutória, portanto, traz alguns aspectos interessantes para destacar. Passados dez anos da independência de Moçambique, o presidente do país Samora Machel pede ao governo português que entregue os restos mortais de Ngungunhane para que fosse realizado uma celebração solene do primeiro decênio da independência. Seu intuito, no entanto, também ambicionava construir no imaginário cultural do país um herói que representasse a luta anticolonial, uma figura histórica alinhada com os propósitos da revolução liderada pelo partido revolucionário da Frelimo. (BORTOLOTTI, 2020)

Outro aspecto importante da nota é a pesquisa de Mia Couto ao destacar Afonso Dambila, uma vez que buscava encontrar alguém que pudesse ajudá-lo a entender a história dos chopes pelas palavras de um chope, conforme entrevista para a revista Savana em 2015. A relevância desse destaque se observa na própria construção da estrutura do romance.

Ao dividir os capítulos e intercalá-los entre a narração em primeira pessoa de uma personagem chope, Imani, e um soldado português, Germano de Melo, através de suas cartas, o romance constrói uma ficção sob um pano de fundo de um período histórico de bastante relevância, na qual a figura central do Império de Gaza não aparece na forma de narrador, mas de um personagem. A escolha deste estudo de analisar os capítulos na ordem em que aparecem, ou seja, intercalados como se apresentam no romance, tem o efeito de compreender temporalmente os momentos das cartas com a narração da personagem e poder relacioná-los ao longo da análise.

O primeiro capítulo narrado por Imani, como serão todos ao longo do romance, apresenta a personagem, o local onde vive e um conflito que se anuncia. Imani, uma moça de quinze anos de idade, vive na planície de Inharrime e, já nos primeiros parágrafos, anuncia que uma bota militar igual a dos portugueses, porém calçada por um soldado nguni, pisara nas suas

terras. A narradora explica que seu nome não significa um nome, mas a pergunta: “Quem é?” (COUTO, 2015, p. 15):

Sou uma raça, sou uma tribo, sou um sexo, sou tudo o que me impede de ser eu mesma. Sou negra, sou do VaChopi, uma pequena tribo no litoral de Moçambique. A minha gente teve a ousadia de se opor à invasão dos VaNguni, esses guerreiros que vieram do sul e se instalaram como se fossem donos do universo. [...]

A nossa terra, porém, era disputada por dois pretensos proprietários: os VaNguni e os portugueses. Era por isso que se odiavam tanto e estavam em guerra: por serem tão parecidos nas suas intenções. [...] De um lado, o Império de Gaza, dominado pelo chefe dos VaNguni, o imperador Ngungunyane. Do outro, as Terras da Coroa, onde governava um monarca que nenhum africano haveria de conhecer: Dom Carlos I, o rei de Portugal.

(COUTO, 2015, p. 17)

A narradora explica, ainda, que os outros povos vizinhos haviam se aliado aos nguni e assumido sua cultura. Imani, especifica a data, em janeiro de 1895, na qual sua mãe, Chikazi Makwakwa, só não foi violentada por soldados nguni porque os ludibriou fingindo parir um peixe. Desde então seria temida pelos soldados de Gaza por ser uma feiticeira. Ao relatar o ocorrido ao seu marido Katini Nsambe, pai de Imani, diz que é preciso que se faça algo. No entanto, Katini diz que é melhor não fazerem nada pois já perderam as suas terras, e depois de uma discussão, anuncia que vai para as minas na África do Sul, lugar que recebeu muitos moçambicanos há séculos na esperança de fugir da miséria.

Em seguida, é narrada mais uma situação de violência, desta vez, doméstica. Ao ser questionada se a mãe tem medo de apanhar do marido depois que bebe em um diálogo com Imani, Chikazi admite que não sente dor física e adverte que o pai não pode suspeitar disso, porém a filha insiste na dúvida. Ela ri, e a narradora expõe mais detalhes da vida da mãe e de Imani:

Ela riu-se encolhendo os ombros. Que alma? Que alma lhe restava depois de lhe morrerem duas filhas e os dois filhos terem saído de casa?

– A sua mãe também era espancada?

– A avó, a bisavó e a trisavó. É assim desde que a mulher é mulher. Prepare-se para ser espancada também você. [...]

– Agora, vá buscar seu pai. Ele sente ciúmes de nós.

– Ciúmes?

– De mim, por não lhe dar toda a atenção; de si, porque foi educada pelos padres. Você pertence a um mundo onde ele nunca poderá entrar.

(COUTO, 2015, p. 26–27)

Aqui é apresentado mais um elemento de apreensão da personagem, ser educada por padres significa que ela aprendeu a falar ler e escrever o português, além de compreender a religião católica. Ao fim do capítulo, sua mãe pede para que a filha peça ao pai para que voltem a morar perto do mar, uma vez que Nkokolani é uma aldeia cercada por estacas de madeira para se protegerem dos invasores.

As cartas do Sargento Germano de Melo têm como destinatário o Conselheiro José d'Almeida, com exceção da última, esta é endereçada ao Tenente Aires de Ornelas. A primeira carta do Sargento Germano de Melo data de 21 de novembro de 1894, portanto, pouco antes dos eventos do primeiro capítulo de Imani. José d'Almeida foi secretário-geral de Moçambique na época em que a carta é escrita, entre outras coisas, e até chegou a ser Governador-Geral Interino da colônia em 1889.

Na carta, o sargento conta que chegou a Lourenço Marques no dia anterior ao ataque que a cidade sofreu pelos nativos – destacando que não eram vátuas (ou ngunis), eram landins – e só foi salvo graças a uma personagem italiana, Dona Bianca, proprietária de uma estalagem que fechou os hóspedes em um sótão e o levou ao terraço de onde assistiram ao assalto à cidade.

O evento que o personagem relata está relacionado à grande revolta tsonga, da qual diz René Pélissier:

No fim de 1894, os Portugueses por pouco não foram lançados ao mar pelos africanos. Mas [...] não foram o 'terrível' Gungunhana e os seus *impis* que dispararam contra as barricadas erguidas nas ruas de Lourenço Marques; foram, sim, os 'leais' súbditos tsongas das Terras da Coroa meridionais.  
(PÉLISSIER, 2000, p. 250)

Ao ver a cidade ser pilhada pelos nativos o personagem reconhece que não somente os portugueses não estavam presentes em grande parte do território das Terras da Coroa, como os próprios oficiais militares não acreditavam que poderiam vencer o Ngungunhane e suas tropas. Além disso, diz que o Comissário Régio, António Enes, enfrentaria dificuldades na sua missão, uma vez que era mal visto por grande parte dos militares por ter origem civil, e teria conselheiros que pouco conheciam sobre a África. Nesse trecho da carta, o sargento Germano de Melo, se refere a uma das causas da revolta tsonga, conforme esclarece Pélissier:

O primeiro comandante militar português em Anguane, o tenente-coronel Francisco L. Serra, homem com autoridade e prestígio, que conhecia a língua local, que durante anos servia de anteparo protector entre os régulos e o governador de Lourenço Marques e que desempenhava as funções de juiz e de curador dos assuntos indígenas, passara à reforma em Portugal e os seus sucessores não estavam à altura.  
(PÉLISSIER, 2000, p. 254)

Tendo os portugueses, portanto, realocado sucessores do experiente tenente-coronel, a mediação entre os régulos dos clãs e os portugueses se tornava cada vez mais delicada na região de Anguane, posto militar português logo ao norte de Lourenço Marques.

Assim, houve, em primeiro lugar, incompetência dos comandantes portugueses em Anguane. Esses meteóricos administradores, que por tal facto eram praticamente totais ignorantes da língua local e do direito consuetudinário tsonga, eram obrigados a recorrer a intérpretes africanos que abusavam dos seus poderes para espremer as populações e favorecer os litigantes que os subornassem. A este respeito, fazia parte

das atribuições do comandante de Anguane resolver os diferendos entre os régulos. O mais poderoso destes, o Mahazuli da Magaia, entendeu, e com razão, que a Magaia fora lesada pelas sucessivas e contraditórias decisões dos comandantes, que apenas lhe tinham reconhecido dois terços de um regulado em litígio. (PÉLISSIER, 2000, p. 254)

Além disso, em 10 de julho de 1894, Mahazuli comparece a Anguane após ter sido convocado, com dois mil soldados, e o coronel responsável recebeu ordens de capturar os “*indunas* da Magaia”. Em 27 de agosto, ele capturou alguns combatentes, porém foram libertados após o exército de Mahazuli romper as portas da prisão, provocando ainda mais desprestígio para a Coroa portuguesa. Havia ainda outros fatores para o descontentamento e motim dos tsongas. Entre eles estavam o aumento abusivo do imposto da palhota e prisões arbitrárias para aumentar o contingente de trabalhadores forçados, resultando na recusa dos principais régulos de cederem seus exércitos aos portugueses para combater Mahazuli. O exército de Magaia, em consequência, fecha as estradas e o Rio Incomati, “percorridos pelos comerciantes e viajantes que se dirigiam ao Limpopo.” e o guerreiro Nwamatibyane – ou Mamatibejana, ou Zixaxa para os portugueses –, que governava Mafumo, se une aos insurgentes. (PÉLISSIER, 2000, p. 255–257)

A essa altura, Lourenço Marques já levantava barricadas e a 14 de outubro de 1894 o posto de Anguane foi tomado por Nwamatibyane, Mahazuli e Amgundjuana, Lourenço Marques estava cercada. Após um assalto a cerca de cem metros do quartel de polícia, no qual levaram gado, armas e munições, mais uma investida contra a cidade fortificada foi realizada, porém foram descobertos com antecedência e os insurrectos tiveram muitas baixas. Com a chegada de reforços pelo mar, os portugueses conseguiram proteger a cidade com a vinda de soldados e artilharia, neutralizando o ataque. Lourenço Marques tinha, de agora em diante, um poder militar suficiente para levar adiante o domínio efetivo do sul de Moçambique.

Esse é, portanto, o contexto da chegada do personagem sargento Germano de Melo à capital da colônia. De Lourenço Marques ele partirá para a aldeia de Nkokolani, onde se encontra o posto militar. Na carta, o sargento comenta que a italiana Dona Bianca, após perguntar a quem ele escrevia, o alertou que ele jamais dispararia um tiro e complementou: “E terá sorte se não dispararem contra si.” (COUTO, 2015, p. 35). Germano de Melo escreve que a predição da italiana o preocupou, uma vez que o motivo de ele ter sido enviado para a distante aldeia de Nkokolani foi uma punição por ter feito parte da revolta republicana na cidade do Porto em 31 de janeiro de 1891.

Pelo descontentamento com o Ultimato Inglês de 1890, no qual o primeiro-ministro inglês Lord Salisbury entrega ao governo português um memorando exigindo a retirada de suas

tropas das colônias de Moçambique e Angola, os republicanos em Portugal viam como uma humilhação da monarquia portuguesa a concessão à exigência inglesa, que culminou em uma rebelião militar e uma tentativa de estabelecimento da república. O movimento em sua maioria composto por praças e sargentos foi suplantado e os líderes condenados à prisão ou degredo em África, anunciando uma mobilização republicana que derrubaria a monarquia portuguesa dezoito anos mais tarde, em 1910.

O sargento Germano de Melo entende que sua punição foi ter sido enviado a um posto militar isolado e confessa: “Mas espero que Vossa Excelência entenda a absoluta solidão em que me encontro e como esse isolamento me começa a roubar a capacidade de discernir.” (COUTO, 2015, p. 36). Ao fim da carta, o sargento menciona o Plano de Ação para os Distritos do Sul da Colônia que António Enes iria delinear com seus dois conselheiros de confiança, o capitão Freire de Andrade e o tenente Paiva Couceiro, ambos foram figuras históricas que participaram da política colonial em Moçambique e Angola, segundo Pélissier:

António Enes teve a habilidade de deixar ao Governo a escolha do oficial superior que comandaria as tropas mas impôs, para o seu gabinete militar, um quadrunvirato cujos membros encontramos em toda a história colonial dos últimos tempos da Monarquia. Eram eles o capitão de Engenharia Alfredo Augusto Freire de Andrade (futuro governador-geral de Moçambique: Outubro de 1906–Novembro de 1910), o tenente de Artilharia Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (futuro governador-geral de Angola: Junho de 1907–Junho de 1909), o tenente de Estado-Maior Aires de Ornelas e Vasconellos (futuro ministro do Ultramar: 1906–1908) e o capitão Eduardo Augusto Ferreira da Costa (futuro governador-geral de Angola: Maio de 1906–Maio de 1907). Com o super-herói de todas as categorias, que entraria para o grupo em 1895 (Joaquim Mousinho de Albuquerque, antigo governador de Lourenço Marques: Setembro de 1890–Janeiro de 1892, e futuro Comissário Régio e governador-geral de Moçambique: Março de 1896–Novembro de 1897; Maio de 1898–Julho de 1898), esse círculo de oficiais aristocráticos às ordens de um literato que, no seu leito de campanha, sonhava refazer o Império, constituiria aquilo a que os autores chamaram a Escola de Enes. (PÉLISSIER, 2000, p. 266–267)

Voltando ao capítulo dois, narrado por Imani, a personagem a pedido de sua mãe, vai buscar o pai, que havia saído de casa para beber e o encontra escrevendo nomes dos mortos no chão, e entregar-lhe uma garrafa de vinho. Ao encontrá-lo, Katini, revela que Imani não era a única a saber escrever, pois, como havia sido educada por padres da missão, ela teve uma alfabetização portuguesa. Ao dizer que escreveria o último nome antes de partirem, Katini diz que escreveria o nome de seu pai, e Imani pede para que não fizesse isso pois o seu avô, Tsangatelo, havia ido às minas e jamais retornara, portanto não poderiam saber se havia realmente morrido.

O caso do avô Tsangatelo marca um período caracterizado por uma profunda exploração de minérios na África austral, como ouro e diamante, entre outros, que se estende

até os dias de hoje, na qual o ouro é explorado desde a segunda metade do século XIX na região nordeste da África do Sul, atraindo muitos trabalhadores. A exploração, contudo, não é apenas mineral, mas, também do trabalho, uma vez que as condições dessa atividade são precárias, porém atrai muitas pessoas pela alta concentração do minério na região.

No caminho ao retornarem para Nkokolani, Imani e seu pai deparam-se com soldados nguni que exigem o pagamento de imposto para Ngungunhane. Ao responderem que não tinham mais peles (de caça), pois já haviam pago aos portugueses, os soldados respondem que iriam levar Imani para o imperador, pois já estava em idade de casar e o rei tinha “uma virgem em cada lugar”. Essa condição do chefe de Gaza, era uma estratégia utilizada que tinha o objetivo de expandir seu território, garantindo uma esposa nas diferentes aldeias e povos conquistados, dessa forma, a aldeia pagava tributo ao rei em troca de proteção, ao mesmo tempo em que não seria necessária uma guerra. Na prática, o poderoso exército nguni impunha o pagamento de imposto em troca da não aniquilação dos povos subjulgados, em contrapartida, o casamento era uma das formas de angunização, processo que impunha a cultura nguni como dominante sobre outros povos.

Imani expõe sua preocupação pela necessidade de casar e constituir família, e cogita a opção de se entregar ao imperador nguni e, dessa forma, possivelmente, trazer paz ao seu povo, já que teria a proteção do rei. Ao chegarem em casa, o pai e a mãe de Imani discutem revelando uma fissura e desestruturação da família causada pelo choque das culturas em disputa. Chikazi reclama ao marido dizendo que ele não a ama e não tem outras mulheres, e o marido responde que eles não são como os Tsongas, grupo que praticava a poligamia apenas para os homens, porque seu povo havia escolhido ser “civilizado”. A civilização de que fala Katini é a portuguesa, além disso, Chikazi se preocupa pela filha ter aprendido os números para medir o tempo por causa da educação portuguesa que tivera, ao contrário dos chopes que dão

[...] nomes como se fossem seres viventes, desses que nascem e morrem. Aos meses chamamos-lhes o tempo dos frutos, o tempo em que se fecham os caminhos, o tempo das aves e das espigas. E outros, muitos nomes.  
(COUTO, 2015, p. 48).

Tal desmembramento se revela ainda mais acentuado quando a narradora apresenta seus dois irmãos, completamente diferentes. Dubula recebera um nome zulu, era inteligente e tinha fascínio pelos nguni, além disso cumpriu os tradicionais rituais de iniciação, enquanto Mwanatu, tinha problemas de cognição e havia sido enviado para a missão católica junto com Imani para aprender a cultura portuguesa, e, após retornarem, o pai o enviou para ser ajudante do sargento Germano de Melo no quartel (deram-lhe um casacão militar), onde era motivo de

chacota pelos portugueses. Sua educação o tornou leal aos portugueses e Imani revela a vergonha que isso causava para a família, mas não para o pai, que via nessa fidelidade do filho uma forma de vantagem.

Portanto, a família é constituída por um casal chope que diverge sobre a escolha cultural a que devem seguir. Por um lado, Chikazi (a mãe) quer voltar a viver na praia, longe da guerra e praticando sua cultura, e, por outro, Katini (o pai) deseja permanecer em Nkokolani sob proteção dos portugueses. Os três filhos também são muito diferentes entre si. Dubula, o mais velho, participou dos rituais tradicionais de sua cultura e decide, por fim, se juntar aos nguni, inclusive furando os lóbulos das orelhas, marca corporal dessa cultura. Já Mwanatu e Imani, receberam educação portuguesa em uma missão católica e, enquanto o irmão pretende um dia conhecer o país europeu e ingressar numa Escola de Exército, embora fosse um desejo improvável de se realizar, Imani acredita que a mãe estava certa ao pensar que “de tanto comer a língua portuguesa, não teríamos boca para qualquer outra fala. E seríamos ambos devorados por essa boca.” (COUTO, 2015, p. 51).

Na segunda carta do sargento Germano de Melo para o Conselheiro José d’Almeida, destaca-se as desculpas que pede ao conselheiro por não saber das desavenças entre ele o Comissário Régio António Enes, e declara sua lealdade. A esse respeito, esclarece Pélissier:

Ao chegar a Lourenço Marques, José Joaquim de Almeida entrou em choque com Enes. Sabemos que, nos termos do acordo concluído em 1893 por José Joaquim de Almeida entre a Companhia de Moçambique e Gaza, o Gungunhana devia ordenar aos *indunas* que ajudassem a Companhia a cobrar o imposto no território de Gaza incluído na concessão, revertendo para o rei metade do produto do imposto de palhota. Por outras palavras: o Gungunhana estava associado a Paiva de Andrada, mas os cobradores brancos tiveram que arrostar com os *indunas* em Junho de 1894 e José Joaquim de Almeida desejava resolver esse problema. (PÉLISSIER, 2000, p. 277)

Portanto, José de Almeida foi responsável por costurar um acordo com o chefe de Gaza no qual os impostos cobrados pela Companhia de Moçambique, em território concedido pela concessão da Coroa à empresa, eram garantidos por Ngungunhane, com o devido pagamento ao rei de metade do imposto. O conflito fica evidente, conforme Pélissier esclarece: “Por seu lado, Enes opunha-se a que uma Companhia particular se aliasse a um potentado africano para explorar povos indefesos. Era o tradicional conflito entre militares e comerciantes.” (PÉLISSIER, 2000, p. 277).

Apesar de sua lealdade, o sargento não deixa de reconhecer em Enes que as vitórias portuguesas sobre “Marracuene, Coolela e Magul foram um passo extraordinário na

recuperação da nossa moral e na promoção da nossa imagem junto dos indígenas.” (COUTO, 2015, p. 56).

O sargento passa a relatar seu encontro com capitão Sanches de Miranda em uma parada que fizera a caminho de Nkokolani. O capitão, que de fato compôs o quadro de militares portugueses no sul de Moçambique durante a campanha de captura de Ngungunhane reitera a confusão dos portugueses de pensarem que quem havia atacado Lourenço Marques durante o cerco de 1894 foram os ngunis. Além disso, Germano de Melo conta ao conselheiro que o capitão Sanches de Miranda se aproveitara de uma crença dos locais de que ele era filho de um conhecido comerciante português e caçador de elefante que tinha uma relação de amizade com Muzila, pai de Ngungunhane. O comerciante Diocleciano das Neves viveu na região do sul de Moçambique às margens do rio Limpopo em 1881, em virtude de uma concessão de Muzila, que conhecia desde 1857. (PÉLISSIER, 2000, p. 201). Sanches de Miranda não desmentira essa crença e aproveitava da reputação entre os povos locais de seu pai impostor, ignorando a repugnância que Diocleciano nutria por Lourenço Marques. Por fim, termina a carta agradecendo por haver uma família cristã que o ajudará na sua estada na aldeia, se referindo à família de Imani.

No capítulo 5 Imani relata o dia em que conheceu o sargento o Germano de Melo, e que causou uma impressão, de início, por não utilizar o serviço de ser carregado pelas costas dos negros para não se sujarem ao descer do barco. Eles, o sargento e o “adjunto do Intendente português junto ao Estado de Gaza”, Mariano Fragata, são conduzidos até a cantina do português Francelino Sardinha, e após o sargento examinar o lugar em estado precário, anuncia que irá se instalar ali, porém viera também para prendê-lo. Sua acusação não é inteiramente revelada nesse primeiro momento, porém é dito apenas que ele sabe que está vendendo algo “E não é aos Vátuas, nem aos Chopes...” (COUTO, 2015, p. 67), e seria levado por cipaios para Inhambane. Sardinha, então, confessa que não aguentava mais viver entre os negros, revelando seu racismo:

Havia tanto tempo que não via um branco que já me esquecia da minha própria raça. De viver só com estes cafres já me olhava como um preto. É por isso que vos digo: Vossas Excelências não me vêm prender. Vêm libertar-me.  
(COUTO, 2015, p. 68)

No entanto, o cantineiro quis beber para celebrar ter encontrado pessoas de “sua própria raça” depois de tanto tempo e expõe seu curioso recorte da situação sobre os portugueses e Ngungunhane na região. Para ele, bastava envenenar as garrafas de vinho que os portugueses davam ao rei e acabariam com o problema. No entanto, ao receber como resposta

que tinham ordens para não matá-lo, Sardinha acha graça e revela que a sorte deles, ao contrário, é de Ngungunhane não os matar. Por fim, o cantineiro pega uma espingarda com que dormia todas as noites, tranquilizando os portugueses dizendo que não estava carregada e diz que vai dormir. Entrega uma garrafa de vinho do Porto para que Imani levasse de presente para seu pai como agradecimento, e logo após se despedirem se suicida com sua arma.

A terceira carta do sargento data de 12 de janeiro de 1895, e narra o decadente “posto militar” – que tinha pretensões de se transformar em quartel – a que foi designado, uma “mistura de um armazém de armas e uma cantina para venda de quinquilharia.” (COUTO, 2015, p. 77). Mwanatu, irmão de Imani, é colocado para guardar o local e o sargento revela que a população de Nkokolani tem esperança na chegada de Mouzinho de Albuquerque, pois esse apoio aos portugueses pode custar-lhes a segurança ou, mesmo, a própria vida. O sargento ainda aconselha o destinatário da carta a manter os negócios com os povos do sul de Moçambique pois eles têm consciência de sua superioridade numérica e militar diante dos portugueses. Não somente os recentes ataques que Lourenço Marques sofreu pelos tsongas mas, também, a histórica relação que os portugueses mantinham com Dingane (1795–1840) – chefe zulu que assumiu o trono do Reino Zulu em 1828 depois de assassinar seu meio-irmão Shaka Zulu – mostram como os povos locais não consideravam a presença portuguesa uma ameaça.

Dingane é lembrado na carta por tratar os portugueses como vassalos: “Todo o sul de Moçambique era, no seu distorcido entender, uma colônia zulu, temporariamente concedida à gestão dos brancos.” (COUTO, 2015, p. 82). Além disso, lembra que o régulo zulu tinha poder para substituir o governador de Lourenço Marques, em 1833, que acaba sendo capturado e morto pelos soldados zulus. A esse respeito Pélissier contextualiza:

Lourenço Marques estava implantada num território tsonga [...] que no início do século XIX se encontrava dividido nuns vinte regulados e micro-Estados de 3 a 20 mil habitantes. [...] Os portugueses, mal informados acerca dos assuntos internos do sul de Moçambique, nunca tomaram verdadeira consciência da amplitude do *mfecane* (a dispersão e expansão angone) que ia cobrir o *hinterland* dos seus dois pontos meridionais.  
(PÉLISSIER, 2000, p. 118)

Pélissier acrescenta, ainda, depois de as tropas de Dingane terem cercado o presídio da cidade com apoio dos tsongas subjugados:

Os zulus voltaram em Setembro de 1833 e o governador preferiu retirar para uma ilha da baía, ficando o director da companhia para proteger a feitoria e pactuar com os Zulus, que saquearam o fortim [...]. O governador Ribeiro, abandonado, fugiu e foi preso e executado, a 12 de Outubro [1833], pelos homens de Dingane, que lhe acusavam, entre outras coisas, o ter apoiado Sochangane/Manicusse contra ele, Dingane, a fim de tomar a posse das terras tsongas. Até no clima moral do Moçambique colonial um tão completo desmoroamento da autoridade portuguesa

perante o inimigo para saciar ódios pessoais parecia ultrapassar os limites. O feitor que, escapara, transformado em governador *de facto* de Lourenço Marques, estabeleceu depois frutuosas relações comerciais com Dingane, que tinha mandado assassinar o governador Dionísio António Ribeiro. (PÉLISSIER, 2000, p. 121)

Manicusse é fundador do império de Gaza e avô de Ngungunhane. Portanto, o sargento que conhece um pouco da história da formação e ocupação do sul de Moçambique, recomenda que se mantenham os acordos comerciais com esses povos, mesmo que o exército português nos finais do século XIX estivesse se armando e aumentando seu contingente para a captura de Ngungunhane.

O capítulo sete narrado por Imani, apresenta uma fábula contada por seu pai na qual a moral é explicitada por ele como uma história sobre Imani. Ao se recusar subir numa árvore para capturar morcegos, dos quais se fabricava a caixa de ressonância de marimbas com suas asas secas, Katini conta:

Naquele tempo, os morcegos cruzavam os céus com a vaidade de se acreditarem criaturas sem semelhança neste mundo. Certa vez, o morcego tombou ferido numa encruzilhada de caminhos. Passaram por ali os pássaros e disseram: *olha, um dos nossos! Vamos ajuda-lo!* E levaram-no para o reino dos pássaros. O rei das aves, porém, ao ver o morcego moribundo, comentou: *ele tem pelos e dentes, não é dos nossos, levem-no daqui para fora.* E o pobre morcego foi depositado no lugar onde havia tombado. Passaram os ratos e disseram: *olha, é um dos nossos, vamos salvá-lo!* E conduziram-no à presença do rei dos ratos, que proclamou: *tem asas, não é dos nossos. Levem-no de volta!* E conduziram o agonizante morcego para o fatídico entroncamento. E ali morreu, só e desamparado, aquele que quis pertencer a mais do que um mundo. (COUTO, 2015, p. 88)

A fábula explicita o sentimento da personagem desde o início do romance e seu pai reconhece a fronteira de mundos no qual escolheu para sua filha. Além disso, diz à filha que aceite quaisquer recompensas do sargento, porque é pelo serviço que ela e seu irmão prestam aos portugueses, pois Mwanatu, além de montar guarda na cantina/quartel, também é responsável pelo correio. Katini, então, pergunta sobre a chegada do “grande chefe português”, se referindo a Mousinho de Albuquerque, uma vez que é revelado que Imani lê as cartas dos portugueses e Mwanatu as transporta, correndo grande risco. Ao responder que houve uma tempestade que atrasou a saída do navio de Mousinho de Portugal, o pai diz que pode ter sido encomenda pois alguém deve estar entregando informações e sua suspeita é de seu irmão mais velho Dubula, o que se unira aos nguni. E conclui: “– Pode ser seu irmão, pode ser meu filho, mas um dia desses esqueço que sou pai e vou denunciá-lo.”. Katini confessa que entregou um relatório que Imani trouxe para casa a uma adivinhadeira para que ela pudesse responder se a tempestade que naufragou o navio de Mousinho tinha sido encomendada.

Por fim, o pai revela um lado do patriarcalismo cruel do século XIX, dizendo à sua filha que se entregue ao português caso ele queira: “– O que estou a dizer é muito simples: você tem que ser para ele o que todas as mulheres são neste mundo. Entende?”. (COUTO, 2015, p. 92, 93 e 97).

A quarta carta para o conselheiro, o sargento tenta tranquilizá-lo de sua desconfiança sobre as correspondências estarem sendo desviadas e detalha seu encontro e suicídio do cantineiro Francelino Sardinha. Nos diálogos que detalha antes de tirar a própria vida, Fragata e Sardinha discutem sobre a diferença de tratamento entre ingleses e africanos, e portugueses e africanos, sendo essa uma importante diferença entre as colonizações:

‘E você, caro Sardinha, você fala inglês quando vai lá à África do Sul vender os segredos militares dos portugueses?’

O cantineiro permaneceu calado por um tempo. De um trago vazou o copo para ganhar coragem e perguntou: ‘Sabe que língua falamos, eu e os ingleses? Falamos zulu.’ Segundo ele, os ingleses, ao contrário dos portugueses, aprendiam a falar as línguas dos cafres. É por isso que conviviam em bons termos com a corte do Gungunhana e se sentavam ao lado dele como conselheiros. Confesso que esse elogio aos ingleses, em contraponto a uma qualquer congénita deficiência lusitana, me fez ferver o sangue.

(COUTO, 2015, p. 102–103)

Por fim, Fragata revela o crime cometido por Sardinha. O cantineiro vendia armas e dentes de elefante, além de espionagem em favor dos ingleses, por essa razão seria fuzilado ali mesmo, caso não tirasse a própria vida, pois os ingleses é que eram os verdadeiros inimigos.

No capítulo nove, conhecemos um pouco melhor a história da família de Imani. Antes de migrarem para a aldeia de Nkokolani no interior, a família morava em Makomani uma aldeia à beira-mar onde Imani frequentou a missão e aprendeu alguns hábitos portugueses, além da língua, o de usar sandálias; hábito suficiente para ser chamada de branca. O avô decide que deveriam ir para Nkokolani e pouco depois, decide que iria para o *Rand* em busca de diamante – como eram chamadas as minas na África do Sul, uma abreviação da cadeia de montanhas no país chamada Witwatersrand, “o cume das águas brancas” em africâner. A decisão está ligada ao avanço do Reino de Gaza e as guerras que ele descobre através dos sonhos que irão acontecer, pois não queria ver sua terra morrer e, apesar do protesto da família, ele viaja mesmo assim.

Imani tinha cerca de dez anos de idade quando migraram para Nkokolani e aos quatorze seu avô Tsangatelo vai às minas. Depois de um ano nas minas, um mensageiro informa à família que o avô se perdera nas minas, mas não havia morrido. Decidira ficar nas minas, sem sair, e sobrevivia com ajuda de um *tshipa*, informa o mensageiro para a avó de Imani, “Um

desses homens que, entre os mineiros, fazem serviço de mulher. A verdade é esta: o seu marido está agora casado com um *tshipa*.” (COUTO, 2015, p. 115).

A quinta carta de Germano de Melo, narra seu encontro com Tsangatelo, ao serem abordados enquanto regressavam de barco para Nkokolani depois de estarem em Chicomo onde se informaram sobre as dificuldades da campanha em Manjacaze na busca por Ngungunhane. O avô de Imani, interrompe a viagem e pede para que renovem sua licença de trabalho das minas. No entanto, Tsangatelo lembra que havia prestado serviço de transportador ao Fragata, pois tinha uma caravana, e o português o reconheceu. Eles se despedem e os portugueses seguem viagem. A carta estabelece um tom mais informal a pedido do conselheiro e, por fim, Germano conta um pouco da sua infância no norte de Portugal, onde sua mãe era amorosa e seu pai severo e sisudo.

Imani começa por narrar no capítulo onze uma pequena transgressão dos chopos contra o ngunis. Tsangatelo depois de acordar passa por um arrozal do qual diz que os ngunis não tem interesse de lhes roubar porque não é tão bom para a produção de bebida quanto o milho, porém o plantio do arroz é já uma mudança dos hábitos alimentares dos chopos influenciado pelos portugueses: “Em tudo o mais tínhamos abandonado os nossos próprios alimentos – a mapira e a mexoeira. Mussi estava certo: nós já imitávamos os invasores. E fazíamos-lo no mais visceral: comíamos o que eles comiam.” (COUTO, 2015, p. 135). Seu pai, havia decidido queimar as ferramentas de trabalho no campo, como pás e enxadas, e convoca alguns jovens da aldeia para o ajudarem, ao declarar que agora deveriam usar as costelas dos elefantes para trabalhar a terra, os jovens correm e, logo em seguida, a aldeia já está reunida tentando apagar as chamas. Na teoria de Katini, as tropas que vinham do norte não poderiam ver que eles tinham ferramentas para o trabalho na terra, e seus campos semeados, pois iriam querer roubá-los. A guerra estava próxima. O tio de Imani, Musisi, que tinha uma relação conflituosa com seu pai, relata que uma grande quantidade das tropas ngunis estavam se deslocando pois Ngungunhane havia mudado a capital de Gaza de Mossurize para Manjacaze. A família, então, discute sobre o que fazer e fica decidido que Katini vai falar com o português.

A sexta carta do sargento é marcada por reflexões do sargento Germano após relatar que o quartel não possui armas que prestem, com exceção da que ele trouxera, expondo o abandono pelo qual seu posto militar passa, porém os chopos acreditam que o quartel está carregado de armas. Em suas reflexões, Germano chega à conclusão de que preferia ter sido preso no Porto ao invés de ter sido enviado ao degredo, além de seu sentimento de culpa pelo suicídio do cantineiro Francelino Sardinha, pois foi ele quem dera a notícia de que tinham vindo para prendê-lo. Por fim, ele confessa que se identifica com os revoltosos que haviam sido

capturados na ocasião do cerco de Lourenço Marques, uma vez que, como os tsongas que assaltaram cidade portuguesa em Moçambique em 1894, ele também era um insurgente contra seu governo, nesse caso contra a monarquia. Quando se formou o pelotão de fuzilamento dos revoltosos, sua arma falhou e estourou dentro do cano.

No capítulo 13, Imani diz que ia ao quartel pedir ajuda ao Germano contra as tropas ngunis antes que seu pai fosse, e encontra o sargento em uma crise de agonia por acreditar não possuir mãos, o militar delirava. Imani o acalmou e, finalmente, pede para que os portugueses protejam a aldeia, porém enfatiza que não deveria pedir, pois os chopos pagam vassalagem à Coroa Portuguesa e, portanto, é um dever dos portugueses os protegerem. O sargento acalma Imani e pede para que transcreva uma carta que recebeu do Comissário Régio António Enes para que ela lesse para sua aldeia. Nessa carta, que se dirigia ao próprio Ngungunhane, o comissário pede para que o rei de Gaza confirme sua vassalagem aos portugueses e lembra que quem forneceu armas para que seu pai, Muzila, enfrentasse o irmão (Mawewe) foi o rei de Portugal D. Carlos I, dessa forma, garantindo o trono de seu pai e, por consequência, o seu próprio.

Ao terminar de ler para sua família, seu tio Musisi, que já exprimia sua desconfiança dos portugueses, diz que não acredita mais neles, e irá pedir ajuda ao Binguane, e Katini argumenta que é uma péssima ideia, pois “Não há no mundo quem o imperador odeie mais que o Binguane e o seu filho Xiperenyane.” (COUTO, 2015, p. 165). Neste trecho vale ressaltar a importância do chefe Binguane na unificação dos chopos contra os ngunis de Ngungunhane. Sua notoriedade na literatura de ficção também é mencionada em *Ualalapi* (1987) de Ungulani Ba Ka Khosa, no capítulo “O cerco ou fragmentos de um cerco”, conforme investigados no capítulo sobre a obra neste estudo. De acordo com António Rita-Ferreira:

No século passado [séc. XIX], Binguane, um dos netos do grande chefe Dzowo, do vale do Limpopo, conseguiu dominar e unificar parte dos régulos chopos, mobilizando-os numa resistência denodada contra Mawewe, Muzila e Gungunyane. Sem dúvida que essa resistência coletiva contribuiu para desenvolver entre os Chopos um sentimento de identidade.  
(RITA-FERREIRA, 1975, p. 20)

Desta forma, é natural que o tio de Imani queira pedir ajuda ao líder Binguane já que não tem esperança que os portugueses corram em auxílio dos chopos de Nkokolani contra os ngunis, no entanto, a esta altura do romance e, conforme, a historiografia consultada neste estudo, Binguane já estaria morto, assassinado pelas tropas de Ngungunhane, entre o final do ano de 1889 e início de 1890. Rita-Ferreira aponta:

Longle, que atravessou a região Chope em 1885, afirma que as terras de Binguane se estendiam do Inharrime ao Limpopo. [...]

Cinco anos decorridos os regimentos de Gungunyane, recém-vindo da sua longínqua capital no Mossurize, já semeavam a morte e a destruição. Em Janeiro de 1890, Maguiguane, comandante-em-chefe do exército de Gaza, atacou Binguane e seu filho Xipenanyane, no *khokholo* Xirime, depois de lhes cortar o acesso à água. Este último conseguiu refugiar-se em Inhambane. Mas seu pai perdeu a vida, com milhares de súbditos.

(RITA-FERREIRA, 1975, p. 21)

Outra fonte do qual é possível estabelecer uma imprecisão nas datas no romance de Mia Couto é demonstrada por Pélissier, em citação já destacada neste estudo no capítulo sobre *Ualalapi* (1987):

Em 1889, o Gungunhana chegou ao sul com seu miserando cortejo de dezenas de milhares de Vandaus (um grupo chona) deportados do Alto Buzi. Instalou-se, pois, em Setembro de 1889 junto ao seu ‘vassalo Binguana Mondlane. O Gungunhana lançara-se no extermínio pura e simples dos Macuácuas e dos seus aliados chopes. O Binguana Mondlane teria sido morto nessa onda [...] e seu povo chacinado, disperso e aniquilado, de tal maneira que seu filho Esperanhana (ou Chipenanyana) foi refugiar-se em Inhambane para ali pedir socorros para o seu povo atormentado pela fome.

(PÉLISSIER, 2000, p. 239)

A fonte de Pélissier é do missionário suíço Arthur Grandjean (1863–1934) da Missão Romanda, que se instalou “na Catembe, em Rikatla (ou Rikatala) (ao pé do régulo Mahazuli, da Magaia), em Antioka...” (PÉLISSIER, 2000, p. 253).

Ainda que as datas de ambas as fontes divirjam ligeiramente – setembro de 1889 (Pélissier) e janeiro de 1890 (Rita-Ferreira) – é evidente sua proximidade temporal do episódio histórico, ao contrário do romance de Mia Couto, que estabelece com finalidade ficcional que Binguane ainda estaria vivo em 1895.

Na quinta carta do sargento Germano de Melo, datada de 5 de abril de 1895, o sargento escreve sobre o encontro com o avô de Imani ao voltarem por via fluvial de Chicomo para Nkokolani. Na carta ele narra o diálogo que tiveram e o avô confirma: “– Sou Tsangatelo, o mais antigo dos Nsambes. Em Nkokolani, o patrão já deve ter encontrado os meus netos, Mwanatu e Imani, filhos de Katini e Chikaze.” (COUTO, 2015, p. 125). Na quarta carta, de 13 de março de 1895, o sargento também comprova seu encontro com Imani, depois de descrever seu encontro com Mwanatu, afirma Germano: “Já a irmã Imani é inteligente e viva, quase esquecemos que estamos perante uma jovem preta.” (COUTO, 2015, p. 100).

Portanto o episódio do pedido de ajuda de Imani ao sargento português e a solução de seu tio por buscar ajuda de Binguane, demonstram que a dissonância histórica e ficcional no romance são instrumentos para a construção da narrativa.

Imani, por fim, revela que seu tio deseja que ela e seu irmão Mwanatu espiem através da correspondência as ações dos portugueses para a aldeia.

A sétima carta de Germano, o sargento escreve que assistiu a orquestra de marimba que o pai de Imani conduz e, admirado, lembra da impressão que o tenente Aires de Ornelas teve – importante figura histórica da Campanha de 95, empenhada em capturar Ngungunhane – ao ver o canto e apresentação do exército nguni. A mesma carta é referida em *Ualalapi* (1987) em uma das epígrafes do romance. Contudo, com fins ficcionais, Mia Couto emprega esse excerto de Aires de Ornelas, com algumas diferenças, como uma cópia que o personagem Germano de Melo carrega consigo por admirar sua beleza, no entanto, a carta do sargento data de 25 de maio de 1895; e a carta do tenente Aires de Ornelas, de 14 de agosto de 1895, portanto, de alguns meses depois. Vale destacar a referência para fins de comparação. Conforme José Capela reproduz:

É Aires de Ornelas que em 14 de agosto de 1895, da residência da representação portuguesa junto da corte de Gungunhana, aonde se deslocara em missão diplomática, escreve à Mãe:

[...] Ao levantar-se fez de novo ouvir o estrondoso *bahete!* E formando outra vez as mangas em coluna, mandou-as entoar o canto de guerra. Aqui devia eu parar! Nada no mundo pode dar uma pálida ideia da magnificência do hino, da harmonia do canto, cujas notas graves e profundas vibradas com entusiasmo por 6 000 bocas faziam-nos estremecer até ao íntimo. Que majestade, que energia naquela música ora arrastada e lenta quase moribunda, para ressurgir triunfante num frémito de ardor, numa explosão queimante de entusiasmo! E à medida que as mangas iam se afastando, as notas graves iam dominando, ainda por largo espaço, reboando pelas encostas e entre as matas do Majacaze! Quem seria o compositor anónimo daquela maravilha? Que alma não teria quem soube meter em três ou quatro compassos a guerra africana com toda a acre rudeza da sua poesia? Ainda hoje ‘cortados ouvidos me ribomba’ o eco do terrível canto de guerra vátua, que tantas vezes o esculca chope ouviu transido de terror, perdido por entre as brenhas destes matos nos quais vivo há um mês.  
(CAPELA, 2005, p. 52)

O personagem Germano de Melo transcreve o excerto que possui da carta, contudo alguns termos são trocados e outros trechos suprimidos:

[...] Quando o rei de Gaza surgiu, os regimentos de guerreiros do Gungunhane entoaram o seu canto de guerra. Nada no mundo pode dar a magnificência daquele hino. A harmonia do canto, cujas notas graves e profundas, vibradas com entusiasmo por mais de seis mil bocas, fazia-nos estremecer até ao íntimo. [...] E, à medida que os regimentos, que aqui chamamos de mangas, se iam afastando, as notas graves iam dominando, ainda por largo espaço, reboando pelas encostas e entre as matas de Manjacaze! [...] Ainda hoje nos ouvidos me ribomba o eco do terrível canto de guerra vátua, que tantas vezes o sentinela chope ouviu transido em terror, perdido por entre as brenhas destes matos nos quais vivo há um mês.  
(COUTO, 2015, p. 169–170)

Portanto, pelo excerto de José Capela é possível comparar os trechos ligeiramente alterados da carta original de Aires de Ornelas para sua mãe, escrita em data posterior a do personagem Germano no romance.

No restante da correspondência o sargento confessa que nutre sentimentos amorosos por Imani e se identifica com o conselheiro, pois ele se casou “com uma mulher cafreal” (COUTO, 2015, p. 170).

No capítulo quinze, Imani narra a ida de seu tio Musisi à aldeia de Binguane na busca por apoio à Nkokolani. Musisi já havia conhecido o régulo anteriormente quando foi com Tsangatelo até sua aldeia para pedir ajuda na recuperação de sua esposa que havia sido raptada pelos “*indunas* de Inhambane” porque ela não tinha como pagar os impostos. Essa era uma prática comum na qual o cobrador levava um membro da família raptado e o devolvia após o pagamento do tributo. Tsangatelo havia ido proteger Lourenço Marques contra as revoltas tsongas, e demorou quase um ano. Nesse tempo levaram sua esposa como garantia e quando voltou à aldeia conseguiu pagar o imposto, porém ninguém sabia do paradeiro de sua esposa Layelwane. Por isso decidiu pedir ajuda ao Binguane por causa de sua influência para que intercedesse no seu caso. Binguane o tranquiliza aceitando ajudá-lo e Layelwane logo voltaria para casa, apenas pediu para que cobrasse pelos seus serviços de caravana aos portugueses em armas e depois as deixasse na aldeia de Binguane, ele acertaria as contas depois com Tsangatelo.

Dessa vez, Musisi iria sozinho na esperança de que o Binguane ainda lembrasse dele. No caminho cruza com soldados nguni voltando de uma batalha e se esconde para não ser pego, senão seria morto. Quando pode chegar na aldeia encontrou uma cena de devastação. Os ngunis a haviam atacado e Binguane se suicidado sentando em um barril de pólvora e ateadado fogo, por causa do peso da derrota. Binguane havia se tornado lenda.

Na oitava carta para o conselheiro José d’Almeida, o sargento narra que um prisioneiro foi trazido até ele e pela interação entre os dois chega à conclusão de que o que Ngungunhane faz com os povos inimigos não é diferente do que fazem os portugueses com os povos africanos; impõe sua cultura e expandem seu império. Nas suas reflexões, o português percebe cada vez mais que o desconhecimento dos portugueses sobre a cultura local interfere negativamente na capacidade de uma colonização, seja na governança ou militarmente.

No capítulo 17 Imani soubera que seu tio e seu pai iriam ao quartel falar com o sargento sobre a questão da morte de Binguane e a devastação de sua aldeia, e decide ir também. Ao chegar no quartel, Germano diz que havia acabado de falar com Xiperenyane, filho de

Binguane, que pedira ajuda do português para salvar sua neta que havia sido raptada pelas tropas ngunis depois do ataque à aldeia, e que os boatos diziam que já devia estar morta.

Imani narra sua primeira interação com o português, a quem deixa tocar-lhe os seios e, embora envergonhada e sem experiências não sabe o que fazer. Após deixá-lo tocá-la diz que o seu pai estava a caminho, interrompendo a interação. Ao chegarem, Tsangatelo e Musisi, são recebidos, bebem juntos e reafirma que serão defendidos pela Coroa Portuguesa. Musisi já nervoso lembra que se não forem levados a sério em seu pedido, todos iriam morrer, além disso, pagam a vassalagem e eles dizem que, por isso, são também portugueses.

O soldado percebe a irritação e no diálogo é possível perceber a sutileza do seu racismo ao falar para Tsangatelo: “– Não precisa traduzir. Entendo perfeitamente que o seu cunhado esteja zangado. Vamos conversar como gente..., isto é..., como gente civilizada.” (COUTO, 2015, p. 197). Ao enviar a moça para a cozinha para buscar outra garrafa de aguardente, Imani encontra um telegrama de duas semanas antes do Comissário Régio no qual dizia que os portugueses não iriam interceder pelos chopos de Nkokolani, pois não podiam trocar o apoio à aldeia pela defesa de Lourenço Marques que tinha sido ataca há pouco tempo. Além disso, esperava que os portugueses fossem poupados temporariamente de um combate direto com os soldados de Ngungunhane, caso o rei decidisse se vingar dos chopos que se aliaram aos portugueses. Imani volta à sala e pede firmemente para que seus parentes saiam. No dia seguinte volta ao quartel de Germano depois de se enlamear no rio Inharrime e pede para que o soldado a limpe, e a toque nua. Ao colocá-lo no chão, pisa em seu corpo cospe em seu rosto dizendo em *txitxope*: “Seu branco mentiroso! Irás rastejar como uma serpente.” (COUTO, 2015, p. 200).

Depois desse episódio junta os parentes em sua casa e revela o telegrama a todos e a mentira do português. Decide, por fim, ir ao encontro de seu irmão Dubula (o que havia se juntado aos soldados ngunis), pois estava com raiva e precisava conversar com alguém. depois de confessar ao irmão que tinha conhecimento de seu desejo secreto por ela, conta sobre o telegrama do Comissário Régio e Dubula a lembra que é um soldado e por isso prefere não se casar. Finalmente, Dubula diz:

– Vai acontecer aquilo que o pai sempre sonhou: o português vai regressar à terra donde veio e vai levá-la com ele. [...]  
– Se fosse a você, minha irmã, eu ia a casa dele agora. E pedia-lhe para fugir daqui. Faça isso agora, se é que gosta dele. Porque quando eu, junto com os VaNguni, entrarmos em Nkokolani, acabaremos de vez com esse quartel.  
(COUTO, 2015, p. 203)

A nona carta do sargento trata de seu estado deprimido depois do episódio da traição à população de Nkokolani, especialmente sua humilhação causada pela fúria de Imani, consequentemente, acreditando que a única coisa que dava algum alento para ele naquele lugar – a possibilidade de conquistar Imani – havia, agora, terminado. Sua melancolia o faz refletir sobre a sua falta de fé cada vez maior, e chega a delirar depois que vai à igreja abandonada da aldeia.

No capítulo 19, finalmente a numerosa tropa nguni chega à aldeia de Nkokolani, e a população apavorada, acreditando que iam morrer, começam a cavar suas próprias covas. No entanto, os soldados mandam saírem dos buracos e recobrem as trincheiras cavadas. Imani revela a diversidade do exército de Ngungunhane:

No dia seguinte, as tropas inimigas entraram na nossa aldeia. Dizer que eram soldados VaNguni era uma mentira. A maior parte era de outras tribos, outras nações. Uns eram VaNdau, outros eram Makwakwa, outros Bila, outros eram simplesmente outros.  
(COUTO, 2015, p. 217)

Os nguni foram embora, porém deixaram um rastro de destruição; queimaram muitas casas, devastaram plantações e raptaram jovens e mulheres. A família de Imani e sua casa foram poupadas dos soldados, assim como outras mais ao centro da aldeia, que apenas ordenaram para que saíssem dos buracos cavados. O pai de Imani decide cortar os coqueiros e os vizinhos o ajudam acreditando estar construindo um novo *khokholo* – construção fortificada feita de madeira. Segundo citação de Rita-Ferreira:

Eis como Longle descreveu o khokholo Tuijane que visitou em 1885:  
[...] Imagine-se uma linha de defesa formada por troncos de árvores altas e grossas do lado exterior e reforçadas interiormente por outros troncos de árvores, colocados horizontalmente, até uma altura que não será inferior a 2,5 m. As estacas exteriores são muito mais altas e não deixam lugar senão para, de distância em distância, se passar o cano de uma espingarda.  
(RITA-FERREIRA, 1975, p. 21)

No entanto, Katini revela que deseja construir um barco, pois entrar na água ou comer peixe são tabus proibitivos na cultura nguni, dessa forma, poderiam escapar dos ataques do exército de Ngungunhane pelos rios. Porém, um dos vizinhos lembra que como o exército nguni é misto de soldados que foram “angunizados”, muitos não são nguni mas integram suas tropas, portanto não possuem tabus de entrarem na água.

A esse respeito, esclarece Rita-Ferreira:

Sobre os motivos que levaram Gungunhane a fazer-se acompanhar de dezenas de milhar de vandaus, F. Toscano esclarece:  
‘Como os seus antecedentes, usava da tática de T’cháca, na Zululândia: quando conquistava uma tribo deslocava-a e com esta ia conquistar outras tribos, entregando o novo país aos vencidos doutras terras. Assim fizera o seu avô Manicusse, levando

de Gaza os vencidos para abater N'qaba nos territórios de Sofala, Mussapa e Mossurize, ficando os mundaus como habitantes desta região e vassallos dos vátuas. Assim continuava fazendo o Gungunhane, *trazendo consigo para Gaza todos os mundaus* válidos, com suas famílias, sempre ao propósito de bater os machopes. (RITA-FERREIRA, 1975, p. 79)

Um vizinho da família disse: "... que não valia a pena alimentar ilusões. As tropas de Ngungunyane eram agora diferentes. A maior parte dos soldados era de VaNdau. E esses não tinham medo do mar." (COUTO, 2015, p. 221). Essa era a tática usada pelo avô Tsangatelo quando eram atacados pelos ngunis, pois descobriu, sem querer, que os ngunis tinham medo dos espíritos que habitam as águas.

Após a tia de Imani, Rosi, que tinha o dom da adivinhação, ter sonhado com cavalos, ela pede a Imani para que descobrisse um desenho de um cavalo, já que eles nunca tinham visto esse animal antes. O pai de Imani também pede para que vá ao quartel pois a sua preocupação era saber sobre a chegada de Mousinho de Albuquerque e sua cavalaria, pois já deviam ter chegado para combater as tropas de Ngungunhane. É, então, que descobre o relatório do português onde dizia que logo após Mousinho ter desembarcado e verificado a cavalaria constatou que os cavalos estavam inaptos para o serviço militar, uns estavam doentes, outros eram indomáveis. Imani, no entanto, decide mentir, dizendo que não havia nada relacionado a cavalos, e revela que seu tio tivera mais duas esposas além da tia Rosi, porém foram violadas e mortas por soldados ngunis.

Na décima carta do sargento é descrito o sentimento de culpa e tristeza do militar em razão do ataque à aldeia; Imani o havia visitado e ajudado no seu estado de torpor. Por fim, relata que foi até o rio Inharrime para ver o avanço das tropas do coronel Eduardo Galhardo para tentar criar ânimo em seu espírito, no entanto, ao ver a dificuldade do trabalho de se fazer atravessar o rio com equipamento militar e soldados, ficou ainda mais desolado. O coronel Eduardo Galhardo foi um importante militar na campanha de captura de Ngugunhane, aparece também em *Ualalapi* (1987), no "Fragmentos do fim (2)" e "Fragmentos do fim (3)", no qual Ungulani apresenta uma perspectiva bastante truculenta do coronel. Na obra, após as vitórias de Coolela ("Fragmentos do fim (2)") e a invasão à Manjacaze ("Fragmentos do fim (3)"), capital do Império de Gaza, o narrador revela que o coronel teria pisoteado com seu cavalo um soldado nguni e perguntado pela localização do rei, mandou queimar a cidade de Coolela, além de ter profanado o local sagrado de Gungunhane, urinado sobre o estrado do rei, cuspidos nas paredes, roubado peles de leão, estripado corpos dos negros e admirado "sóbrio e sereno" a cidade e uma crianças em chamas. A visão contrasta com o comentário de António Enes a seu respeito: "Se na galeria dos homens ilustres estiver inscrita a bravura, a tenacidade, o respeito

pelo homem, a bondade, o amor à pátria, o coronel Galhardo tem assento por mérito próprio.” (KHOSA, 2018, p. 53).

No capítulo 21 Imani recebe as cartas que seu avô enviava quando estava nas minas, e reconhece que o entregador era o companheiro de Tsangatelo, o *tchipa*. A personagem pergunta o porquê mandou avisar a mãe que ela nunca mais veria o mar, e então revela a história de Tsangatelo e sua relação com os portugueses. O avô de Imani tinha uma caravana na qual transportava produtos variados para os comerciantes; chegou, inclusive, a vender escravos. Quando se encontrou com os portugueses pela primeira vez, quiseram o contratar para carregar armas de Lourenço Marques para Chicomo. A sua esposa não concorda e ameaça abandonar a família se o marido vendesse armas, no entanto, Tsangatelo argumenta que serão as armas que enfrentarão os inimigos de sua aldeia, os ngunis. Porém, Imani narra que o avô, na manhã seguinte, acorda com um dos carregadores na porta da sua casa e acaba por descobrir um feitiço de que está sendo vítima e, então, decide sair da aldeia na praia em que moravam para não mais voltarem.

O irmão de Imani, Dubula, aparece em sua casa e discute com o pai sobre sua escolha pelos ngunis, e seu raciocínio revela a complexa relação dos povos locais com seus opressores, sejam europeus ou africanos. Narra Imani:

– E se nessa guerra entre invasores, ganharem os VaNguni? Que diferença faz para nós?

– Se ganharem os VaNguni, eu sempre poderei ser alguém. Que pessoas seremos se ganharem os portugueses?

Nós que víssemos, disse ele, o exemplo de Maguiguane, o chefe militar de Ngungunyane. Ele não era um nguni, mas tinha sido aceite e promovido. E prosseguiu, em desafio: no exército lusitano, havia um único chefe preto? Morreram milhares de negros lutando lado a lado dos portugueses. Alguma vez se viu uma homenagem, uma recompensa aos africanos que tombaram?

(COUTO, 2015, p. 251)

A provocação de Dubula é sedutora, é conhecida as práticas do colonialismo português e seus dispositivos racistas que desumanizava os povos africanos, no entanto, o ódio de Ngungunhane aos chopos é eclipsado no seu discurso. E foi demonstrado no romance e nas fontes historiográficas deste estudo como funcionava a relação truculenta entre esses dois povos, e entre outros.

No dia anterior à batalha dos chopos contra os ngunis, o guerreiro Xiperanyane, filho do líder Binguane, assassinado pelos ngunis, vai à aldeia de Nkokolani pedir apoio com fornecimento de soldados, como todos os chopos da região já haviam dado, e o tio de Imani, Musisi, ressalta para os soldados que não podem esperar pelos portugueses. A derrota dos

chopes é o evento que marca uma desagregação da família de Imani ainda maior. Dubula é morto em batalha causando grande tristeza para Imani e, principalmente para sua mãe.

Na décima carta do sargento, Germano relata que Imani o havia ido buscar para ver os corpos no campo de batalha dos ngunis contra os chopos, mostrando o que havia causado a não intromissão dos portugueses nesse conflito, inclusive a morte de seu irmão que ela não havia nem encontrado ainda. A carta segue com um relato de seu cotidiano no posto militar, com Mwanatu e Imani, os delírios de que tem padecido e detalhes de seu julgamento ao desterro.

No capítulo vinte e um, Imani narra a atmosfera ruim que sua casa estava desde o desaparecimento do seu irmão Dubula. Após uma discussão entre seus pais, em que discutem sobre Katini ter matado uma galinha que seria usada para a cerimônia de morte, ele responde que não poderia afirmar que o filho morreu porque não viu o corpo. Passado uma semana da batalha, Chikazi se suicida. Imani mais uma vez é confrontada com suas identidades em conflito. Após o tio Musisi tirar o crucifixo colocado pelo Sargento da campa de sua irmã no enterro, diz o tio:

Eu pergunto, senhor sargento, sendo esse Deus o Pai de todos nós e criador de todos os idiomas, será que Ele só entende o português? E você, sobrinha, não se limite a traduzir. Diga-lhe como fazemos nós, os negros. Ou já se esqueceu da sua raça, Imani Nsambe?

A minha raça?, perguntei-me, em silêncio. Naquele momento entendi que a minha tristeza era grande, mas que eu já era órfã antes. Esse desamparo não era apenas meu, mas de todos os meus irmãos negros.

(COUTO, 2015, p. 283)

Na décima segunda carta, após voltar do velório da mãe de Imani, é revelado ao sargento que suas cartas, na verdade, eram lidas e respondidas pelo tenente Aires de Ornelas com anuência do real destinatário, o conselheiro José d'Almeida. Sua preocupação de que poderia ser prejudicado de alguma maneira vinha de suas confidências ao conselheiro na qual opinava negativamente sobre a monarquia, somado ao seu histórico de republicano punido por tentar um golpe à Coroa portuguesa.

No capítulo 25, após o enterro de Chikazi, a narradora revela que Mwanatu começa a ficar diferente e resolve voltar a morar na sua casa ao invés de dormir no quartel. Segundo ela, ele estava “menos lerdo”, e conta da visita de sua mãe em seus sonhos em que pede para que ele se desfaça de sua arma, enterrando no chão. O sargento, ao saber disso, revela mais uma vez sua perspectiva colonizadora e de “missão civilizatória” europeia ao pensar “Mwanatu tinha sofrido uma grave regressão: voltara a ser preto. E, como preto que voltara a ser, não merecia confiança.”. Na “cerimônia” que fez antes de enterrar a arma, se surpreende com suas próprias

palavras: “Estou aqui e chamo por vocês, guerreiros da nação chope!”). Algo no personagem o fazia lembrar de seu povo e de suas crenças, ignorando aos poucos a criação católica que teve. (COUTO, 2015, p. 292, 296 e 297).

Ao tentar cavar a cova de sua arma, Mwanatu acaba encontrando as armas chope que seu pai havia enterrado: azagaias, lanças e escudos. Ao voltar para casa, diz a sua irmã que deverá devolver a farda, pois não quer ser confundido quando as tropas ngunis vierem, porém sua irmã manda queimar as roupas. Sua tia Rosi, por outro lado, ao voltar ao trabalho na roça (machamba), também encontra armas e balas ao cavar o solo, porém são armas europeias.

Na décima terceira carta, o sargento relata sua solidão e mais delírios, a visita de Mwanatu que contou sua missão de enterrar as armas e o encontro com Imani, quem ele imaginava não querer vê-lo. Ao irem até a campá de Chikazi, o sargento revela que não sabia se sua mãe estava viva. Conclui que não escreverá mais para o conselheiro José d’Almeida porque não precisava mais fingir que estivesse falando com ele, e passará a escrever para quem, de fato, está lendo e respondendo suas cartas, o tenente Aires de Ornelas. Por fim, sua desilusão o leva a perceber que não adoeceu na África,

Eu adoecei de Portugal. A minha doença não é senão o declínio e a podridão de minha terra. Eça de Queiroz escreveu: ‘Portugal acabou.’ Ao escrever estas palavras diz que lhe vieram lágrimas aos olhos. É essa a minha e a sua doença: a nossa pátria sem futuro, vazada pela ganância de um punhado, dobrada sob os caprichos da Inglaterra. (COUTO, 2015, p. 315)

Esse trecho não somente expressa a desilusão do personagem atravessada por sua solidão, mas, também, seu desencanto por sua pátria, ao ponto de decidir não ser necessário que seu corpo seja levado de volta para casa se vier a morrer em África.

No capítulo 27, Imani em conflito decide-se por se entregar ao sargento, e quando vai ao seu encontro, percebe que não estão sozinhos e conhece a italiana de Lourenço Marques, Dona Bianca. A personagem conta a história do como foi parar em Lourenço Marques. Aeu marido a engravidou e fugiu, e ela voltou para a Itália para ter a criança, que faleceu pouco depois. Como estava muito triste, decide-se por tirar a própria vida mas não consegue, então vai para Moçambique para morrer. A cena do relato é simbólica. A italiana conta sua história enquanto alisa e arruma os cabelos de Imani: “– Aprendi com as pretas que não há melhor maneira de se fazer conversa.”. Imani, poucas vezes teve essa experiência na qual pudesse ter esse tipo de interação, pois sua criação dividida entre culturas a fazia ser vista como portuguesa pelos chopos e africana pelos portugueses: “Nunca antes me tinham elogiado os cabelos. Pelo contrário, o meu pai achava que eu devia usar um lenço para ocultar esse pecado que era a minha cacheada cabeleira.” (COUTO, 2015, p. 322)

O restante do capítulo narra o povo de Nkokolani se decidindo a invadir o quartel do sargento para se apoderar das armas dos portugueses e terem com o que se defender, após descobrirem que arsenais de guerra estavam enterradas no chão de toda aldeia, porém não poderiam usá-las pois pertenciam aos mortos.

O líder da multidão era Musisi, e Mwanatu ao ver seu tio tomar a liderança passara a ser seu guarda-costas. Quando chegam no quartel, o sargento se prepara para conter a multidão com um metralhadora e Imani vê seu irmão à frente de todos. Em um movimento para salvá-lo dos tiros do português, a jovem dispara contra ele com a espingarda que ao tentar proteger seu rosto estoura as mãos do sargento.

A última carta de Germano de Melo é endereçada ao tenente Aires d'Ornelas e escrita por Imani, pois, conforme conta na carta, depois de perder as mãos é levado de barco pelo rio Inharrime com destino ao hospital de campanha do Dr. Liengme. Georges Liengme foi um missionário evangélico e médico que conviveu por quatro anos na corte de Ngungunhane no reino de Gaza nos momentos finais do império, foi considerado inimigo dos portugueses acusado de interceder a favor de Gaza e, depois da captura do rei, foi expulso de Moçambique.

O Dr. Liengme aparece também em *Ualalapi* (2018), nas primeiras epígrafes da obra. Ao intercalar excertos de documentos de Aires de Ornelas e o missionário, Ungulani Ba Khosa estabelece uma relação contrastante dos textos entre as duas figuras históricas. Enquanto o tenente Aires de Ornelas faz comentários positivos e elogiosos sobre Ngungunhane, o médico apresenta seu lado negativo e vicioso. Mais sobre esse contraste é esclarecido na análise sobre a obra neste trabalho.

Durante a viagem pelo rio encontram o Mousinho de Albuquerque – oficial da cavalaria responsável pela campanha de 95 – e sua tropa, após verem uma explosão na mata vinda de um acampamento militar português, porém seguem viagem pois o perigo era iminente.

O último capítulo, Imani narra a ida de canoa para o hospital de campanha do Dr. Liengme, e os cuidados que ela e a italiana prestam a Germano. Em suas reflexões chega à conclusão do porquê aprendeu a escrever: “para melhor relatar o que vivi. E nesse relato vou contando a história dos que não têm escrita.” (COUTO, 2015, p. 342). Essa percepção é análoga à própria forma narrativa utilizada no romance. Ao dispor dos relatórios das cartas de Germano de Melo, o romance estabelece o registro escrito oficial, ao mesmo tempo, que serve como diário pessoal do português. Por outro lado, Imani percebe que a escrita contribui para manter vivas as histórias de seu povo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance *As areias do imperador* (2015) é marcado por dois tipos de narrativas bastante distintas na forma, que se complementam para contar a história de dois personagens ficcionais em um momento bastante agitado do final do século XIX e, também o fim do reino de Gaza. Embora o volume um não termine com a queda efetiva do Império de Gaza, fato que ocorrerá nos volumes seguintes, o primeiro livro da trilogia marca momentos históricos das pressões portuguesas e dos ngunis sobre uma pequena aldeia ficcional de etnia chope que, ao se tornarem vassalos dos portugueses, aumenta ainda mais a já presente antipatia de Ngungunhane contra esse povo.

A jovem Imani e o sargento Germano de Melo, são personagens que passam por profundas transformações do cruzamento e assimilação de ambas as culturas. Ambos renunciam em diversos momentos elementos próprios de sua cultura, porém alguns aspectos são mais prevalentes que outros a depender do personagem. Imani, embora tenha sido criada em uma missão católica, ainda crê nos espíritos de sua etnia e toda a cosmogonia que compõem suas crenças e costumes, no entanto, por ter aprendido a falar, ler e escrever o português provoca desconfiança entre os de sua aldeia. O episódio do velório e enterro de sua mãe, ao recolocar a cruz no corpo da falecida que havia sido retirado por seu tio, também mostram uma renúncia ritualística. O conflito da personagem se agrava ao ser pressionada pelo pai a arrumar um marido e gerar filho do português, contudo ela sente que ele é responsável pela morte do irmão – ao não intervir na guerra dos chopos contra os ngunis – e, conseqüente, do suicídio de sua mãe.

Já o sargento português vive seu conflito desde a sua partida de Portugal para Moçambique. Ao ser condenado ao degredo por tentar um golpe para derrubar a monarquia portuguesa na cidade do Porto, é na distante aldeia de Nkokolani, que Germano questiona sobre os costumes e cultura de seu país. O choque e a violência praticados pelos portugueses na colônia o fazem, também, renunciar a algumas de suas crenças e costumes. É o caso, por exemplo, do conflito de sua fé católica com os espíritos dos povos moçambicanos, dos quais chega a reconhecer e admirar:

[...] Imani deu-me uma lição sobre os chicuembos, que são os espíritos aos quais os nativos rezam e fazem oferendas. E explicou que, para os chopos, existem vários tipos de espíritos. O que mais me seduziu foi um que eles chamam de ‘espírito majuta’. E de tal modo fiquei impressionado que acabei, naquela noite, sonhando que era um desses fantasmas.  
(COUTO, 2015, p. 171).

Outra demonstração de seu conflito é possível perceber na confissão que faz de quando decide que não é necessário que seu corpo seja trasladado para Portugal quando morrer, pois acredita nas palavras de Eça de Queiroz: “Portugal acabou.” (COUTO, 2015, p. 315). O sargento passa a enxergar a monarquia portuguesa um sistema atrasado e incompetente para lidar com as suas colônias e os povos de que é suserano.

Por fim, Mia Couto busca na construção de personagens tão distintas quanto as formas narrativas empregadas na obra, um meio de construir um romance histórico em que os conflitos de identidade e choques de culturas atravessam uma grande quantidade de povos que conviveram, se relacionaram e guerrearam, causando profundas transformações na formação de Moçambique, e que irão reverberar ao longo da história do país. Lembra Omar Ribeiro Tomaz, em pesquisa a respeito das histórias de raptos contadas pelos prisioneiros dos campos de trabalho ou reeducação na era Frelimo em Moçambique:

E aí raptos e sequestros nos levam a experiências antigas, que passam pela guerra do Gugunhana e pelos exércitos formados por cativos, ou para a escravidão para as ilhas do Índico, que alcança a primeira década do século XX; ou para as deportações em massa promovidas pelos colonizadores portugueses, sedentos de terras para o estabelecimento de colonos ou para empresas agrícolas; os mesmos colonizadores que faziam uso do *chibalo*, ou trabalho forçado, lembrado por todos os meus interlocutores como análogo ao trabalho exigido pela Frelimo.

A explicação última para o sofrimento de alguém, contudo, não se esgota na atuação arbitrária do governante, seja ele o Gugunhana, o estado colonial ou o Estado da Frelimo, ou mesmo os guerrilheiros da Renamo. São as disputas locais, que envolvem vivos e mortos, autóctones e estrangeiros, ciclos de feitiçaria e conflitos ditos tribais, que fazem eco aos desejos de um Estado central, que se apropriam de formas institucionais normalmente associadas a estados totalitários, mas que encontra sua força justamente na sua fraqueza, e na sua rendição às formas locais de disputa e reprodução do poder.

(TOMAZ, 2008, p. 199–200)

O trecho é longo, porém é importante na reflexão sobre as práticas de poder e dominação realizadas nos diferentes períodos da história do país, cuja trágica experiência de desagregação, extermínio e identidades fraturadas, com reverberação ao longo do tempo, contribuem na compreensão de sua formação e, assim se espera, na sua prevenção.

## Conclusão

Organizar um fundamento sobre o gênero literário nos quais as obras se inserem ou não se apresenta indispensável, em virtude da equivalência que é possível estabelecer entre os romances a partir de suas categorias literárias. Para isso, as formulações de Gyorgy Lukács, desenvolvidas no *O romance histórico* são significativas para estabelecer os princípios que nortearam esse gênero literário e o que é possível classificar dentro deles.

*O romance histórico*, escrito entre 1936 e 1937, é um importante trabalho realizado pelo pensador húngaro Gyorgy Lukács nos anos de exílio da União Soviética, e constrói, através de sua leitura marxista da história, as bases para o desenvolvimento desse gênero literário, e também de sua decadência. Situado a partir do romance social na Europa e da Revolução Francesa no final do século XVIII, o surgimento de uma nova interpretação da história – na qual o homem e a sociedade são resultado do desenvolvimento histórico e a interpretação dos fenômenos sociais pode ser compreendida através dessa perspectiva – cria as condições materiais para o seu surgimento. Para compreender essas condições, Lukács reconhece no Iluminismo o princípio da Revolução Francesa:

[...] trata-se de concretizar o caráter particular desse sentido da história antes e depois da Revolução Francesa para visualizar com clareza sobre qual solo social e ideológico o romance histórico pôde surgir. E aqui temos que ressaltar que a historiografia do Iluminismo foi, em suas linhas essenciais, uma preparação ideológica da Revolução Francesa.

(LUKÁCS, 2011, p. 35)

E como consequência da revolução, uma nova percepção da história emergiu em que “...foi a Revolução Francesa, as guerras revolucionárias, a ascensão e a queda de Napoleão que fizeram da história uma *experiência de massas*, e em escala europeia.” (LUKÁCS, 2011, p. 38). Dessa forma, para Lukács, a literatura assimilou essas mudanças e quem soube representar muito bem esse fenômeno foi Walter Scott através do romance histórico, em obras como *Invanhoe* e *Waverley*, por exemplo.

As análises de Lukács sobre essa forma respaldam sua origem como uma evolução da forma épica clássica. Sua diferenciação reside no deslocamento do eixo focal da forma, cujos heróis da epopeia tinham um papel central, por outro lado, no romance histórico esses heróis se tornam uma parte secundária da narrativa.

É aqui precisamente que surgem diferenças profundas entre a epopeia e o romance. O caráter fundamentalmente nacional ao tema central da epopeia e a relação entre indivíduo e povo na época dos heróis fazem com que a personagem mais importante tenha de assumir o lugar

central, ao passo que no romance histórico essa personagem ocupa necessariamente um lugar secundário.  
(LUKÁCS, 2011 p. 64)

Essa definição é importante para analisar as *Areias do Imperador* pois estabelece esse romance nessa forma já bastante consolidada, sem perder seu caráter ficcional. Lukács resume: “[...] no romance histórico justamente, a tentação de reproduzir a totalidade das coisas é imensa. Há sempre um risco muito próximo de acreditar que a fidelidade histórica só pode ser atingida por meio da totalidade.” (LUKÁCS, 2011, p. 59).

No entanto, cabe ressaltar, que as reflexões de Fredric Jameson sobre a possibilidade de um romance histórico contemporâneo alimentam um debate sobre subgênero em que é válido colocar os romances de Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa no centro da discussão. O pós-modernismo trará um novo fôlego para o romance histórico na sua busca por imagens históricas “em uma época em que o sentido da história sofreu tamanha atrofia que nem o passado nem o futuro têm para nós hoje em dia a urgência e a pertinência que tinham nos séculos XIX e XX.” (JAMESON, 2007, p. 201).

Se considerarmos, por exemplo, que o primeiro personagem histórico irá aparecer somente no final do primeiro volume da obra, *Mulheres de cinzas* (2015), mesmo que rapidamente, percebemos que o eixo narrativo está cercado por essas figuras históricas e funcionam por causa delas pelas circunstâncias que se encontram os personagens ficcionais, porém as figuras reais não são o eixo principal. Por outro lado, Ungulani coloca a perspectiva do narrador em diferentes personagens, tanto em *Ualalapi* (1987), quanto em *As mulheres do imperador* (2018). Ambas as obras, nesse sentido, estabelecem uma relação que configuram a história e a ficção no mesmo espaço, validando ambas as perspectivas.

Contudo, Lukács falava de um período fértil do realismo cujo sentido histórico era representado em seus romances de forma moderna como Scott, culminando em seu auge em Tolstói. A decadência da forma vem com a transformação da burguesia europeia no sentido de um liberalismo com interesse de classe, cujos escritores passam a representar a história de forma mais subjetiva se afastando da realidade do povo e a origem material dos problemas sociais. Lukács sintetiza como a questão atinge a literatura:

Para nosso problema, o fato mais importante é a metamorfose da democracia revolucionária e progressiva em um liberalismo de compromisso, covarde, que se torna cada vez mais reacionário. Pois, [...] pudemos ver que a questão central da crise do realismo no romance histórico consistia justamente no distanciamento da vida do povo, das forças vitais dessa vida, portanto, considerando artisticamente, em um afastamento do povo semelhante ao que ocorreu na política nesse período, na própria burguesia, em termos políticos e sociais.  
(LUKÁCS, 2011, p. 290)

No entanto, a disseminação da ideologia liberal na Europa provocou uma ruptura com essa percepção histórica dando espaço para o surgimento do naturalismo e das formas descritivas na literatura: “O liberalismo é agora a ideologia dos estreitos e limitados interesses de classe da burguesia. Esse estreitamento existe mesmo nos casos em que o conteúdo representado permanece aparentemente o mesmo.” (LUKÁCS, 2011, p. 291). Com isso, Lukács traça o percurso no qual o romance histórico moderno emerge, e o compara com a “figuração da vida contemporânea”:

Em ambos os casos, os homens são convertidos em esquemas, porém são dotados de ideias formuladas com argúcia e enriquecidos com sentimentos refinados; tanto aqui como lá, a realidade histórica é pouco figurada como evolução viva de um povo: permanece como um cenário morto, mesmo quando seus tons são cuidadosamente escolhidos e combinados.  
(LUKÁCS, 2011, p. 301).

A trajetória do desenvolvimento do romance histórico por Lukács, fomentou o debate na teoria literária ao longo de todo o século XX, pois observava a decadência ideológica da burguesia expressa na literatura moderna. E a importante contribuição de Raymond Williams para o objeto deste estudo são relevantes na medida em que dão continuidade às reflexões das dinâmicas de transformação desse gênero literário, dentro da perspectiva dos estudos culturais. A reflexão sobre o conceito de cultura e a conformada produção cultural no pós-modernismo mobilizam uma necessidade de se pensar novas tradições. Na obra *Política do modernismo*, ao traçar o desenvolvimento do modernismo em uma palestra na Universidade de Bristol em 1987 transformada no ensaio *Quando se deu o modernismo? lê-se:*

Essas fórmulas insensíveis nos lembram que as inovações do que é chamado modernismo tornaram-se as formas novas, embora engessadas, do nosso momento presente. Se quisermos romper com a rigidez a-histórica do pós-modernismo, então devemos, para o nosso bem, procurar e contrapor-lhe uma tradição alternativa retirada das obras negligenciadas e deixadas na larga margem do século, uma tradição que poderia apontar não por essa reescrita do passado, hoje passível de exploração por ser tão inumana, mas para um futuro moderno no qual a comunidade possa ser novamente imaginada.  
(WILLIAMS, 2011, p. 7)

Indo mais além e entrando especificamente na questão do gênero que se discute, a conferência de Jameson realizada no simpósio “Reconsiderando o romance histórico” na Universidade da Califórnia em 2004, e publicada na Revista *Novos Estudos* (77, março 2007) intitulada “O romance histórico ainda é possível?”; e a conferência de Perry Anderson “Trajetos de uma forma literária”, em resposta à Jameson, publicada na mesma revista, serão apresentadas como um importante debate sobre essa forma levando em consideração a perspectiva pós-moderna sobre esse subgênero literário.

Para Jameson o romance histórico “não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interseção de ambos: o evento precisa trespassar e transfixar de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos.” (JAMESON, 2007, p. 192). Nesse contexto, o encontro do “tempo existencial” e o curso dos personagens de Mia Couto se enquadram na definição de Jameson e, também, na de Lukács:

As crises históricas figuradas são componentes imediatos dos destinos individuais das personagens principais e constituem, assim, parte orgânica da própria ação. Desse modo, os elementos individual e sócio-histórico estão inseparavelmente ligados um ao outro tanto na caracterização quanto na condução do enredo.  
(LUKÁCS, 2011, p. 246)

Para contextualizar, Imani e o sargento Germano de Melo se conhecem e se relacionam precisamente em razão do contexto de disputa entre o colonialismo imperialista português, representado pela Coroa portuguesa, os administradores coloniais e membros do exército; e o Reino de Gaza, representado pela ameaça nguni de invasão à aldeia fictícia de Nkokolani de um povo que presta vassalagem aos portugueses, por Ngungunhane e seu exército, além de outras figuras históricas como Binguane e seu filho Xipenanyane.

Contudo, Jameson destaca a interseção dos “elementos individuais e sócio-histórico”, o que Lukács não formula na sua definição sobre a forma. Jameson, conclui por fim, que o modernismo não poderia desenvolver um romance histórico porque o “subjetivismo intensificado do texto modernista torna cada vez mais difícil discernir a objetividade da dimensão histórica, quanto mais a sua irreversibilidade, a sua autonomia em relação a todas as subjetividades individuais.” (JAMESON, 2007, p. 200) e, por isso, o pós-modernismo

[...] salva a situação. Com o seu fundamental desafio à estética modernista, às formas narrativas e aos procedimentos linguísticos caracteristicamente modernistas, ele volta a abrir um campo em que o romance histórico pode renascer, mas mediante uma reestruturação inteiramente nova e com uma abordagem nova e original do problema da referência histórica [...]  
(JAMESON, 2007, p. 187).

De outro modo, entretanto, essa estrutura narrativa mais aproximada à definição de Lukács não é tão delineada em *Ualalapi* (1987) e *As mulheres do imperador* (2018); nesses dois romances a perspectiva narrativa é muito mais fluida, e a referência histórica mais avessa à uma “verdade” fundamental verificável. Nesse caso, os romances se aproximam mais à definição de Jameson, incluindo-a numa perspectiva pós-moderna. Há de se ressaltar, no entanto, que o artigo do filósofo associa ressurgimento ao realismo mágico latino-americano.

No primeiro, não somente cada capítulo possui diferentes histórias e narradores – oniscientes, testemunhas e personagens narradores – como também, dentro dos próprios capítulos seus discursos transitam. Isso é observado, para dar um exemplo, no último capítulo “O último discurso de Ngungunhane”, onde o próprio imperador se pronuncia em discurso indireto, intercalado por diálogos entre um jovem e um velho, cujo avô deste contava o discurso que ouviu do rei de Gaza logo antes de partir para o exílio. O discurso transita entre direto e indireto sobre o discurso de Ngungunhane, mas durante os diálogos narrador passa para a perspectiva do jovem, que também transita entre os discursos, portanto, uma complexa operação de fluidez de perspectiva.

Outro exemplo é verificado no capítulo “Damboia”, em que as perspectivas de um narrador desconhecido, Malule (soldado que guarda a cubata da personagem) e Ciliane (serva de Damboia) são colocados em oposição ao narrar a morte da tia do rei. Além disso, a disposição dos variados discursos sobre os eventos e figuras históricas nas obras mais servem para indicar uma pluralidade de perspectivas que colocam o princípio de verdade em conflito. Já em *As mulheres do imperador* (2018), o narrador transita entre o discurso direto e indireto, e realiza saltos no tempo para narrar eventos pregressos e contextualizar o presente das personagens recém-chegadas do exílio, ou da conjuntura de Moçambique e da capital Lourenço Marques ao longo de todo o romance.

O artigo de Perry Anderson complementa o debate sobre essas novas formas romanescas de fundo histórico. Para ele as formulações de Lukács sobre a formação do subgênero podem ter funcionado durante seu surgimento, porém depois de sua difusão essas definições não abarcam mais a totalidade da forma, que, para ele, constituem mais um “*continuum* oscilante de registros”. (ANDERSON, 2007, p. 212). Embora houvesse de fato entrado em decadência no modernismo ele complementa:

Foi quando a cena mudou abruptamente, em uma das mais impressionantes transformações na história da literatura. Hoje, o romance histórico se difundiu como nunca nos âmbitos superiores da ficção, mais mesmo que no auge de seu período clássico nos inícios do século XIX. Essa ressurreição foi também, é claro, uma mutação. As novas formas anunciam a chegada do pós-modernismo. (ANDERSON, 2007, p. 216)

Anderson, no entanto, aponta a transformação do gênero a partir de 1949 com a obra *El reino de este mundo* do escritor cubano Alejo Carpentier e segue com *O século das luzes* de 1962. Depois disso, o surgimento na literatura latino-americana do realismo mágico provoca uma propagação de autores desse gênero, especialmente com a publicação de *Cem anos de solidão* (1967) de Gabriel García Márquez. Mais uma vez o realismo fantástico latino-

americano é associado ao ressurgimento da forma. A linha argumentativa de Anderson segue ao propor que o pós-moderno contém alguns tropos comuns verificados na experiência desses países, mas assume outros temas em outras regiões onde se publicaram obras de ficção histórica dependendo do lugar. Portanto existe um elemento empírico histórico que influencia o gênero. No entanto, o historiador resume os temas da seguinte maneira:

Ditaduras militares, assassinatos raciais, vigilância onipresente, guerra tecnológica e genocídio programado. O persistente pano de fundo da ficção histórica do período pós-moderno está nos antípodas de suas formas clássicas. Não a emergência da nação, mas as devastações do império; não o progresso como emancipação, mas a catástrofe iminente ou consumada.  
(ANDERSON, 2007, p. 219)

Portanto, para ele, há uma associação de caráter temático na forma, como experiência desses países. É possível estabelecer que as obras deste estudo também contêm esses elementos como demonstrado. *Mulheres de cinzas* (2015) articula, conforme demonstrado, personagens ficcionais em um pano de fundo histórico e significativo do país, ao mesmo tempo, representa a devastação de um império e a catástrofe que se segue. Por sua vez, *As mulheres do imperador* (2018) incorpora outros traços que Anderson aponta:

[...] o romance histórico reinventado para pós-modernos pode misturar livremente os tempos, combinando ou entretecendo passado e presente; exibir o autor dentro da própria narrativa; adotar figuras históricas ilustres como personagens centrais, e não apenas secundárias; propor situações contrafactuais; disseminar anacronismos; multiplicar finais alternativos; traficar com apocalipses.  
(ANDERSON, 2007, p. 217)

Com efeito, esses traços são também representados na obra, uma vez que os personagens centrais são as mulheres do imperador, no qual o narrador encadeia passado, presente e aponta para um futuro dessas personagens.

Quanto a *Ualalapi* (1987), os elementos apontados pelos dois teóricos também são verificados, contudo, Anderson elabora um pouco mais sobre o efeito desses recursos: “As formas distorcidas e fantásticas de um passado alternativo, de acordo com essa leitura, seriam originadas a partir das esperanças frustradas do presente, bem como de muitas reflexões, advertências ou consolações.” (ANDERSON, 2007, p. 218). Na obra de Ungulani, no entanto, o efeito produzido vai mais além, ele confronta o próprio sentido da história ao trazer epígrafes conflitantes, excertos de documentos e notas oficiais, trechos de cartas, citações bíblicas, etc., ao mesmo tempo que articula narrador com relatórios históricos (“Fragmentos do fim (2)”). As “esperanças frustradas do presente”, podem ser associadas à crítica de Ungulani à literatura de combate apoiada pelo regime da Frelimo que ensejou o surgimento da Revista Charrua e toda a geração de novos escritores oriundos desse contexto.

Por fim, Anderson responde a uma indagação de Jameson sobre se o *revival* pós-moderno não estaria tentando

nos acordar *para* a história, em um tempo em que morreu qualquer senso real dela” [...] “[...] essas circunstâncias não fazem que a conexão lukacsiana entre grandes acontecimentos sociais e o destino existencial dos indivíduos permaneça caracteristicamente inalcançável?” (ANDERSON, 2007, p. 219)

Sua resposta é dada com uma representação do pintor Klee do anjo da história (“*Angelus Novus*”) que Walter Benjamin resgata em “Sobre o conceito de história” de 1940. No texto aforístico e profundamente significativo do filósofo para os romances deste estudo diz ele:

Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. (BENJAMIN, 1986, p. 226)

O artigo de Anderson conclui: “Parte do impulso do romance histórico contemporâneo pode estar aqui.” (ANDERSON, 2007, p. 220). Convém, no entanto, completar a citação de Benjamin:

“Mas uma tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira suas costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.” (BENJAMIN, 1986, p. 226). Benjamin, avesso ao conceito de progresso de seu tempo por conter um argumento fascista, ressalta a necessidade do olhar da história para os derrotados e esquecidos; e via nessa prática a própria esperança no futuro: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (BENJAMIN, 1986, p. 225).

De forma resumida, as obras analisadas são complexas no sentido de que recriam o passado ao mesmo tempo que o resgatam trazendo referências e contextos essenciais para sua compreensão. Divergem, no entanto, na execução da forma. O romance *Mulheres de cinzas* (2015) de Mia Couto busca uma aproximação ao romance histórico mais convencional como apresentado por Lukács – personagens ficcionais cuja trama é influenciada ou dependente do período conturbado que vivem e figuras históricas relevantes – ao mesmo tempo que se utiliza de recursos narrativos variados que enriquecem a narrativa, o romance epistolar a narração em terceira pessoa.

Em *As mulheres do Imperador* (2018), Ungulani usa os saltos temporais do narrador para contextualizar épocas, personagens, geografias que complementam e ressignificam figuras históricas narradas como personagens. O recurso se concilia com a ideia de Benjamin: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral.” (BENJAMIN, 1986, p. 226).

Por fim, *Ualalapi* (1987) se distingue um pouco mais dos romances anteriores por não se encaixar tão determinadamente nas definições apresentadas pelos teóricos. Com efeito, o romance se utiliza dos mecanismos pós-modernos apresentados – como personagens históricos, o uso de “antípodas das suas formas clássicas”, porém a obra excede esses recursos ao confrontar a pluralidade de vozes que podem contar uma mesma história, refutando a tentativa de construção de apenas uma verdade. Além disso, o contexto de sua publicação produz um efeito mais objetivo na história, visto o contexto de tentativa de construção de um herói nacional do qual foi falado anteriormente.

Portanto as obras dispõem de um potencial para dar luz a um momento histórico importante do país e pouco revisitado na literatura, explorando variados recursos narrativos e formas literárias que não somente recontam a história sob diferentes óticas como a dissolvem na ficção.

## 6. REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Trajetos de uma forma literária**. Revista Novos Estudos 77, março 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000100010>
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: a estilística**. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica. Arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BORTOLOTTI, João Antônio Batista. **Ualalapi**: Ngungunhane e a destruição do Império de Gaza enquanto relativizações do projeto nacional da FRELIMO e da Guerra Civil (1982-1987). Tese (Mestrado) em História. Escola de Humanidade da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9343>>
- COUTO, Mia. **Mulheres de Cinzas**. As areias do Imperador. Uma trilogia moçambicana, livro 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Sombras da água**. As areias do imperador. Uma trilogia moçambicana, livro 2 – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- \_\_\_\_\_. **O bebedor de horizontes**. As areias do imperador. Uma trilogia moçambicana, livro 3 – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- KHOSA, Ungulani B. K. **Gungunhana; Ualalapi; As mulheres do Imperador** – São Paulo: Kapulana, 2018.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 9ª ed. 2006.
- CORREA, Silvio M. de S. **Imagens itinerantes de potentados banidos da África ocidental**. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 36, n. 71, p. 433-471, mai/ago 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/WjBWG3ypPGGC7cNgjmh8FQB/?format=pdf&lang=pt>
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.
- JAMESON, Fredric. **O romance histórico ainda é possível?** Revista Novos Estudos 77, março 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000100009>>
- LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2ª ed., 2009.
- \_\_\_\_\_. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PADILHA, Laura Cavalcante. **A arte de vestir africanamente brancos manequins**. Revista Gragoatá. Niterói, n. 19, p. 29-43, 2º. sem. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33253/19240>
- PÉLISSIER, René. **História de Moçambique**: formação e oposição 1854-1918. Volume 1. 3ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

\_\_\_\_\_. **História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918**. Volume 2. 3ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

RIBEIRO, Fernando Bessa. **A invenção dos heróis: nação, história e discursos e identidade em moçambique**, *Etnográfica* [Online], vol. 9 (2) | 2005, posto online no dia 21 agosto 2016, consultado o 31 março 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/2963>;

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

SANTOS, Gabriela A. **Reino de Gaza**. O desafio português na ocupação do sul de Moçambique (18921 – 1897). São Paulo: Alameda, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SOUZA, Ubiratã Roberto Bueno de. **A gravitação das formas: gêneros literários e vida social em Moçambique (1977–1987)**. 2018. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista**. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2008. V. 51, Nº 1. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27305/29077>>.

THOMAZ, Fernanda N. **Disciplinar o "indígena" com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique**. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 25(50), 313–330. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862012000200003>

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **Política do modernismo: Contra os novos conformistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.